

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

GABRIEL ANTONIO DOS SANTOS

**A IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO
MÉDIO PÚBLICO PARANAENSE E SEU REFLEXO NO CONSUMIDOR DE BAIXA
RENDA**

**Santana do Livramento-RS
2023**

GABRIEL ANTONIO DOS SANTOS

**A IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO
MÉDIO PÚBLICO PARANAENSE E SEU REFLEXO NO CONSUMIDOR DE BAIXA
RENDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração, linha de pesquisa em Estratégia e Sistemas.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Andressa Hennig Silva.

**Santana do Livramento-RS
2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

640.42

S237i Santos, Gabriel Antonio dos

A implantação da disciplina de educação financeira no ensino médio público paranaense e seu reflexo no consumidor de baixa renda / Gabriel Antonio dos Santos.

121 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO, 2023.

"Orientação: Andressa Hennig Silva".

1. Educação financeira. 2. Comportamento de consumo. 3. Curricularização. 4. Ensino médio. 5. Baixa renda. I. Título.

GABRIEL ANTONIO DOS SANTOS

**A IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO
MÉDIO PÚBLICO PARANAENSE E SEU REFLEXO NO CONSUMIDOR DE BAIXA
RENDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração.

Dissertação defendida e aprovada em: 09 de outubro de 2023.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Andressa Hennig Silva

Orientador

UNIPAMPA

Profa. Dra. Silvia Amélia Mendonça Flores

UNIPAMPA

Profa. Dra. Ani Caroline Grigion Potrich

UFSC



Assinado eletronicamente por **ANDRESSA HENNIG SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/10/2023, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SILVIA AMELIA MENDONCA FLORES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/10/2023, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Ani Caroline Grigion Potrich, Usuário Externo**, em 12/10/2023, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1240646** e o código CRC **12A65D2D**.

AGRADECIMENTO

A Deus por me possibilitar saúde para conseguir caminhar em busca dos meus objetivos.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (PPGA/UNIPAMPA), que contribuíram significativamente com minha formação acadêmica. Agradeço especialmente aos professores Dr. João Garibaldi, Dr. Rafael Ferraz, Dr. Ricardo Alves, Dr^a Kathiane Corso, Dr^o Sebastião Cerqueira-Adão, Dr^a Carolina Fleck, Dr^o Gustavo Borges e Dr^o Paulo Cassanego.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Andressa Hennig Silva, que com seu conhecimento, humanidade e ética, guiou-me durante todo curso de mestrado. Ensinando-me para além de teorias e conceitos científicos, o verdadeiro sentido de Mestre.

À minha mãe Vanderléia Ferreira, meu pai João Antonio e meu irmão João Felipe por me apoiarem em todos os meus dias.

À Janaína Krum, pelo companheirismo incondicional.

Aos meus amigos, em especial Ledislei Oliveira, Tedy Santos, Paulo Pereira, Chiquinho Santos (*in memoriam*) e Linda Santos (*in memoriam*) que contribuíram significativamente para a realização desse trabalho.

À Náyra Oscar, Luciana Brandão, Rodrigo Urbanski e Ana Flávia pelas sábias palavras que me guiaram.

À Secretaria de Estado da Educação do Paraná, que permitiu a realização da coleta de dados em suas dependências.

À FASPG, pela contribuição nesta pesquisa.

A todos os participantes entrevistados neste estudo.

À CAPES, que me apoiou financeiramente durante o curso de mestrado.

A todos que de alguma maneira, contribuíram para que este trabalho fosse realizado.

RESUMO

Através da curricularização da educação financeira na Educação Básica, busca-se que os consumidores melhorem a capacidade de decisões financeiras. Nesse sentido, a educação financeira é elemento formativo contra as más decisões financeiras. Assim, este estudo se propõe a compreender como a curricularização da educação financeira no ensino médio público paranaense reflete-se no comportamento de consumo de alunos de baixa renda. Especificamente, busca-se i) evidenciar o perfil dos respondentes; ii) compreender a política de inserção da curricularização da educação financeira no ensino médio público do Estado do Paraná; iii) identificar os efeitos da curricularização da educação financeira no bem-estar financeiro dos consumidores de baixa renda. Metodologicamente, realizou-se um estudo qualitativo, de caráter exploratório, a partir do método estudo de caso. Os instrumentos de coletas utilizados foram a análise documental e entrevistas semiestruturadas. Realizou-se quinze entrevistas, onze com alunos e quatro com professores que vivenciam o processo de ensino-aprendizagem da educação financeira no ensino médio público do Estado do Paraná. Como técnica de análise, aplicou-se a triangulação entre as informações coletadas de documentos que norteiam a curricularização da educação financeira no contexto do ensino público paranaense, as percepções de estudantes e professores inseridos no mesmo âmbito educacional e a literatura preponderante exposta no referencial teórico. Como principais achados deste estudo, destacam-se os seguintes pontos: os professores que lecionam a disciplina de educação financeira não se consideram totalmente preparados para lecioná-la; os alunos têm uma percepção positiva sobre o ensino da educação financeira; os professores consideram que as aulas de educação financeira pouco refletem no comportamento de consumo dos alunos; há reflexo da curricularização da educação financeira no comportamento de consumo dos alunos de baixa renda, no entanto, na visão dos professores o esse reflexo quando comparado a percepção dos alunos, são mais tímidos; é necessário que a mantenedora de ensino ofereça um aprofundamento formativo dos docentes para lecionarem a disciplina de educação financeira; o material de apoio – *slides* – fornecido pela mantenedora de ensino deve ser aperfeiçoado. Além disso, as limitações do estudo e sugestões de pesquisas futuras também estão apontados.

Palavras-chave: curricularização; ensino médio; educação financeira; comportamento de consumo; baixa renda; bem-estar financeiro; Paraná.

ABSTRACT

Through the curricularization of financial education in Basic Education, the aim is for consumers to improve their financial decision-making capacity. In this sense, financial education is a formative element against bad financial decisions. Thus, this study aims to understand how the curricularization of financial education in public high school in Paraná is reflected in the consumption behavior of low-income students. Specifically, the aim is to i) highlight the profile of the respondents; ii) understand the policy for including the curricularization of financial education in public secondary education in the State of Paraná; iii) identify the effects of the curricularization of financial education on the financial well-being of low-income consumers. Methodologically, a qualitative, exploratory study was carried out using the case study method. The collection instruments used were document analysis and semi-structured interviews. Fifteen interviews were carried out, eleven with students and four with teachers who experience the teaching-learning process of financial education in public high school in the State of Paraná. As an analysis technique, triangulation was applied between the information collected from documents that guide the curricularization of financial education in the context of public education in Paraná, the perceptions of students and teachers inserted in the same educational context and the preponderant literature exposed in the theoretical framework. The main findings of this study include the following points: teachers who teach financial education do not consider themselves fully prepared to teach it; students have a positive perception about financial education teaching; teachers consider that financial education classes have little impact on students' consumption behavior; there is a reflection of the curricularization of financial education on the consumption behavior of low-income students, however, in the teachers' view, this reflection when compared to the students' perception, they are more shy; it is necessary for the teaching sponsor to offer in-depth training for teachers to teach the subject of financial education; the support material – *slides* – provided by the teaching sponsor must be improved. Furthermore, the limitations of the study and suggestions for future research are also highlighted.

Keywords: curricularization; high school; financial education; consumption behavior; low income; financial well-being; Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Demonstração da distinção entre educação e alfabetização financeiras.	18
Figura 2 – A pirâmide econômica do mundo.	43
Figura 3 – Desempenho médio dos consumidores brasileiros em relação ao bem-estar financeiro.	45
Figura 4 – Material de apoio ao professor - <i>slides</i> trimestrais da disciplina de educação financeira do ensino médio da Secretaria do Estado da Educação do Paraná.	73
Figura 5 – Material de apoio ao professor - <i>slides</i> trimestrais da disciplina de educação financeira do ensino médio da Secretaria do Estado da Educação do Paraná.	74
Figura 6 – Material de apoio ao professor - <i>slides</i> trimestrais da disciplina de educação financeira do ensino médio da Secretaria do Estado da Educação do Paraná.	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As <i>Big Three</i> questões sobre alfabetização financeira	19
Quadro 2 – Resumo de pesquisas internacionais e nacionais sobre educação financeira e alfabetização financeira.	21
Quadro 3 – Conteúdo para a educação financeira do Enef.....	23
Quadro 4 – habilidades de educação financeira para ensino fundamental de acordo com a BNCC	25
Quadro 5 – Ementa de conteúdo da disciplina de educação financeira no ensino médio do ano de 2022 do Estado do Paraná.....	27
Quadro 6 – Matriz Curricular de educação financeira da 1ª série do ensino médio do Estado do Paraná.	28
Quadro 7 – Matriz Curricular de educação financeira da 2ª série do ensino médio do Estado do Paraná.	32
Quadro 8 – Matriz Curricular de educação financeira da 3ª série do ensino médio do Estado do Paraná.	35
Quadro 9 – Resumo de estudos que se voltaram ao ensino da educação financeira neste tópico.	40
Quadro 10 – Os quatro elementos do bem-estar financeiro.	44
Quadro 11 – Resumo das pesquisas sobre consumidores de baixa renda e bem-estar financeiro.	46
Quadro 12 – Roteiro de como foi desenvolvido o trabalho de pesquisa..	48
Quadro 13 – Perfil dos alunos de educação financeira do ensino médio.	54
Quadro 14 – Perfil dos professores de educação financeira do ensino médio.	55

LISTA DE ABREVIATURAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular.

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

CFPB - *Consumer Financial Protection Bureau*

CRAS - Centros de Referência da Assistência Social

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

EM - Ensino Médio.

ENEF - Estratégia Nacional para Educação Financeira.

INFE - *International Network on Financial Education.*

LRCO – Livro Registro de Classe Online.

NREs – Núcleos Regionais de Educação.

OECD - *Organization for Economic Co-operation and Development.*

SEED - Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná.

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais.

TCR - *Transformative Consumer Research.*

TSR - *Transformative Service Research.*

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	OBJETIVOS	11
1.1.1	Objetivo Geral.....	11
1.1.2	Objetivos Específicos.....	11
1.2	JUSTIFICATIVA	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRAS	17
2.2	A CURRICULARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS ...	22
2.3	O CONSUMIDOR DE BAIXA RENDA E O BEM-ESTAR FINANCEIRO	41
3	METODOLOGIA	48
4	RESULTADO E DISCUSSÕES	54
4.1	PERFIL DOS RESPONDENTES	54
4.2	A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ	56
4.2.1	A importância da disciplina de educação financeira.....	69
4.2.2	Conteúdos e contribuições da disciplina de educação financeira	72
4.3	EDUCAÇÃO FINANCEIRA, ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA, BEM-ESTAR FINANCEIRO E COMPORTAMENTO DE CONSUMO DOS ALUNOS DE BAIXA .	76
4.3.1	Reflexo das aulas de Educação Financeira	76
4.3.2	Comportamentos de Consumo	81
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	91
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (PARA PAI OU RESPONSÁVEIS PELO ALUNO)	103
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) (PARA PROFESSORES)	107
	APÊNDICE C - TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR	111
	APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O ALUNO	114
	APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PROFESSOR	116

1 INTRODUÇÃO

Vive-se em uma sociedade em que o consumo se tornou uma das principais influências do comportamento das pessoas. Porém, se, por um lado, há consumidores que podem atingir o máximo de bem-estar por estar em sintonia com o ganhar mais e o gastar mais, paralelamente, por outro lado, há o grupo daqueles que não podem ter acesso aos produtos, às marcas, aos serviços desejados (CRUZ, 2015).

Nessa sociedade de consumidores, os indivíduos tornam-se “subjetivos”, diante de suas escolhas de compra “– opções assumidas pelo sujeito e pelos seus potenciais compradores; sua descrição adquire a forma de uma lista de compras –” (BAUMAN, 2008, p. 24). Isto é, as pessoas moldam-se, enquanto seres, a partir dos bens que consomem, e, com isso, a existência passa a ser contraída e endurecida (LIPOVETSKY, 2007).

Para Vicentin (2008), o que motiva o consumo não é o objeto a ser adquirido em si, mas a capacidade potencial de conseguir adquirir algo que está além de suas condições imediatas. Isso faz com que os consumidores passem a maior parte do seu tempo imersos em um sistema de consumo que afeta quase todos os aspectos de suas vidas (ANDERSON; OSTROM, 2015).

Já para um dos principais representantes da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno, sempre que a crítica cultural promove a crença de que o desejo por bens de consumo é um pecado, nada faz para organizar o todo (ADORNO, 2002). Contudo, alguns pesquisadores contemporâneos, como aqueles engajados em grupos de estudo da Pesquisa Transformativa do Consumidor (TCR) (MICK, 2006; MICK *et al.*, 2012; OSTROM; MATHRAS, 2014; OZANNE *et al.*, 2015; DAVIS; PECHMANN, 2019; OSTROM *et al.*, 2021) e da Pesquisa Transformativa de Serviços (TSR) (ANDERSON *et al.*, 2013; ANDERSON; OSTROM, 2015) têm procurado estabelecer discussões que possam promover o bem-estar do consumidor, inclusive o financeiro (MICK *et al.*, 2012; ANDERSON; OSTROM, 2015).

A *Transformative Consumer Research* (TCR) ou Pesquisa Transformativa do Consumidor, essencialmente, trata sobre o bem-estar do consumidor, sobretudo, dos vulneráveis, como os pobres, as crianças, os adolescentes, os analfabetos, os tomadores de empréstimos financeiros, entre outros (MICK, 2006). Complementando, Ozanne *et al.* (2015), nesse sentido, aponta que a TCR tem como foco examinar problemas de contexto individual ou coletivo que estão relacionados ao consumo. Tudo isso, à luz de ampla lente teórica, já que a TCR contempla diferentes epistemologias, pois está presente em pesquisas nas áreas do Marketing, da Antropologia, da Sociologia, da Economia, da Psicologia, entre outras (DAVIS;

PECHMANN, 2019). Isto é, a TCR vai além do campo do Marketing e, portanto, torna-se um setor multidisciplinar ao tratar sobre os consumidores (MACINNIS *et al.*, 2019).

A *Transformative Service Research* (TSR) ou Pesquisa Transformativa de Serviços, por sua vez, é representada por pesquisas concentradas em melhorar o ecossistema de serviços e a vida dos indivíduos, sejam eles consumidores ou funcionários, e preocupa-se de forma integral com as famílias, as comunidades, as sociedades. Nesse contexto, sempre desenvolve estudos relacionados à diminuição ou ao aumento das diferentes formas de bem-estar, como o físico, o mental, o financeiro, o educacional, entre outras formas de serviços que impactam beneficentemente a vida dos consumidores (ANDERSON *et al.*, 2013).

Impactar positivamente o bem-estar financeiro do consumidor é um desafio, pois inúmeros fatores contribuem para as crescentes crises financeiras que ocorrem em esfera global. Ademais, há organizações que ignoram ou até lhes prejudicam, sobretudo aqueles que são de baixa renda (ROSENBAUM *et al.*, 2011). O bem-estar financeiro é a capacidade dos consumidores controlarem suas finanças diariamente, tendo capacidade de absorver os imprevistos financeiros, cumprindo metas financeiras estabelecidas e tendo liberdade financeira para aproveitar a vida (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU, 2015).

Tendo isso em vista, os serviços transformativos, por exemplo, os pertencentes à esfera educacional (ANDERSON; OSTROM, 2015), como a educação financeira, quando bem implementados nas escolas, além de ampliar o conhecimento dos alunos na área de finanças pessoais, pode ajudar os jovens a mudarem sua trajetória (URBAN *et al.*, 2020), sobretudo quando implementados no currículo de instituições públicas, nas quais se encontra um maior número de consumidores de baixa renda (VIEIRA *et al.*, 2017), dado que esses são os mais impactados negativamente na renda ou nas despesas do dia a dia (BUFE *et al.*, 2022).

Conforme a afirmação do *Presidents Advisory Council on Financial Literacy* (2008) (Conselho Consultivo de Alfabetização Financeira) dos EUA, a educação financeira é o processo pelo qual as pessoas melhoram sua compreensão de produtos, de serviços e de conceitos financeiros, de modo que sejam e estejam capacitadas para fazer escolhas informadas, além de evitar armadilhas, de saber quando e onde procurar ajuda e de tomar outras atitudes para melhorar suas finanças atuais e de longo prazo.

Diante disso, para Fernandes, Lynch e Netemeyer (2014), muitos formuladores de políticas da esfera educacional têm adotado a educação financeira como uma solução diante da complexidade das decisões financeiras dos consumidores ao longo da última geração, já ela

pode ser uma política alternativa para que os consumidores melhorem o seu comportamento financeiro (HASTINGS; MADRIAN; SKIMMYHORB, 2013).

De acordo com o Relatório da Riqueza Global do *Research Institute do Credit Suisse*, elaborado pelos pesquisadores Anthony Shorrocks, James Davies e Rodrigo Lluberas, publicado em junho de 2021, calculando o ganho financeiro da população adulta mundial, estima-se que 2,9 bilhões de pessoas (55%) tenham riqueza abaixo de US\$ 10.000 em 2020; 1,7 bilhão (13,7%), na faixa de US\$ 10.000 a 100.000; 583 milhões (39,1%), entre US\$ 100.000 e US\$ 1.000.000; e 56 milhões (1,1%), superior a US\$ 1.000.000 (CREDIT SUISSE, 2021).

Visto isso, pode-se dizer que a maioria dos consumidores apresenta recursos limitados por estar inserida na camada mais frágil dos níveis de consumo e, por extensão, corre o risco de adquirir muitas dívidas ou estar despreparada para alguma possível emergência financeira (WEST; FRIEDLINE, 2016). Outro fator a ser considerado é que parte dos consumidores de baixa renda não tem conhecimento sobre as finanças pessoais, o que a torna incapaz de melhorar o seu bem-estar individual e familiar (HASTINGS; MADRIAN; SKIMMYHORB, 2013).

Nesse viés, Hadar, Sood, Fox (2013) apontam que aumentou a quantidade de pesquisas que assinalam que a maioria dos consumidores não possui conhecimento adequado em relação às finanças pessoais, além de que os consumidores mais vulneráveis, financeiramente, não têm segurança em relação à aposentadoria pública ou privada (JOHNSTON, 2005), estando sujeitos ao endividamento próprio e familiar (OPLETALOVÁ, 2015). Por conta disso, tudo o que gira em torno de condições financeiras dos consumidores de baixa renda é mais complexo – como o uso de cartão de crédito e empréstimos – (HASTINGS; MADRIAN; SKIMMYHORB, 2013).

No contexto brasileiro, segundo matéria publicada pelo portal eletrônico Estado de São Paulo, em 07 de março de 2022, na Sondagem ao Consumidor, apurada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), 57,7% das famílias mais pobres estão inadimplentes (AMORIM, 2022). Nessa perspectiva, a educação financeira pode contribuir para com os consumidores, em especial a esses de baixa renda (ZHAN; ANDERSON; SCOTT, 2006), uma vez que, de acordo com Savoia, Saito e Santana (2007), ela melhora as habilidades nas tomadas de decisões em relação às finanças pessoais e, assim, pode ampliar o bem-estar financeiro do indivíduo.

Todavia, a pesquisa de Bruhn *et al.* (2016), a respeito do cenário brasileiro, não demonstrou isso, visto que, após a aplicação de um programa de educação financeira no ensino médio no Distrito Federal, em Minas Gerais, no Tocantins, em São Paulo, no Ceará e no Rio de Janeiro, com aproximadamente 25.000 alunos sendo o alvo do projeto, obteve-se um resultado misto, em relação ao impacto do ensino da disciplina na vida dos estudantes, já que,

embora tenha sido obtida uma melhora significativa no conhecimento sobre finanças pessoais dos adolescentes, até mesmo estendendo-se positivamente aos seus pais ou responsáveis, na prática do dia a dia, enquanto consumidores, passaram a realizar compras com parcelas caras.

Para Compen, Witte e Schelfhout (2019), à luz de outras literaturas, diversos problemas relacionados à eficácia do ensino da educação financeira nas escolas ocorrem devido à falta de preparo dos professores, dado que muitos têm dificuldade em lecionar tópicos que envolvem finanças pessoais. Ainda segundo os autores, é necessário que sejam ofertados aos professores de educação financeira programas de formação para que estejam mais preparados ao exercício, e, por conseguinte, sejam alcançados resultados positivos de forma efetiva, isto é, que o aluno não só obtenha o conhecimento sobre finanças pessoais, mas também tenha atitudes racionais em relação ao gasto financeiro no cotidiano. Consequentemente, conduzindo os alunos a alfabetização financeira. Para a OECD (2014), o indivíduo alfabetizado financeiramente é aquele que tem o conhecimento e a compreensão de riscos financeiros, bem como possui habilidade, motivação e confiança ao aplicar o conhecimento em finanças de forma eficaz no dia a dia, para que assim, melhore seu bem-estar financeiro.

Entretanto, mesmo diante dessa divergência de estudos sobre o ensino de educação financeira entre os autores supracitados acima, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) considera a educação financeira como um componente curricular a ser desenvolvido de forma transversal tanto no ensino fundamental (BNCC, 2017) quanto no ensino médio (BNCC, 2018), tendo as redes de ensino, autonomia para implementá-la como obrigatória.

Com isso, a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná (SEED) implementou a disciplina educação financeira como obrigatória na grade curricular do ensino médio (PARANÁ, 2021a), tornando-se, dessa forma, um sólido campo de pesquisa para um real entendimento sobre o reflexo desse tema no dia a dia dos jovens. Pensando nisso, adotou-se o seguinte problema de pesquisa: “Como a curricularização da educação financeira no ensino médio público paranaense reflete-se no comportamento dos consumidores de baixa renda?”.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender como a curricularização da educação financeira no ensino médio público paranaense reflete-se no comportamento de consumo de alunos de baixa renda.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Evidenciar o perfil dos respondentes;
- Compreender a política de inserção da curricularização da educação financeira no ensino médio público do Estado do Paraná;
- Identificar os efeitos da curricularização da educação financeira no bem-estar financeiro dos consumidores de baixa renda.

1.2 JUSTIFICATIVA

A educação financeira é efetiva quando consegue alfabetizar financeiramente os indivíduos, tornando-se tão importante quanto a alfabetização na leitura, na escrita e na matemática (WAGNER, 2019). Consoante Xiao e O'Neill (2016), esse assunto tem despertado atenção de pesquisadores, pois, nos últimos anos, essa é uma temática presente na literatura que trata sobre o consumidor, porque os consumidores das últimas gerações estão inserindo-se em ambientes financeiros mais complexos (FERNANDES; LYNCH; NETEMEYER, 2014).

Além disso, para Anderson e Ostrom (2015), o desenvolvimento de novas iniciativas para aperfeiçoar o serviço educacional, como o oferecimento de uma educação que contemple o aprendizado sobre finanças pessoais aos alunos, especialmente aqueles que são de baixa renda, pode possibilitar reflexos transformativos na sociedade. Uma vez que o conhecimento em finanças individuais entre esses estudantes é mais precário (CAMERON *et al.*, 2014).

Nesse sentido, a educação pode fortalecer sua intenção transformadora em uma comunidade ou em uma nação (ROSENBAUM *et al.*, 2011; OSTROM *et al.*, 2021). Porém, serviços com amplo impacto coletivo, como a educação, são percebidos em determinados contextos como ineficientes e ineficazes (FIELD *et al.*, 2021).

Diante disso, supõe-se que é de relevância compreender se a curricularização da educação financeira no ensino médio estadual do Paraná – que ocorreu em fevereiro de 2021 (PARANÁ, 2021a) – está não só alfabetizando financeiramente os alunos de baixa renda, como também melhorando o seu bem-estar financeiro (LEE; LEE; KIM, 2019).

À luz da *Organisation for Economic Co-operation and Development* (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) (OECD, 2012), Potrich, Vieira e Ceretta (2013) interpretaram que:

a educação financeira é um processo de desenvolvimento de habilidades que facilitam as pessoas a tomarem decisões acertadas, realizando uma boa gestão de suas finanças pessoais, e a alfabetização financeira é a capacidade de usar o conhecimento e as habilidades adquiridas. Simplificadamente, o foco principal da educação financeira é o conhecimento, enquanto a alfabetização financeira envolve, além do conhecimento, o comportamento e a atitude financeira dos indivíduos (POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013, p. 316).

Segundo Orton (ORTON, 2007), o fato de um determinado indivíduo ter contato com a educação financeira não lhe garante, na prática, ser alfabetizado financeiramente. Visto que, mais que obter conhecimento financeiro, é necessário que esse conhecimento adquirido o conduza a um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes fundamentais para que se torne um cidadão que consiga garantir bem-estar financeiro de si e de sua família (OPLETALOVÁ, 2015).

Desta forma, pode-se considerar que a alfabetização financeira é um conceito mais amplo e mais completo do que educação financeira (FLORIANO; FLORES; ZULIANI, 2020). Contudo, ambos, quando desenvolvidos corretamente no dia a dia, podem contribuir para a concretização do bem-estar individual e coletivo (RAHMAN, 2021).

Entretanto, quando o ensino da educação financeira não atinge a população, sobretudo a de baixa renda, o bem-estar torna-se mais difícil, dado que pesquisas realizadas nos Estados Unidos revelaram que os alunos que receberam esse tipo de instrução tiveram maior capacidade em gerenciar as finanças do que aqueles que não receberam, já que apresentaram maior alfabetização financeira (WAGNER, 2019). Estudos na Itália também apontaram que os consumidores de baixa renda encontram maior dificuldade em se alfabetizarem financeiramente, quando comparados aos consumidores com maior poder aquisitivo (MONTICONE, 2010).

De encontro a esta ideia, Fernandes; Lynch; Netemeyer (2014), ao desempenharem uma meta-análise de 201 estudos com foco nos consumidores das últimas gerações – inclusive considerando estudos que coletaram informações entre estudantes de diferentes locais do mundo –, detectaram que a educação e a alfabetização financeiras, sobretudo na camada de baixa renda, não atingiu resultados esperados. Os autores ainda apontam que muitos estudos tiveram resultados equivocados devido a falhas no método de pesquisa e de instrumento de coleta de dados.

De acordo com Gneezy, Meier e Ray-Biel (2011), caso a educação financeira não esteja causando impactos positivos, ou seja, possibilitando a alfabetização dos consumidores, sua contribuição é surpreendentemente fraca. Todavia, Monticone (2010) afirmou que não se pode fazer afirmações universais sobre essa aquisição dos consumidores quando a maioria dos pesquisadores estão reduzidos a desenvolverem pesquisas apenas nos EUA.

Com o intuito de ampliar os estudos sobre educação e alfabetização financeiras em diferentes países e diminuir a centralização dos estudos dos EUA, em 2020, a *International Network on Financial Education (INFE)* (Rede Internacional de Educação Financeira) da

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OECD) ampliou os estudos sobre essas áreas, realizando pesquisas em vários países, tais como Áustria, Bulgária, Colômbia, Croácia, República Checa, Estônia, França, Geórgia, Alemanha, China, Hungria, Indonésia, Itália, Coreia do Norte, Malásia, Malta, Moldávia, Montenegro, Peru, Polônia, Portugal, República da Macedônia do Norte, Romênia, Rússia, Eslovênia e Tailândia, as quais apontaram, de forma geral, que o conhecimento financeiro é satisfatório, todavia a alfabetização ainda é fraca (OECD, 2020).

É válido considerar que desde 2005 a OECD desenvolvia estudos sobre a educação financeira e apontava que esse estudo deveria começar o mais cedo possível, preferencialmente nas escolas, dado que os jovens, normalmente, apresentam menor conhecimento dos conceitos básicos necessários sobre finanças (OECD, 2005).

Segundo o Dr. KC Chakrabarty, vice-governador do *Reserve Bank of India* e copresidente do Conselho Consultivo do INFE, incluir a educação financeira no currículo escolar de uma maneira séria é a chave para tornar as futuras gerações alfabetizadas financeiramente (OECD, 2012), pois, à medida que os consumidores juvenis passarem a viver de forma independente, eles precisarão saber como fazer um orçamento cotidianamente – da escolha de um celular à tomada de decisões orçamentárias complexas no âmbito individual e familiar –. Somado a isso estão os desenvolvimentos econômicos e tecnológicos que trouxeram maior conectividade global e, conseqüentemente, mudanças maciças nas comunicações e nas transações financeiras e nas interações sociais.

Além disso, conforme pensa Roberto Kiyosaki, empreendedor educacional, uma das razões pelas quais os ricos ficam mais ricos, os pobres ficam mais pobres e a classe média luta contra as dívidas é porque o assunto dinheiro é ensinado em casa, não na escola (OECD, 2012). Em suma, a educação e a alfabetização financeiras podem fazer a diferença no comportamento do consumidor (OECD, 2012).

Nos EUA, a educação financeira, enquanto disciplina curricular, teve início da década de 1950, quando os estados começaram a exigir a inclusão de finanças pessoais, economia e outros tópicos educacionais que contemplassem a formação do indivíduo. Diante da complexidade econômica nas últimas décadas, a alfabetização financeira é vista até mesmo como a solução para a má decisão financeira (HASTINGS; MADRIAN; SKIMMYHORB, 2013).

Com o decorrer do tempo, outros países passaram a implementar a educação e a alfabetização financeiras, tornando-se cada vez mais um assunto de interesse de governos,

pesquisadores, meios de comunicação e instituições financeiras a nível internacional (OPLETALOVÁ, 2015).

Entre esses países, encontra-se o Brasil, o qual, em 2007, buscou organizar ações que contribuíssem para com a implementação da educação financeira no cenário nacional, assumindo *status* de política de Estado (CUNHA, 2020). No entanto, mesmo após anos dessas ações, o ensino de educação financeira não se tornou obrigatório no currículo das escolas públicas de ensino fundamental e médio, mas precisam tratá-lo como uma disciplina transversal, cabendo cada sistema ou rede de ensino adotar como disciplina obrigatória (BRASIL, 2018b).

Desta forma, realizar pesquisa em rede ensino pública de educação no Brasil, que adotou a educação financeira como disciplina obrigatória na grande curricular, como o Estado do Paraná (PARANÁ, 2022a), pode agregar no sentido teórico, ao apresentar o reflexo da curricularização desse campo do saber à comunidade científica e aos responsáveis por essa política pública educacional; ademais, no âmbito prático, pode proporcionar que outros estados também busquem a expansão da educação financeira dentro do espaço escolar público.

Em dados de bases de pesquisas científicas, como *Web of Science* e *Scopus*, pesquisas sobre a educação e a alfabetização financeiras aparecem em estudos de Amagir *et al.* (2018) na Holanda; Varcoe *et al.*, (2005), Hastings, Madrian e Skimmybor (2013), Bosshardt e Walstad (2014), Xiao e O'Neill (2016), Urban *et al.* (2020), Wagner (2019), Batty *et al.* (2020), Bhattacharya e Gill (2020) nos Estados Unidos; Cameron *et al.* (2014) na Nova Zelândia; Monticone (2010) na Itália; Kaiser e Menkhoff (2019) na Alemanha; Opletalov (2015) na República Teca; Orton (2007) no Reino Unido, na Austrália, na Nova Zelândia e no Canadá; Zhu (2019) na China.

Em contexto nacional, pesquisas sobre a educação e a alfabetização financeiras são menos presentes, como visto. Outrossim, há uma concentração desse assunto em determinados pesquisadores, como Silva *et al.* (2017), Floriano, Flores e Zulian (2017), Giordano, Assis e Coutinho (2019), Vieira *et al.* (2017), Floriano, Flores e Zuliani (2020), Köhl, Valer e Gusmão (2016), Portrich, Vieira e Paraboni (2013), Portrich, Vieira e Kirch (2016), Portrich, Vieira e Ceretta (2013) que desenvolveram estudos encontrados em bases de pesquisas, como o *Google Acadêmico* ou *Scielo*; e Bruhn *et al.* (2016) e Campara *et al.* (2016), com pesquisas que podem ser localizadas na *Scopus* e na *Web of Science*.

Ademais, o relatório do PISA de 2018 (OECD, 2020) ao pesquisar em relação ao contexto a aprendizagem dos alunos com idade média de 15 anos, entre 19 países, o Brasil

obteve um resultado fraco, quando comparado com a maior parte dos outros países que também participaram da pesquisa.

Portanto, este estudo, ao tratar sobre como a curricularização da educação financeira em escolas estaduais paranaenses reflete-se no comportamento do consumidor de baixa renda, academicamente, pode proporcionar o entendimento do reflexo do ensino da disciplina aos alunos de ensino médio de baixa renda de escolas públicas em relação ao seu comportamento de consumo, bem como identificar se esse reflexo é diferente quando a educação financeira é ofertada como disciplina obrigatória na matriz curricular (PARANÁ, 2021a) ao invés de ser ensinada transversalmente, a partir de outras frentes (BRUHN *et al.*, 2016).

Ao campo institucional que ocorrerá esta pesquisa, isto é, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, serão ofertados dados significativos que poderão aperfeiçoar as políticas públicas educacionais, assim como serão apresentadas metodologias que já são utilizadas pelos professores para ensinar a educação financeira no ensino médio público, para que, assim, passa haver seu aperfeiçoamento e/ou seu compartilhamento, uma vez que, segundo o Banco Mundial, o estabelecimento de mecanismos de governança é um dos elementos-chave para o sucesso das estratégias nacionais, inclusive em relação às políticas educacionais que guiam a educação e a alfabetização financeiras (OECD, 2020).

Esta pesquisa também contribuirá no campo social, visto que fornecerá dados concretos se a curricularização da educação financeira no âmbito das escolas públicas estaduais conseguir alfabetizar financeiramente os alunos de baixa renda, ou seja, educá-los a aplicar conhecimento adquirido nas aulas da disciplina no dia a dia, a fim de se ter bem-estar financeiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao tratar, inicialmente, sobre a educação e a alfabetização financeiras, apresenta-se diferentes concepções sob a ótica de autores. Há um repertório de conceitos e abordagens presentes nas bibliografias, ao passo que se faz relevante trazer para a discussão tais visões. Por isso, direcionou-se para a sua curricularização nas escolas, tendo como foco o contexto paranaense, dialogando com os conceitos acadêmicos, e conectando-os posteriormente com o conteúdo das entrevistas. Por fim, abordou-se sobre o consumidor de baixa renda e o bem-estar.

2.1 EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRAS

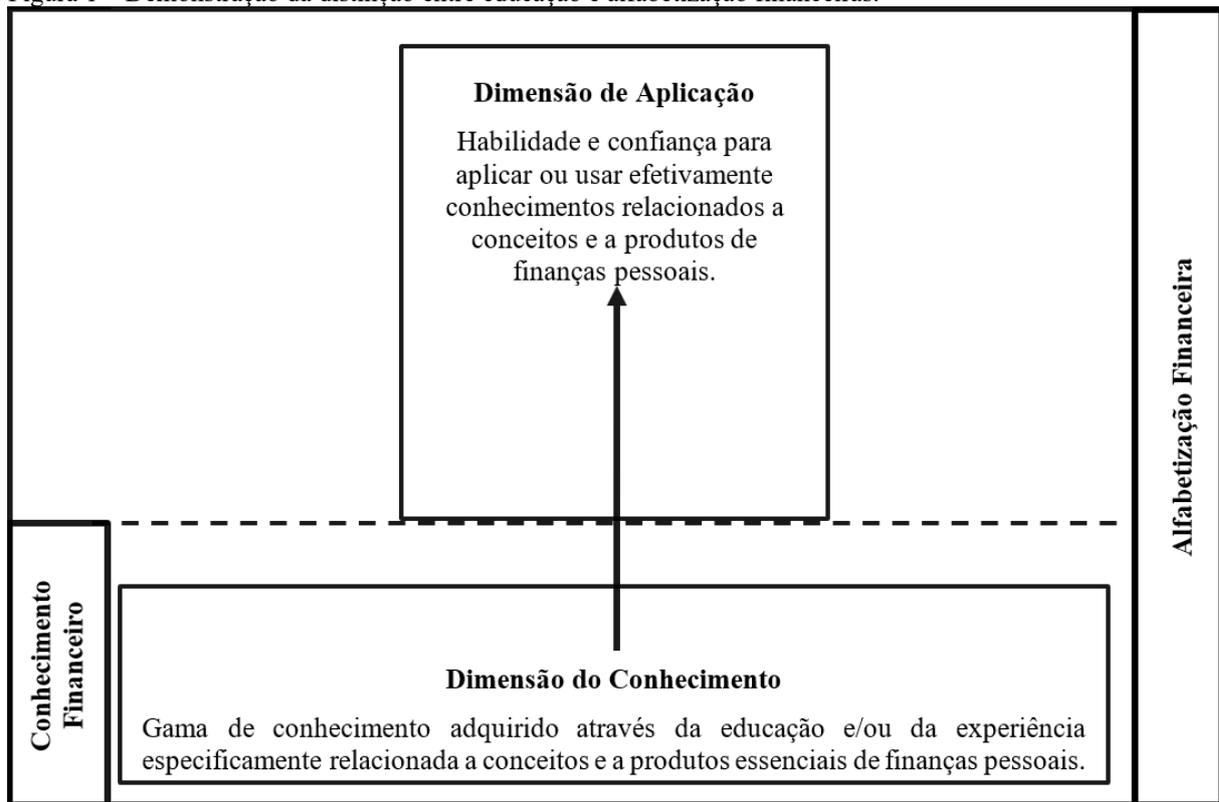
Ao longo da última década, tanto países desenvolvidos quanto emergentes passaram a preocupar-se com o nível de conhecimento sobre finanças pessoais dos seus cidadãos, principalmente em relação aos jovens devido à preocupação com o bem-estar público e privado, com as mudanças demográficas, com o envelhecimento da população e com a expansão e a sofisticação dos serviços financeiros (OECD, 2014).

De acordo com a OECD (2005), a educação financeira deve ser compreendida como o processo pelo qual os consumidores podem melhorar a capacidade de compreender os riscos no momento de comprar um produto ou investir financeiramente em determinado bem, assim como desenvolver habilidades para tomar uma decisão quando estiver sujeito a riscos financeiros, ou seja, tornar os consumidores conscientes ao tomar uma decisão financeira. Além disso, a educação financeira deve ser ofertada de forma justa e imparcial e de forma a promover o bem-estar financeiro.

Segundo o *Consumer Financial Protection Bureau* (CFPB) (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU, 2015) (Departamento de Proteção Financeira do Consumidor) dos EUA, o bem-estar financeiro condiciona os consumidores a terem: controle sobre as finanças todos os dias; capacidade de absorção de imprevistos financeiros; cumprimento das metas financeiras; e alcance da liberdade financeira para fazer escolhas que permitem o aproveitamento da vida.

O objetivo da educação financeira é, portanto, ser o meio para alcançar a alfabetização financeira (HUSTON, 2010). A Figura 1 exemplifica a distinção conceitual entre o teor epistemológico de ambas.

Figura 1 – Demonstração da distinção entre educação e alfabetização financeiras.



Fonte: Adaptado de Huston (2010).

Huston (2010) complementa as informações expostas na Figura acima, afirmando que a educação financeira consiste na capacidade de obter conhecimento financeiro, já a alfabetização financeira não se aplica apenas ao nível de conhecimento financeiro, mas também à capacidade de aplicar o conhecimento e o comportamento de consumo no dia a dia. Logo, o ensino da educação financeira não deve estar isolado do conhecimento e das habilidades proporcionados pela alfabetização financeira, porque esta, além de estimular o entendimento real dos recursos financeiros de que os indivíduos dispõem, possibilita a aplicação do conhecimento de forma adequada no cotidiano quando envolver aspectos de finanças pessoais.

Paralelamente, conforme estudos de Hadar, Sand e Fox (2013), a educação financeira é compreendida como um meio para proporcionar aos consumidores a experiência ou o conhecimento necessário para o melhor gerenciamento das finanças pessoais. No que tange à alfabetização financeira, a OECD (2014) considera ser o conhecimento e a compreensão dos conceitos e dos riscos financeiros, assim como a obtenção de habilidades, de motivação e de confiança para aplicar esse saber e esse entendimento a fim de tomar decisões eficazes em uma variedade de contextos financeiros, para que o indivíduo, particularmente, e a sociedade, coletivamente, melhorem o seu bem-estar financeiro.

Em síntese, pode-se afirmar que educação e alfabetização financeiras são conceitos distintos, e utilizá-los como sinônimos é um erro, uma vez que esta vai além conceitualmente quando comparada àquela (POTRICH; VIEIRA; CERETTA, 2013).

A partir dessa lógica, Orton (2007) destaca que a alfabetização financeira também afeta várias circunstâncias dos consumidores no dia a dia, como o sustento das famílias, de forma que o analfabetismo, nesse caso, pode ser severamente punitivo à população consumidora, especialmente para as famílias de baixa renda, as quais, como visto, são as mais vulneráveis quanto a más decisões financeiras. Nesse sentido, é fundamental definir e medir a alfabetização financeira com a intenção de demonstrar a atitude e o comportamento de consumo de uma determinada população. Porém, a grande barreira está em não existir instrumentos padronizados para lhe medir – como há na área da saúde – (HUSTON, 2010).

Por conta disso, Lusardi e Mitcheli (2011) elaboraram um conjunto de perguntas sobre alfabetização financeira – conhecidas como as *big three* das questões sobre o tema – que foram aplicadas em diversas pesquisas direcionadas a medir o grau de instrução relacionado a isso nos EUA e em outros países. O Quadro 1 demonstra as questões desenvolvidas pelos estudiosos para medir a alfabetização financeira.

Quadro 1 – As *Big Three* questões sobre alfabetização financeira

Conteúdo	Pergunta	Opções de Respostas
Taxa de juros	Suponha que você tenha \$ 100 em uma caderneta de poupança e a taxa de juros seja de 2% ao ano. Depois de 5 anos, quanto você acha que teria na conta se deixasse o dinheiro crescer?	Mais de \$ 102** Exatamente \$ 102 Menos de \$ 102 Não sei Se recusou a responder
Inflação	Imagine que a taxa de juros da sua conta poupança fosse de 1% ao ano e a inflação fosse de 2% ao ano. Depois de 1 ano, você conseguiria comprar mais do que hoje, exatamente o mesmo que hoje, ou menos do que hoje com o dinheiro dessa conta?	Mais do que hoje Exatamente o mesmo que hoje Menos do que hoje** Não sei Se recusou a responder
Diversificação de riscos	Você acha que a seguinte afirmação é verdadeira ou falsa: Comprar ações de uma única empresa geralmente oferece um retorno mais seguro do que um fundo mútuo de ações?	Verdadeiro Falso** Não sei Se recusou a responder
As respostas corretas estão assinaladas com dois asteriscos.		

Fonte: Adaptado de Lusardi e Mitcheli (2011).

De acordo com Hastings, Madrian e Skimmybor (2013), por mais que as perguntas de Lusardi e Mitcheli (2011) tenham se tornado um padrão internacional para medir o grau de alfabetização dos consumidores, há poucas evidências de que esse conjunto de perguntas seja o mais adequado, e, nesse viés, em termos de questionamentos, encontra-se em aberto, tanto para estabelecer se de fato essas possibilidades são as melhores para serem aplicadas quanto para construir outras mais adequadas ao contexto da pesquisa. Até porque, consoante Rieger (2020), em pesquisas as quais tratam sobre a alfabetização financeira, é fundamental ter instrumentos para lhe medir. Assim, ao longo dos últimos anos, a OECD (2022) tem buscado elaborar um manual de perguntas para medir a alfabetização financeira dos consumidores.

Contudo, a OECD considera estar na vanguarda em medir a alfabetização financeira em relação aos jovens e aos adultos em esfera global, visto que já publicou uma pesquisa internacional de competências para esse público, em 30 países, em 2016, além de ter apresentado dados de um estudo que avaliou internacionalmente a alfabetização financeira de adolescentes de 15 anos em 2017 (OECD, 2017). Entretanto, para Baty *et al.* (2020), deve-se ter atenção ao aplicar perguntas padronizadas visando a medir a alfabetização financeira em todos os contextos; segundo a pesquisa, é importante construir perguntas apropriadas para o público a partir do qual será desenvolvida a pesquisa.

Dessa forma, pode-se supor que cada pesquisa está dentro de um determinado contexto ou focada em variáveis específicas sobre educação e alfabetização financeiras, haja vista as pesquisas de Baty *et al.* (2020), que consideraram a variável de etnia dos alunos em um estudo nos EUA; de Potrich, Vieira e Ceretta (2013), os quais se concentraram nas variáveis socioeconômicas e demográficas do Brasil; de Potrich, Vieira e Kirch (2016), em que as variáveis de gênero, de estado civil, de dependentes, de escolaridade, de ocupação e de renda mensal própria também no Brasil destacaram-se.

Por outro lado, a OECD (2018) utilizou as variáveis de atitudes, de conhecimento e de comportamento financeiros em uma pesquisa na Eurásia e, além disso, Danes, Rodrigues e Brewton (2013) usaram a variável da prática pedagógica utilizada pelo professor para o ensino de educação financeira aos alunos em pesquisa feita nos Estados Unidos.

Essa última variável apresentada merece atenção, já que demonstra que não basta somente normatizar o ensino da educação financeira no currículo escolar, e, mesmo que a pesquisa de Danes, Rodrigues e Brewton (2013) esteja sob outro contexto socioeconômico e de políticas públicas, o resultado pode aproximar-se da realidade brasileira.

De acordo com esses autores, poucos docentes relataram sentir-se muito competentes para ensinar finanças pessoais aos alunos. Indo ao encontro, em uma revisão sistemática de literatura, desenvolvida por Compen, Witte, Schelfhout (2019), foi pontuado que o aluno pode ser alfabetizado financeiramente, todavia, para que isso ocorra, os professores devem estar preparados para ministrar aulas de forma que consolide a alfabetização dos estudantes. Pensando nisso, é necessário que os docentes recebam treinamento pedagógico voltado à disciplina de educação financeira, de maneira a aprimorar o seu conhecimento e ministrar, dessa maneira, melhores aulas aos seus discentes.

Por fim, é essencial que os professores, ao lecionarem a disciplina, contemplem todos os conteúdos previstos no currículo para que os alunos não sejam prejudicados quanto ao conhecimento e ao comportamento financeiros (DANES; RODRIGUEZ; BREWTON, 2013).

Abaixo, está o Quadro 2, o qual traz os principais autores e as suas respectivas pesquisas desenvolvidas que foram utilizadas para a fundamentação teórica desse tópico.

Quadro 2 – Resumo de pesquisas internacionais e nacionais sobre educação financeira e alfabetização financeira. (Continua)

Autores/ano	Pesquisa	Natureza de Pesquisa	País
OECD (2005)	Recomendações sobre princípios e boas práticas para finanças e conscientização	Teórica	Internacional
Orton (2007)	Alfabetização financeira: lições de experiência internacional	Empírica	EUA, Austrália, Nova Zelândia e Canadá
Huston (2010)	Medindo a alfabetização financeira	Empírica	EUA
Lusardi e Mitcheli (2011)	Alfabetização e planejamento financeiros: implicações para o bem-estar da aposentadoria	Empírica	EUA
Danes, Rodriguez e Brewton (2013)	Contexto de aprendizagem ao estudar planejamento financeiro em escolas de Ensino Médio: características de aluno e professor em sala de aula	Empírica	EUA
Hadar, Sand e Fox (2013)	Conhecimento subjetivo e decisões financeiras do consumidor	Empírica	EUA
Hastings, Madrian e Skimmybor (2013)	Alfabetização financeira, educação financeira e resultados econômicos	Teórica	EUA
Potrich, Vieira e Ceretta (2013)	Nível de alfabetização financeira dos estudantes universitários: afinal, o que é relevante?	Empírica	Brasil
OECD (2014)	Resultado da Pisa 2012: estudantes e dinheiro/habilidades de alfabetização financeira para o século 21.	Empírica	Internacional

<i>Consumer Financial Protection Bureau</i> (2015)	Bem-estar financeiro: o objetivo da educação financeira	Empírica	EUA
Potrich, Vieira e Kirch (2016)	Você é alfabetizado financeiramente? Descubra no termômetro de alfabetização financeira	Empírica	Brasil
OECD (2017)	Relatório G20/OCDE Infe sobre alfabetização financeira de adultos nos países do G20	Empírica	Internacional
Compen, Witte, Schelfhout (2018)	O papel do desenvolvimento profissional docente na educação em alfabetização financeira: uma revisão sistemática da literatura	Teórica	EUA e Europa
OECD (2018)	Levels of financial literacy in Eurasia	Empírica	Eurásia
Baty <i>et al.</i> (2020)	Experiência em educação financeira: um estudo de campo sobre economia na sala de aula do ensino fundamental	Empírica	EUA
OECD (2020)	Pesquisa internacional de alfabetização financeira de adultos	Empírica	Internacional
Rieger (2020)	Como medir a alfabetização financeira?	Empírica	Alemanha

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verificando as necessidades de mudança no currículo, a escola passa constantemente por mudanças, algumas mais intensas e profundas, outras mais pontuais e superficiais. É nesse sentido, que últimos anos se passou a discutir aspectos do currículo, ao passo que mais recentemente, houve a discussão específica das lacunas e por isso da necessidade de pensar a Educação Financeira como componente curricular. Assim, o próximo tópico destacará o cenário da educação financeira no Brasil e mudanças na legislação, e aprofundaremos tendo como foco o Estado do Paraná.

2.2 A CURRICULARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS

A educação financeira passou a estar presente em agendas educacionais de vários países nas últimas décadas. No Brasil, as primeiras iniciativas de ações para a implementação da educação financeira no currículo escolar ocorreram em 2007 (CUNHA, 2020).

A educação financeira começou no final da década de 2000, não somente no Brasil, mas também em outros países, porém, desenvolveu-se de forma mais lenta em relação aos EUA e ao Reino Unido (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007). Isso tornou-se preocupante, pois, diante da complexidade socioeconômica que vem ocorrendo no âmbito mundial nos últimos

anos, a educação financeira é vista como essencial, e, conseqüentemente, é indispensável sua integração no espaço escolar (OECD, 2014).

Segundo Batty *et al.* (2020), a educação financeira, quando implementada cuidadosamente em escolas de ensino médio, contribui para o desenvolvimento de adultos mais responsáveis com as finanças pessoais. Além disso, começando por essa etapa da formação do indivíduo, pode ser a chave para melhorar a tomada de decisões financeiras da população (CAMERON *et al.*, 2014), mesmo que seja um processo de longo prazo (OECD, 2012).

Em consonância a isso, no Brasil, o Governo Federal “instituiu, por meio do Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, a Estratégia Nacional para Educação Financeira (Enef) [...] com o objetivo de capacitar o cidadão brasileiro a administrar seus recursos financeiros de maneira consciente” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013), que com tal decreto (BRASIL, 2010), “o termo Educação Financeira passa a se popularizar substancialmente a partir da elaboração da Estratégia Nacional de Educação Financeira, em 2010” (GIORDANO; ASSIS; COUTINHO, 2019, p. 4).

Com base nisso, o Enef estabeleceu, em 2010, seis módulos de competências que a educação financeira deve apresentar com foco na gestão de finanças pessoais, conforme descrito no quadro 3.

Quadro 3 – Conteúdo para a educação financeira do Enef.

(Continua)

Módulo	Competências
1 – Nossa relação com o dinheiro	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a relação cotidiana das pessoas com os seus recursos financeiros e fazer escolhas cada vez mais conscientes. - Refletir sobre seus sonhos e sobre como transformá-los em realidade por meio de projetos. - Avaliar suas necessidades e seus desejos e como os efeitos de suas escolhas afetam a qualidade de vida no presente e no futuro.
2 – Orçamento pessoal ou familiar	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer o orçamento como ferramenta para a compreensão dos próprios hábitos de consumo. - Aplicar os conceitos de receitas e de despesas na elaboração do orçamento, para torná-lo superavitário. - Utilizar o orçamento para o planejamento financeiro pessoal e familiar.
3 – Uso do crédito e administração das dívidas	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o crédito como uma fonte adicional de recursos que não são próprios e que, ao ser utilizado, implica o pagamento de juros.

	<ul style="list-style-type: none"> - Entender as vantagens e as desvantagens do uso do crédito e a importância de fazer a escolha adequada entre as modalidades disponíveis, considerando o seu custo. - Identificar causas e consequências do endividamento excessivo e compreender as atitudes necessárias para sair dessa condição.
4 – Consumo planejado e consciente	<ul style="list-style-type: none"> - Entender as vantagens e as dificuldades de planejar o consumo. - Conhecer as estratégias e as técnicas de vendas utilizadas pelos comerciantes para conquistar o consumidor e as atitudes que podem ser adotadas por ele para evitar o consumo por impulso. - Promover o consumo consciente com práticas sustentáveis, inclusive no que se refere ao uso e à conservação do dinheiro.
5 – Poupança e investimento	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a importância do hábito de poupar como forma de melhorar a qualidade de vida. - Distinguir a diferença entre poupança e conta (ou caderneta) de poupança. - Entender o conceito, as características e as modalidades dos investimentos, para que possa escolher a aplicação mais adequada ao seu perfil e às suas necessidades.
6 – Prevenção e proteção	<ul style="list-style-type: none"> - Entender os riscos financeiros e quais as medidas de prevenção e proteção adequadas para cada situação. - Compreender a importância do planejamento financeiro para a aposentadoria, como se estrutura o sistema previdenciário nacional e quais as vantagens e as desvantagens de adotar estratégias independentes, sendo o próprio gestor dos seus investimentos.

Fonte: Adaptado de Banco Central do Brasil (2013, p. 9).

Portanto, o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que estabelece a Estratégia Nacional para Educação Financeira (Enef), fortalece a educação financeira como disciplina do currículo escolar, porque, no que se refere aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento orientador do ensino fundamental (BRASIL, 1997; BRASIL, 1998) e do ensino médio (BRASIL, 2000), eles não mencionam a educação financeira nem mesmo nos programas curriculares específicos de disciplinas como a matemática que podem ser tidas como campo fértil para o desenvolvimento desse conhecimento.

Em 9 de junho de 2020, o Governo Federal estabelece Decreto Nº 10.393 (BRASIL, 2020b), que revoga a anterior e institui a Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira,

além do Fórum Brasileiro de Educação Financeira, que veem a fortalecer a educação financeira Política de Estado e consolidar na legislação mais uma vez sua importância.

Reafirmando essa posição,

nos PCNs de Matemática [...], nenhuma referência direta quer seja em termos dos conteúdos, das habilidades ou das competências, embora alguns temas afins, como trabalho e consumo e ética e cidadania, aparecem nos PCNs dos Temas Transversais. No Brasil, inexistia uma discussão acadêmica em torno da Educação Financeira (GIORDANO; ASSIS; COUTINHO, 2019, p. 13).

Em contrapartida, em caráter normativo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) representa um avanço em relação ao ensino de educação financeira, uma vez que estabelece a possibilidade de abordá-la de forma transversal na disciplina de Matemática, como demonstra o Quadro 4 abaixo:

Quadro 4 – habilidades de educação financeira para ensino fundamental de acordo com a BNCC

(Continua)

Ano	Disciplina	Unidades Temáticas	Habilidades
6º	Matemática	Números; Álgebra; Geometria; Grandezas e medidas; Probabilidade e estatística.	(EF06MA13) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com base na ideia de proporcionalidade, sem fazer uso da “regra de três”, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros.
7º	Matemática	Números; Álgebra; Geometria; Grandezas e medidas; Probabilidade e estatística.	(EF07MA02) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros.
9º	Matemática	Números; Álgebra; Geometria; Grandezas e medidas; Probabilidade e estatística.	(EF09MA05) Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira.

Fonte: Adaptado de Brasil (2017).

A partir do Quadro 4, percebe-se que a BNCC normatiza a educação financeira no ensino fundamental, visto que passa a estar presente na disciplina de Matemática nos 6ºs, 7ºs e 9ºs anos. Nesse sentido, enquanto conteúdo a ser compreendido pelos alunos, pretende estabelecer

conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. [...] [Isso] favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, do trabalho e do dinheiro (BRASIL, 2017, p. 265).

No que se refere ao ensino médio, a BNCC permite maior autonomia às redes e aos sistemas de ensino para que integrem componentes curriculares contemporâneos que faz sentido ao aluno e à sociedade, já que considera que “os jovens estão dinamicamente inseridos na cultura digital, não somente como consumidores, mas se engajando cada vez mais como protagonistas” (BRASIL, 2018b, p. 447). Nesse contexto,

cabe aos sistemas e às redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e de competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, [...] educação para o consumo, educação financeira e fiscal (BRASIL, 2018b, p. 19-20).

Dessa forma, pode-se supor que a BNCC (BRASIL, 2018b) deu maior possibilidade da curricularização da educação financeira no ensino médio, em sistemas e em redes de ensino, além de que as matrizes curriculares dessa etapa da formação escolar passaram a ter mais flexibilidade para ofertar a disciplina aos alunos nas escolas (BRASIL, 2018b), o que é importantíssimo, dado que, conforme Batty *et al.* (2020), os estudantes do ensino médio estão em uma faixa etária na qual estão mais aptos a compreender conteúdos voltados às finanças.

Um dos locais que representa esse crescimento é o estado do Paraná, pois a disciplina de educação financeira passou a pertencer à matriz curricular do ensino médio como curso obrigatório, no início do ano letivo de 2021, com uma aula semanal, com esse objetivo de se ter sujeitos mais conscientes na sociedade (PARANÁ, 2021a).

Com a Instrução Normativa Conjunta nº008/2021, a qual se configurou como uma nova proposta de ensino médio para 2022, ampliou-se para duas aulas semanais em instituições de ensino regular, cívico-militares, em tempo integral, do campo e de assentamentos e acampamento, além das escolas das ilhas. As escolas indígenas (PARANÁ, 2021b) e as escolas

quilombolas (PARANÁ, 2022b) tiveram inclusa a disciplina de economia solidária, dado os seus respectivos contextos, e não a de educação financeira. Um dos argumentos que reforça essa ampliação de carga horária é o de que

ensinar sobre educação financeira é muito mais do que falar sobre dinheiro, é preparar o aluno e, consecutivamente, sua família para uma relação mais saudável com o dinheiro. Com ela, é possível criar estratégias para novas aquisições e mudanças de hábitos com investimentos seguros para todos (PARANÁ, 2022a).

Nesse viés, os Itinerários Formativos (roteiros de estudos) do ensino médio de 2022, propostos pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná (PARANÁ, 2022b), sugeriram ementas para orientar a prática do professor em sala de aula em relação ao ensino da educação financeira. O Quadro 5 evidencia a ementa da disciplina 2022, na qual são mostrados os elementos fundamentais que devem ser lecionados aos alunos (e consumidores).

Quadro 5 – Ementa de conteúdo da disciplina de educação financeira no ensino médio do ano de 2022 do Estado do Paraná.

Título do Componente Curricular	Etapa do Ensino	Carga Horária	Objetivos	Justificativa
Educação Financeira	Ensino Médio: 1ª, 2ª e 3ª séries	02 aulas semanais	Espera-se que a Educação Financeira, sendo viabilizada de forma intencional no espaço escolar, contribua com a construção das competências necessárias para que os estudantes enfrentem os desafios sociais e econômicos da sociedade, além dos seus próprios, com mais segurança, domínio, controle e conhecimento técnico do tema, entendendo que essa atitude faz parte de seu exercício de cidadania. [...] Busca-se também uma postura consciente diante das questões financeiras.	Diante de situações complexas da vida cotidiana que envolvem dimensões sociais, políticas e econômicas [...], por meio da educação financeira, pretende-se desenvolver uma conduta consciente em relação às questões financeiras, visto que “educar o consumidor é educar o cidadão”, assim como melhorar a qualidade de vida: através do uso consciente do dinheiro, do gerenciamento de seu consumo e do planejamento financeiro, os estudantes podem fazer escolhas mais assertivas, aumentando a parcela de indivíduos autônomos em relação a suas finanças pessoais, afastando-se de dívidas descontroladas, de fraudes e de situações arriscadas que podem comprometer o bem-estar social.

Fonte: Adaptado de SEED (PARANÁ, 2022c).

Percebe-se, a partir da justificativa descrita no Quadro 5, que os autores da ementa do conteúdo de educação financeira do Estado do Paraná tiveram um olhar atento ao consumo

consciente por parte do consumidor, mesmo a atual literatura internacional fornecendo poucos *insights* sobre quais temas devem ser abordados em sala pelo professor durante as aulas da disciplina (COMPEN; WITTE; SCHELFHOUT, 2019; KAISER; MENKHOFF, 2019).

Porém, deve-se analisar se de fato os conteúdos estabelecidos no Caderno Itinerários Formativos do ensino médio do Estado do Paraná de 2022, propostos pela Secretaria de Estado da Educação, o qual estabelece temas que possibilitam os alunos, em especial os de baixa renda, ter consciência frente ao hábito de consumo. Para ilustrar isso, o Quadro 6 apresenta os tópicos elementares ao dia a dia dos consumidores, sobre os quais os alunos da 1ª Série do ensino médio devem ter conhecimento, tais como “fonte de renda”, “receitas fixas”, “orçamento individual e familiar”, entre outros.

Quadro 6 – Matriz Curricular de educação financeira da 1ª série do ensino médio do Estado do Paraná.

(Continua)

1ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO			
HABILIDADES DO EIXO DO EMPREENDEDORISMO			
(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.			
Objetivos de aprendizagem	Objetos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de carga horária
Conhecer o objetivo da Educação Financeira e suas implicações nas decisões de consumo.	A Educação Financeira.	A importância da Educação Financeira e para que serve.	02
HABILIDADES DO EIXO INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA			
(EMIFCG03) Utilizar informações, conhecimentos e ideias resultantes de investigações científicas para criar ou propor soluções de problemas diversos.			
Objetivos de aprendizagem	Objetos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de carga horária

<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as diferentes fontes de renda (fixas e variáveis); - Compreender o processo de gestão financeira e organização de orçamento individual e familiar; e - Elaborar orçamento financeiro para realizar análise de receitas e despesas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização Financeira; - Origem e destino do dinheiro; e - Planejamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diferentes fontes de renda; - Receitas (fixas); - Aumentando a minha renda (receitas variáveis); - Despesas; - Despesas fixas e variáveis; - Análise de gastos (para onde está indo meu dinheiro); - Relação receitas e despesas; - Gestão Financeira (planilhas e listas); - Orçamento individual; - Orçamento familiar; - “Enxugando” as despesas; - Provisões – preparado para imprevistos; - Pagar à vista ou a prazo. 	14
---	---	--	----

HABILIDADES DO EIXO PROCESSOS CRIATIVOS

(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.

Objetivos de aprendizagem	Objetos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de carga horária
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender ativos e passivos para aplicar na gestão de recursos financeiros; - Conhecer e compreender os tipos de investimentos (poupança, bolsa de valores, Tesouro Direto etc.); e - Conhecer o programa Nota Paraná e analisar seus benefícios individuais e coletivos. 	Aumento da renda.	<ul style="list-style-type: none"> - Ativos e passivos; - Investimentos; - Tipos de investimentos; - Risco e retorno; - Como reverter impostos (Nota Paraná); - Poupança; - Taxas de captação. 	14

HABILIDADES DO EIXO PROCESSOS CRIATIVOS

(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática

Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar situações de contratação e implicações futuras na realização de empréstimos e financiamentos; 	Endividamento.	<ul style="list-style-type: none"> - O endividamento; - Como sair do endividamento; - Empréstimo; - Negociando as dívidas; 	16

<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e analisar os produtos e os serviços bancários disponíveis; - Conhecer a função do Sistema de Proteção de Crédito (SPC) para compreender a importância do planejamento financeiro. 		<ul style="list-style-type: none"> - Diferentes formas de empréstimos (pessoal, banco, empresas); - Taxas de juros; - Uso do crédito; - Produtos bancários – muito cuidado; e - Serviço de Proteção ao Crédito. 	
--	--	--	--

HABILIDADES DO EIXO PROCESSOS CRIATIVOS

(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática

Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar os padrões comportamentais relacionados ao consumo para adotar atitudes positivas como consumidor; - Diferenciar consumo e consumismo; - Identificar e compreender as formas de crédito disponíveis ao consumidor; - Compreender e analisar juros simples e juros compostos para tomada de decisão em situações diversas; e - Conhecer os direitos do Consumidor e sua aplicação em situações cotidianas. 	Planejamento de gastos e endividamento.	<ul style="list-style-type: none"> - O que me faz gastar? (Análise e relação com o planejamento); - Necessidade x Desejo. Eu quero, mas eu preciso? - Comprar por impulso; - Ir ao mercado com fome: comportamentos positivos e negativos na hora das compras; - Cuidado com as promoções; - Armadilhas de consumo; - Cartão de crédito: mocinho ou vilão?; - Taxas de juros – simples e compostos; - Melhor comprar à vista ou parcelar?; - A importância de comparar os preços; - É meu direito: Código de Defesa do Consumidor e Procon. 	18

HABILIDADES DO EIXO EMPREENDEDORISMO

(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.			
Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as características que constituem o perfil de um empreendedor; - Compreender os processos relacionados ao ato de empreender e a necessidade de planejamento; e - Reconhecer como o plano de negócios organiza o início ou a ampliação de um empreendimento. 	Empreendedorismo.	<ul style="list-style-type: none"> - Perfil empreendedor; - Valor agregado a um produto; e - Plano de negócio. 	08
HABILIDADES DO EIXO MEDIAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIOCULTURAL			
(EMIFCG09) Participar ativamente da proposição, implementação e avaliação de solução para problemas socioculturais e/ou ambientais em nível local, regional, nacional e/ou global, corresponsabilizando-se pela realização de ações e projetos voltados ao bem comum.			
Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
Reconhecer como o planejamento financeiro ajuda a realizar projetos pessoais ou coletivos.	Concretização de metas de consumo.	<ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de um bem (celular, computador); - Financiamento: quando fazer; e - Viagem em família. 	08

Fonte: Adaptado de SEED (PARANÁ, 2022b).

Percebe-se que os conteúdos expostos no Quadro 6, os quais são referentes a 1ª Série do ensino médio, além de abordarem elementos da matemática financeira, das finanças e da contabilidade, também exploram a criticidade do aluno em relação ao consumo, pois o instiga a pensar “o que me faz gastar?” e “eu quero, mas preciso?”. No Quadro 7, a perspectiva do cálculo é mantida no ensino da educação financeira para a 2ª Série, mas, agora, também se propõe que o aluno passe a estabelecer um projeto de vida, como “o sonho da universidade”, além de ser alguém ético e responsável diante de uma sociedade de consumo.

Quadro 7 – Matriz Curricular de educação financeira da 2ª série do ensino médio do Estado do Paraná.

(Continua)

2ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO			
<p>HABILIDADES DO EIXO EMPREENDEDORISMO</p> <p>(EMIFCG11) Utilizar estratégias de planejamento, organização e empreendedorismo para estabelecer e adaptar metas, identificar caminhos, mobilizar apoios e recursos, para realizar projetos pessoais e produtivos com foco, persistência e efetividade.</p>			
Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
Utilizar a Educação Financeira como uma ferramenta de planejamento para um consumo consciente.	A Educação Financeira	Educação Financeira na escola (retomada).	02
<p>HABILIDADES DO EIXO INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA</p> <p>(EMFICG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p>			
Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a história da moeda brasileira (Real), analisando os fatores que interferem na valorização e na desvalorização de uma moeda. - Compreender a relação das moedas entre os países. - Compreender como é formada a taxa de câmbio. - Efetuar conversões entre moedas estrangeiras. - Conhecer as diferenças entre importação e exportação e sua influência na economia nacional. - Analisar os fatores de risco envolvidos em compras no exterior. 	<ul style="list-style-type: none"> - O dinheiro; - Real; - Dólar; - Euro. 	<ul style="list-style-type: none"> - A história do dinheiro no Brasil; - O Real; - Inflação; - O poder de compra com o Real; - As principais moedas dos outros países (Dólar e Euro); - Câmbio e conversão; - Taxas de câmbio; - Exportação e importação: o que influencia na vida pessoal e financeira; e - Compras no exterior. 	16
<p>HABILIDADES DO EIXO INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA</p> <p>(EMFICG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p>			

Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer aptidões individuais, inclinações profissionais e aplicá-las no desenvolvimento do seu projeto de vida; - Elaborar um currículo e compreender como se preparar para um processo seletivo profissional; - Entender os lançamentos na folha de pagamento; - Entender e diferenciar os sistemas de previdência existentes para planejar a aposentadoria; - Conhecer estratégias para superar o desemprego e se realocar no mercado de trabalho. 	O mundo do Trabalho (primeiro emprego e desemprego).	<ul style="list-style-type: none"> - Profissões do futuro; - Projeto de vida: escolhas pessoais; - Um emprego x Meu sonho; - Estilo de vida x Emprego; - Estágio; - Currículo; - Entrevista de emprego; - Carteira de trabalho; - Salário: descontos e benefícios; - Aposentadoria: Previdência Social e Previdência Privada; -Desemprego; e - Habilidades para superar o desemprego. 	16
HABILIDADES DO EIXO EMPREENDEDORISMO (EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.			
Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar seu perfil de empreendedor; - Conhecer perfis empreendedores de sucesso: exemplos; - Identificar e diferenciar empreendedorismo de intraempreendedorismo; - Conhecer o Sebrae e sua forma de atuação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Empreendedorismo; e - Planejamento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Negócio próprio; - Perfil empreendedor; - Jogos empresariais; - Competências no contexto do empreendedorismo; - Empreendedorismo e intraempreendedorismo; - Aperfeiçoamento de competências e habilidades do empreendedorismo (Sebrae). 	11

HABILIDADES DO EIXO INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA			
(EMFICG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.			
Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
<ul style="list-style-type: none"> - Identificar demandas da comunidade que possam gerar novos negócios; - Reconhecer o público-alvo de um negócio; - Conhecer os passos para elaborar um plano de negócios. - Identificar os tipos de recursos necessários para a implantação de um empreendimento; - Demonstrar a viabilidade de um plano de negócios; - Conhecer os tributos que todo empreendedor deve pagar e como utilizar as opções de investimentos, financiamentos, seguros e créditos para empreendedores; e - Analisar taxas de juros para tomada de decisão em situações cotidianas do empreendimento. 	<p>Abertura de um negócio: estrutura e funcionamento.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa de Mercado: produto ou serviço; - Análise de demanda: oferta e procura; - Público-alvo; - Plano de negócios; - Recursos necessários para o empreendimento (humanos, materiais e de capital); - Projeções de vendas e lucros; - Estimativas; - Tributação Provisão; - A importância do seguro; - Ética e responsabilidade; - Financiamento; - Crédito; - Consórcio; - Endividamento Empresarial; - Taxas de Juros e equilíbrio financeiro empresarial. 	20
HABILIDADES DO EIXO INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA			
(EMFICG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.			
Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
<ul style="list-style-type: none"> - Diferenciar receita e despesa e elaborar uma planilha de gestão dos recursos com ou sem o uso tecnologias; 	<ul style="list-style-type: none"> - Gestão Financeira (vida profissional x vida financeira); - Receitas x despesas; e 	<ul style="list-style-type: none"> - Ganhos (receitas) – empregado ou empreendedor; - Gastos (despesas); 	15

<p>- Planejar o uso do saldo positivo do seu orçamento, considerando as diversas possibilidades de investimento e aplicações;</p> <p>- Conhecer e avaliar os diferentes meios de realizar grandes sonhos (aquisição de bens, investimento em formação profissional, viagens etc.).</p>	<p>- Saldo positivo.</p>	<p>- Relação receitas x Despesas – o uso de planilhas;</p> <p>- Orçamento superavitário;</p> <p>- A importância de poupar;</p> <p>- Tipos de investimentos;</p> <p>- A importância do tempo nos investimentos;</p> <p>- Ativos e Passivos;</p> <p>- Comprando um bem: carro e casa;</p> <p>- Financiamento: quando fazer;</p> <p>- Aperfeiçoamento profissional; e</p> <p>- O sonho da universidade.</p>	
--	--------------------------	--	--

Fonte: Adaptado de SEED (PARANÁ, 2022b).

Ainda sobre o Quadro 7, o qual se refere ao conteúdo da 2ª Série do ensino médio, além de expor temáticas que abordam sobre “o projeto de vida”, também possibilita ao estudante uma gama de temas instrutivos que permite o bem-estar financeiro do consumidor, como aqueles que abordam o “endividamento” e a “importância de poupar”. Agora, no que tange ao Quadro 8, logo em sequência, entre os conteúdos de educação financeira da 3ª Série, predomina a engenharia econômica, abordando assuntos como gestão de custos, gestão de riscos, taxa interna de retorno, entre outros.

Quadro 8 – Matriz Curricular de educação financeira da 3ª série do ensino médio do Estado do Paraná.

(Continua)

3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO			
HABILIDADES DO EIXO EMPREENDEDORISMO			
(EMIFCG12) Refletir continuamente sobre seu próprio desenvolvimento e sobre seus objetivos presentes e futuros, identificando aspirações e oportunidades, inclusive relacionadas ao mundo do trabalho, que orientem escolhas, esforços e ações em relação à sua vida pessoal, profissional e cidadã.			
Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
Relatar como a Educação Financeira impacta a vida das pessoas	A Educação Financeira.	Retomada da importância da educação financeira (nivelamento).	02

individualmente e coletivamente.			
HABILIDADE DO EIXO INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA			
(EMFIG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.			
Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender e diferenciar os princípios de análise técnica e análise fundamentalista; - Comparar a rentabilidade de investimentos por meio da análise técnica; - Calcular a taxa mínima de atratividade de um negócio; - Analisar a taxa interna de retorno (TIR), utilizando a taxa de desconto e o valor presente líquido (VPL); - Identificar, diferenciar e analisar os diferentes tipos de gráficos relacionados ao mercado financeiro; e - Compreender a gestão econômica e os seus eixos. 	Engenharia econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Microeconomia e decisões pragmáticas; - Princípios de análise fundamentalista; - Projetos de investimento – análise de prós e contras; - Liquidez, risco e rentabilidade; - Horizonte de investimento; - Diversificação; - Tributos; - Impactos da variação dos juros, da inflação e do câmbio; - Cálculo da taxa mínima de atratividade; - Custo de capital e custo de oportunidade; - Valor presente do dinheiro ou valor presente líquido (VPL): cálculo; - Valor presente e valor futuro; - Taxa de desconto; - Anuidades e perpetuidades; - Comparação de diferentes valores no tempo; - Gestão econômica: - Gestão de custos; 	26

		<ul style="list-style-type: none"> - Gestão de investimentos; - Gestão de riscos; - Fluxo de caixa: entrada, saída e projetados; - Taxa interna de Retorno (TIR); e - Cálculo da TIR e diferentes investimentos: utilização da TIR para a escolha de projetos. 	
<p>HABILIDADE DO EIXO INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA</p> <p>(EMFICG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p>			
Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
Compreender para que serve e como funcionam as cooperativas de crédito.	Cooperativismo, empreendimento e cooperativa de crédito.	<ul style="list-style-type: none"> - Retomada do empreendedorismo com foco no cooperativismo; - Cultura e trabalho cooperativo: uma possibilidade para empreender; - Cooperativa de crédito: definição; - Cooperativa crédito x Instituições bancárias; - A credibilidade das cooperativas de crédito; - Cooperativas: Estrutura e organização; - Possibilidade para investimento e crescimento em comunidade. 	08
<p>HABILIDADE DO EIXO INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA</p> <p>(EMFICG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.</p> <p>HABILIDADE DO EIXO PROCESSOS CRIATIVOS</p> <p>(EMIFCG05) Questionar, modificar e adaptar ideias existentes e criar propostas, obras ou soluções criativas, originais ou inovadoras, avaliando e assumindo riscos para lidar com as incertezas e colocá-las em prática.</p>			

Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos básicos do mercado financeiro para diferenciar investimentos de renda fixa e renda variável; - Compreender os diferentes tipos de aplicações financeiras por meio de sites e aplicativos de corretoras de investimentos; - Reconhecer e analisar os riscos envolvidos em diferentes tipos de investimentos e gerenciá-los conforme o perfil do investidor. 	Mercado financeiro e investimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Ativos e passivos; - Possibilidades de rendimentos; - Mercado financeiro; - Tipos de investimentos; - Poupança; - Características de um fundo de investimento; - Riscos; - Simulador de investimentos; - CDB – Certificado de Depósito Bancário; - Simulador de rendimentos do CDB; - Características do Tesouro Direto; - Simulador de Tesouro Direto; - O Mercado de Ações; - O que é uma Ação; - Onde e como investir no mercado de ações; - Ações de investimento como renda variável – a oscilação do mercado de ações; - Ações ordinárias vs preferenciais; - Dividendos, bolsas e índices; - Os tributos no mercado de ações; - Simuladores de Investimento; - Carteira de Investimento; - Criptomoedas; e 	20

		- Investimento em imóveis.	
HABILIDADE DO EIXO INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA			
(EMFICG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais			
Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender como a inflação é calculada e como o consumidor é afetado por essa taxa; - Compreender o que pode gerar uma crise econômica e os seus impactos na vida do consumidor; - Conhecer o Mercado Financeiro Nacional e como ele funciona; - Compreender a balança comercial: importação e exportação. 	Economia Nacional e Internacional.	<ul style="list-style-type: none"> - Inflação: como ela afeta a vida pessoal; - Como atenuar os efeitos da inflação; - Balança Comercial; - Mercado Financeiro Nacional – principais características; - PIB e IDH; - Exportação; - O reflexo da economia na vida cotidiana; - Crise financeira: impacto na vida do cidadão; - Valorização dos produtos nacionais; - Importação e impacto na economia; - Relações internacionais; - Impacto no Brasil. 	16
HABILIDADE DO EIXO INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA			
(EMFICG01) Identificar, selecionar, processar e analisar dados, fatos e evidências com curiosidade, atenção, criticidade e ética, inclusive utilizando o apoio de tecnologias digitais.			
Objetivos de Aprendizagem	Objetivos do Conhecimento	Conteúdos	Sugestão de Carga Horária
<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a destinação dos tributos e o impacto da sonegação fiscal para a sociedade; e - Conhecer o que são contas públicas e como 	Economia Pública.	<ul style="list-style-type: none"> - Destinação dos tributos A: nota fiscal x serviços públicos; - Bens e serviços públicos: para quem?; - Contas públicas; 	08

acompanhar a sua fiscalização.		- Acompanhamento das contas públicas; - Corrupção e o impacto social: canais de denúncia.	
--------------------------------	--	--	--

Fonte: Adaptado de SEED (PARANÁ, 2022b).

Através de uma análise do Caderno de Itinerários Formativos do ensino médio (PARANÁ, 2022b), foi constatado que os conteúdos de educação financeira que o professor deve trabalhar junto ao seu aluno (o consumidor), majoritariamente, estão no eixo da matemática financeira, das finanças e da contabilidade, e isso não deixa de ser relevante. Contudo, outros temas, como orçamento familiar, comprar por impulso, armadilhas do consumo, projeto de vida: escolhas pessoais, currículo, aposentadoria, ética e responsabilidade, o sonho da universidade, possibilidade de investimento e crescimento (PARANÁ, 2022b), merecem destaque, pois fazem com que o ensino da disciplina vá além somente da dimensão do cálculo e abra-se a um olhar mais social, mais comunitário, mais crítico.

Inclusive, a literatura já aponta que a educação financeira não deve reduzir-se a juros simples e compostos, títulos de (FERNANDES; LYNCH; NETEMEYER, 2014); proteção de ativos, orçamento, empréstimos, poupança, compra de ativos (BHATTACHARYA; GILL, 2020); e seus derivados (ATKINSON; MESSY, 2012), porque também deve tratar de assuntos que tornem os consumidores mais atentos às questões sociais (FERNANDES; LYNCH; NETEMEYER, 2014). Nesse sentido, supõe-se que a educação financeira é destinada ao consumidor e, uma vez que seja, deve não apenas aprimorar a tomada de decisões acerca das finanças pessoais, mas também entender que, no contexto educacional, para Rosenbaum *et al.* (2011), qualquer que seja a disciplina, deve-se ter a missão e a intenção transformadoras explícitas em um todo, e não apenas num setor específico, sobretudo quando se busca o bem-estar dos estudantes de baixa renda, visto que estão entre os mais vulneráveis socialmente (FERNANDES; LYNCH; NETEMEYER, 2014).

Com o objetivo de síntese, abaixo, apresenta-se o Quadro 9, o qual destaca estudos relevantes que contribuíram para com o desenvolvimento da educação financeira.

Quadro 9 – Resumo de estudos que se voltaram ao ensino da educação financeira neste tópico.

(Continua)

Autores/ano	Pesquisa	Natureza de Pesquisa	País
Savoia; Saito; Santana (2007)	Paradigmas da educação financeira no Brasil	Teórica	Brasil

Atkinson e Messy (2012)	Mediação financeira e alfabetização financeira: resultados da OCDE/Rede Internacional de Educação Financeira (Infe) – estudo piloto	Empírica	Internacional
OECD (2012)	Letramento financeiro: uma habilidade essencial na vida	Teórica	Internacional
Banco do Brasil/Enef (2013)	Caderno de educação financeira Gestão de finanças pessoais	Teórica	Brasil
Comeron <i>et al.</i> (2014)	Fatores associados à alfabetização financeira entre estudantes do ensino médio na Nova Zelândia	Empírica	Nova Zelândia
Fernandes; Lynch; Netemeyer (2014)	Alfabetização financeira, educação financeira e comportamentos financeiros	Teórica	Internacional
Brasil/BNCC (2017)	Base Nacional Comum Curricular – educação é a base	Teórica	Brasil
Brasil/BNCC (2018)	Base Nacional Comum Curricular – educação é a base	Teórica	Brasil
Giordano, Assis e Coutinho (2019)	A educação financeira e a Base Nacional Comum Curricular	Teórica	Brasil
Bhattacharya e Gill (2020)	Educação financeira e atitudes financeiras: evidências de um experimento do ensino médio	Empírica	EUA
Paraná (2022b)	Caderno Itinerários Formativos de 2022: ementas curriculares em 2022	Teórica	Brasil

Fonte: elaborado pelo autor.

Na discussão sobre a necessidade da educação financeira e a implantação desta como componente curricular, fica evidente que uma parte sensível da sociedade não só são destinatários fundamentais das ideias e lições da educação financeira, que são os consumidores de baixa renda. Estes vivenciam muitas situações de vulnerabilidade social e econômica, nas quais a educação financeira é de grande valia, no sentido de trazer autonomia e liberdade. Além disso, refletir sobre essa porção da sociedade em se tratando de educação financeira é fundamental, pois só a partir de um debate social e de uma modulação na linguagem, tais conceitos e ideias poderão trazer frutos concretos. Falaremos sobre isso no próximo tópico, abordando sobre o consumidor de baixa renda e o bem-estar financeiro.

2.3 O CONSUMIDOR DE BAIXA RENDA E O BEM-ESTAR FINANCEIRO

O consumidor de baixa renda começa a aparecer na literatura acadêmica no início dos anos 1960, na obra *The poor pay more: Consumer practices of low-income families*, de David Caplovitz. Na década seguinte, o tema continuou em evidência através de Philip Kotler, com o

artigo *What Consumerism means for marketers*, e de Alan Anderson, com o seu trabalho intitulado *The differing nature of Consumerismo in the ghetto*. Porém, nos anos posteriores, estudos sobre o consumidor de baixa renda deixaram de ser foco acadêmico, até o início da década de 2000 (HEMAIS; CASOTTI; ROCHA, 2013).

Prahalad e Hart (2002), através um artigo nomeado como *The fortune at the botton of the pyramid*, publicado na Revista *Strategy+Business* em 2002 – em 2004, com ideias mais desenvolvidas, tornou-se um livro *best-seller* –, conceberam as 4 bilhões de pessoas mais pobres do mundo como potenciais consumidores lucrativos, e, portanto, novamente o consumidor de baixa renda passou a ser foco no contexto acadêmico e de negócios.

Segundo esses autores, a pirâmide econômica mundial deve ser dividida em três camadas, a qual deve conter quatro níveis de consumidores: no topo, deve estar o nível 1, que deve compreender os ricos do mundo todo; no meio, os níveis 2 e 3, os quais, por sua vez, devem ser ocupados pelos consumidores pobres em nações desenvolvidas e pelas classes médias em países ainda em desenvolvimento; na base, por fim, o nível 4, pelo qual os consumidores de baixa renda devem ser representados: estima-se, inclusive, que esse setor contém mais de 1 bilhão de indivíduos com renda per capita inferior a US\$ 1 por dia (PRAHALAD; HART, 2002). Na sequência, a Figura 2 expõe a pirâmide econômica mundial.

Figura 2 – A pirâmide econômica do mundo.

Renda per capita anual Camadas	Camadas	População em milhões
Mais do que \$ 20,000*	1	75 – 100
\$ 1,500 - \$ 20,000	2 e 3	1.500 – 1.750
Menos do que \$ 1,500	4	4.000

* Com base na compra em dólar americano.
Fonte: Prahalad e Hart (2002)

Visar ao lucro sobre os consumidores de baixa renda agradou a muitas pessoas, especialmente àquelas ligadas aos negócios, mas recebeu a crítica de diversos intelectuais, dentre eles, Aneel Karnani. O autor afirmou que a pobreza generalizada é vigente e, por isso, erradicar ou, pelo menos, aliviá-la é um desafio urgente (KARNANI, 2006).

Contudo, após as publicações de Prahalad e Hart (2002), muitas empresas e muitos pesquisadores começaram a ter uma outra visão em relação aos consumidores de baixa renda, não os enxergando como excluídos, mas sim como uma oportunidade de obtenção de lucro (HEMAIS; CASOTTI; ROCHA, 2013).

Além disso, Karmani e McKague (2019) conceberam os pobres como indivíduos excluídos socialmente, pois inúmeras pessoas são mal remuneradas em seu trabalho e, conseqüentemente, são impossibilitadas do bem-estar. Nesse sentido, embora a pobreza seja um conceito multidimensional, o problema mais importante para os menos economicamente favorecidos é a renda insuficiente para consumir os alimentos necessários e ter outros direitos, como abrigo, saúde, educação, além de outros itens essenciais que permitem o alcance de uma qualidade de vida básica. Ademais, o mal uso da remuneração recebida, ou seja, o gastar desnecessariamente ou de forma errônea, reduz o bem-estar em sua amplitude.

Pensando dessa forma, Van Praag e Frijters (2003) já apontavam que o equilíbrio entre os gastos e a poupança é crucial para sustentar o bem-estar financeiro no longo prazo. Paralelamente, segundo Sass *et al.* (2015), para vivenciar o bem-estar financeiro, é necessário acumular dinheiro para atender às necessidades futuras difíceis. Na sequência, conforme Netmeyer *et al.* (2018), o bem-estar financeiro é percebido como um preditor chave do

bem-estar geral e comparável em magnitude ao efeito combinado de outros domínios da vida, como a satisfação no trabalho e a boa saúde física.

Agora, para Brügger *et al.* (2017), essa natureza do bem-estar financeiro é mais complexa e subjetiva, pois compõe vários elementos, tais como cognição, emoções, ações, entre outros aspectos que estão no contexto da vida dos consumidores. Nesse caso, em contraste com os estudos anteriores, esse último conceito de bem-estar financeiro apresentado reconhece a interdependência entre indivíduo e sociedade, isto é, o bem-estar financeiro ocorre em um nível coletivo. Nesse contexto, Collins e Urban (2019) apontam que o bem-estar financeiro dos consumidores requer medidas mais holísticas do que somente a fixação nos seus saldos.

Contudo, o *Consumer Financial Protection Bureau* (2015), em 2015, conceituou o bem-estar financeiro sendo o estado em que o consumidor pode cumprir plenamente as obrigações financeiras atuais e futuras, assim como se sentir seguro a partir de suas finanças, em que se emerge para um futuro capaz de fazer escolhas que permitem desfrutar da vida.

Esse conceito de bem-estar financeiro surgiu através de pesquisas realizadas com consumidores norte-americanos, a partir das quais se chegou a quatro elementos de bem-estar financeiro que têm forte relação com o tempo: presente e futuro. Vale destacar, ainda, que, nessa pesquisa, aspectos como renda e patrimônio líquido, embora sejam importantes, não foram apontados como fundamentais para o bem-estar financeiro pelos pesquisados (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU, 2015), conforme demonstra o Quadro 10.

Quadro 10 – Os quatro elementos do bem-estar financeiro.

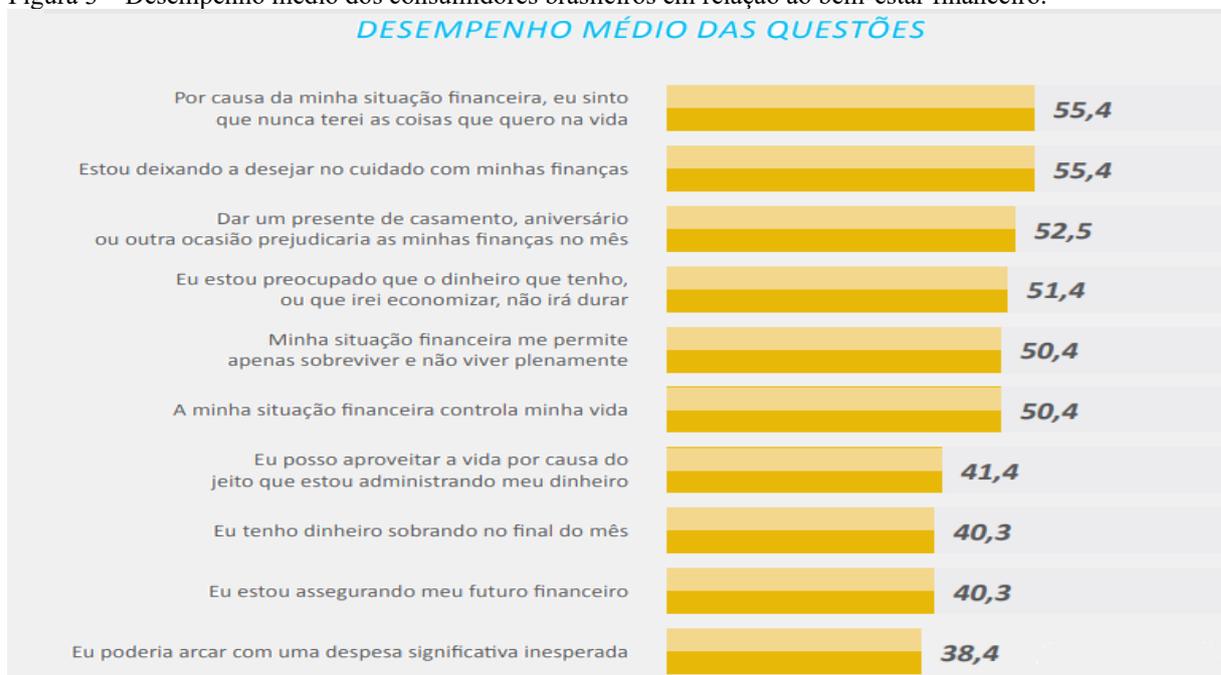
	Presente	Futuro
Segurança	Ter controle sobre suas finanças do dia a dia, mês a mês.	Ter capacidade de absorver um choque financeiro.
Liberdade de escolha	Ter liberdade financeira para fazer escolhas para desfrutar da vida.	Estar no caminho certo para atingir suas metas financeiras.

Fonte: Adaptado de *Consumer Financial Protection Bureau* (2015, p. 19).

Baseando-se nos quatros elementos do bem-estar financeiro do *Consumer Financial Protection Bureau* (2015) explicitados há pouco, o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), juntamente à participação de pesquisadores do Núcleo de Estudos Comportamentais da Comissão de Valores Mobiliários (CMV), realizou um estudo sobre o nível do bem-estar financeiro do consumidor brasileiro em 2017. Para isso, adaptou-se os quatro elementos do bem-estar financeiro do CFPB (2015) em dez questões do tipo de escala *likert*, e o resultado apontou que as maiores dificuldades dos consumidores brasileiros estão concentradas em fazer

reserva contra imprevistos e em assegurar o futuro financeiro, “o que pode prejudicar a conquista dos sonhos”, além de dificultar o bem-estar financeiro (SPC, 2017, p. 8), como aponta o desempenho médio dos participantes da pesquisa na Figura 3:

Figura 3 – Desempenho médio dos consumidores brasileiros em relação ao bem-estar financeiro.



Fonte: SPC (2017).

Embora a pesquisa desenvolvida pelo SPC em 2017 não tenha considerado uma distinção de renda entre os respondentes, aquela exploratória realizada nos EUA pelo *Consumer Financial Protection Bureau* 2015 revelou que os consumidores de baixa renda sofrem com gestão do dinheiro (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU, 2015). Outrossim, outro estudo norte-americano apontou algo ainda mais preocupante: o fato de que muitos consumidores de baixa renda não possuem fonte de renda suficiente para sobreviverem, de tal maneira que o bem-estar financeiro fica totalmente comprometido (BUFE *et al.*, 2022).

Nos estudos de Lodi e Hemais (2019), em cenário brasileiro, apontou-se que os consumidores de baixa renda, ao gastarem com a compra de produtos, por exemplo, um carro, além de criarem associações simbólicas e afirmações diante da sociedade, sentem seu *eu* estendido no objeto, mesmo que fiquem endividados por anos. Da mesma forma, na pesquisa de Paula *et al.* (2021), também no Brasil, demonstrou-se que a concepção de endividamento dos consumidores de baixa renda é um fenômeno multifacetado, mesmo que tenha predominado o sentimento de que é algo ruim.

Diante disso, parece claro que, dentro das sociedades capitalistas modernas, toda atmosfera motiva os indivíduos a criarem o desejo pelo bem-estar através do consumo, fazendo

com que eliminem o altruísmo, o senso de comunidade e outras atitudes benéficas socialmente, em prol de valores de uma economia de mercado competitiva e desigual (RYAN; DECI; HUTA, 2008). Logo, pode-se supor que foi aguçada a proliferação de uma cultura baseada na conquista do bem-estar financeiro, de maneira que mais

priva seus consumidores do que continuamente lhes promete. O assalto ao prazer que ação e apresentação emitem é indefinidamente prorrogado: a promessa a que na realidade o espetáculo se reduz, malignamente, significa que não se chega ao *quid*, que o hóspede há de se contentar com a leitura do menu (ADORNO, 2002, p. 21).

Nesse viés, edifica-se o padrão de ambiente existencial, no qual os consumidores distinguem-se uns dos outros a partir daquilo que consomem (BAUMAN, 2008), mesmo que isso represente uma sociedade totalmente desigual economicamente, formada, em grande parte, por consumidores de baixa renda, ela prevalece, hodiernamente (CREDIT SUISSE, 2021).

Entretanto, é fundamentalmente necessário, diante do sistema do capitalismo contemporâneo, ter atenção em relação aos consumidores de baixa renda, porque que eles, ao tomarem decisões financeiras importantes, podem ter o bem-estar financeiro afetado por um longo período e ficarem ainda mais pobres, uma vez que a maioria tem pouco conhecimento em finanças pessoais (WEST; FRIEDLINE, 2016).

No Quadro 11, explicitado na sequência, apresentou-se um resumo das pesquisas que tratam sobre consumidores de baixa renda e bem-estar financeiro que fundamentaram o tópico.

Quadro 11 – Resumo das pesquisas sobre consumidores de baixa renda e bem-estar financeiro.

Autores/ano	Pesquisa	Natureza de Pesquisa	País
Prahalad e Hart (2002)	A pirâmide econômica do mundo	Teórica	EUA
Van Praag; Frijters; Carbonell (2003)	A anatomia do bem-estar subjetivo	Empírica	EUA
Karnani (2006)	Miragem na base da pirâmide	Teórica	EUA
Sass <i>et al.</i> (2015)	O que refletem as avaliações subjetivas de bem-estar financeiro?	Empírica	EUA
CFPB (2015)	Bem-estar financeiro: o objetivo da educação financeira	Teórica	EUA
West e Friedline (2016)	Amadurecimento com orçamento apertado: capacidade financeira e comportamentos financeiros dos <i>millennials</i> de baixa renda	Empírica	EUA

Netmeyer <i>et al.</i> (2017)	Como eu estou indo? Bem-estar financeiro percebido, seus antecedentes potenciais e sua relação com o bem-estar geral	Empírica	EUA
Brügger <i>et al.</i> (2017)	Bem-estar financeiro: uma agenda de conceituação e pesquisa	Empírica	EUA
SPC (2017)	Indicador de bem-estar financeiro	Empírica	Brasil
Lodi e Hemais (2019)	Consumidores de baixa renda e o seu <i>eu</i> estendido em carros: uma pesquisa interpretativista	Empírica	Brasil
Collins e Urban (2019)	Medir o bem-estar financeiro ao longo da vida	Empírica	EUA
Bufe <i>et al.</i> (2021)	Choques financeiros e bem-estar financeiro: o que cria resiliência em famílias de baixa renda?	Empírica	EUA

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao finalizar o quadro teórico que concede suporte a essa pesquisa, a seguir, apresenta-se o método que guiará nosso estudo.

3 METODOLOGIA

O presente estudo foi edificado a partir da abordagem qualitativa e, em termos de caráter, classifica-se como exploratório. Em uma pesquisa qualitativa, há uma preocupação primária com o relato de vivências e de experiências, em que a visão de mundo contribui diretamente para com a explicação de fenômenos (KNECHTEL, 2014). O caráter exploratório, por sua vez, permite maior familiaridade com o problema, tendo como objetivo central aprimorar ideias e descobrir instituições. O planejamento de um trabalho exploratório é, pois, flexível e permite considerar vários aspectos em relação ao fato estudado. Além disso, na maior parte dos casos, esse tipo de estudo envolve o levantamento bibliográfico, algumas entrevistas com pessoas que vivenciam empiricamente o problema pesquisado e a análise de exemplos que contribuam para com a compreensão do fato estudado (GIL, 2002).

Visando a atingir o objetivo desta pesquisa, isto é, “compreender como a curricularização da educação financeira em escolas públicas paranaenses reflete-se no comportamento do consumidor de baixa renda”, optou-se por apoiar no método estudo de caso, que, segundo (YIN, 2001), é aplicável quando se busca investigar fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos entre outros. Conforme Yin (2001), o estudo de caso é aplicável quando se busca investigar fenômenos individuais, organizacionais, sociais, políticos entre outros. Assim, considerou-se o estudo de caso como método desta pesquisa, pois permite a investigação de situações concretas que tratem sobre questões no que tange a organização e aspectos sociais.

O protocolo deste trabalho foi dividido em etapas, conforme apresentado a seguir, no Quadro 12.

Quadro 12 – Roteiro de como foi desenvolvido o trabalho de pesquisa.

(continua)

Etapas	Protocolo	Objetivos
1ª etapa	Uma visão geral do projeto do estudo de caso (objetivos e patrocínios do projeto, questões do estudo de caso e leituras importantes sobre o tópico que está sendo investigado).	Dedicar-se às questões imperativas que estão sendo investigadas (inclui-se, aqui, o fundamento lógico para selecionar os locais onde será realizado o estudo, as proposições ou as hipóteses que estão sendo examinadas e a relevância política ou teórica mais ampla da investigação).
2ª etapa	Procedimentos de campo (credenciais e acesso aos locais do estudo de caso, fontes gerais de	- Obter acesso a organizações ou a entrevistados-chave;

	informações e advertências de procedimentos).	<ul style="list-style-type: none"> - Possuir materiais suficientes enquanto estiver no campo – incluindo um computador pessoal, material para escrever, papel, cliques e um local calmo e preestabelecido para tomar notas em particular; - Desenvolver um procedimento para pedir ajuda e orientação, se necessário for, de pesquisadores ou colegas de outros estudos de caso; - Estabelecer uma agenda clara das atividades de coleta de dados que se espera que sejam concluídas em períodos especificados; - Preparar-se para acontecimentos inesperados, incluindo mudanças na disponibilidade dos entrevistados, assim como alterações no humor e na motivação do pesquisador do estudo de caso.
3ª etapa	Questões do estudo de caso (as questões específicas que o pesquisador do estudo de caso deve manter em mente ao coletar os dados, uma planilha para disposição específica de dados e as fontes em potencial de informações ao se responder cada questão).	<ul style="list-style-type: none"> - Questionar-se a si mesmo, enquanto pesquisador, não ao respondente. São, em essência, os lembretes que você deverá utilizar para lembrar das informações que precisam ser coletadas e o motivo para lhes coletar; - Verificar se cada questão está acompanhada de fontes prováveis de evidências. Tais fontes podem incluir os nomes de cada entrevistado e os documentos ou as observações; - Rever as principais questões que a entrevista deve abranger antes de iniciar o estudo de caso; - Incluir “planilhas de coleta de dados”.
4ª etapa	Guia para o relatório do estudo de caso (resumo, formato de narrativa e especificação de quaisquer informações bibliográficas e outras documentações).	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação das questões e das hipóteses; descrição do projeto da pesquisa, do aparato e dos procedimentos de coleta de dados; divulgação dos dados coletados; e discussão das descobertas e conclusões;

		- Compreender que o planejamento do estudo de caso pode se alterar como resultado da coleta inicial de dados, e você é incentivado a pensar que essas flexibilidades – se utilizadas adequadamente e sem qualquer visão tendenciosa – sejam uma vantagem da estratégia do estudo de caso.
--	--	---

Fonte: Adaptado de (YIN, 2001, p. 84-89).

A partir do ano de 2021, a disciplina de educação financeira passou a ser obrigatória na grade curricular das escolas estaduais de ensino médio no Paraná, com a carga horária de uma hora-aula semanal (PARANÁ, 2021c), e, em 2022, passou a ser duas aulas semanais (PARANÁ, 2022b). Em outras palavras, a educação financeira foi instituída como disciplina obrigatória nas instituições dessa etapa da formação de indivíduos dos 32 Núcleos Regionais de Educação (NREs) do Estado do Paraná (PARANÁ, 2022c), abrangendo 399 municípios e 2.109 escolas (PARANÁ, 2022d).

Nesse cenário, o planejamento da pesquisa, elegeu algumas escolas para a realização da mesma, após o contato com quatro escolas, não se obteve a autorização para realizar a pesquisa, sendo que somente a escola localizada no 2º Planalto Paranaense da região dos Campos Gerais, aceitou fazer parte do estudo. Para a pesquisa, optou-se por escola pública, com turmas de ensino médio que apresentasse em sua matriz curricular a disciplina de educação financeira e que estivesse em local de vulnerabilidade socioeconômica.

Assim, a escola em que ocorreu a coleta de dados está situada em uma região urbana de significativa vulnerabilidade socioeconômica do Estado do Paraná. Constatou-se que essa região é composta por 41 bairros, com 15.740 indivíduos inseridos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) (FASPG, 2022). Vale lembrar de que, segundo o Governo Federal, todo indivíduo que reside em território nacional e estiver cadastrado no CadÚnico pode ser considerado de baixa renda (BRASIL, 2022).

Uma pesquisa a partir do método estudo de caso, necessita de múltiplas fontes de coleta de dados (YIN, 2001). Desse modo elegeu-se como instrumento de coleta de dados as seguintes fontes: i) análise documental; e ii) entrevistas com alunos e entrevistas com corpo docente.

A análise documental é frequentemente utilizada em diferentes áreas de estudo, especialmente nas Ciências Humanas e nas Sociais Aplicadas (LEÃO; SILVA JUNIOR, 2018). Conforme Caulley (1983) esse método tem como objetivo identificar as informações fundamentais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. Esse tipo de análise

inicia-se com a coleta de materiais, que não pode ser cega ou mecânica (LAVILLE; DIONE, 1999), e é necessário que tudo seja centrado no objetivo central do estudo (CRESWELL, 2010).

A análise documental, contou com os seguintes documentos: 1º) Base Nacional Comum Curricular; 2º) Cadernos de Itinerários de Expectativas do ensino médio do Paraná - disciplina de Educação Financeira; e 3º) Material de Apoio ao Professor - *slides* trimestrais da disciplina de educação financeira do ensino médio da Secretaria do Estado da Educação do Paraná. O primeiro documento citado acima foi acessado de forma online, já o segundo e terceiro documentos foram concedidos pela Secretaria do Estado da Educação do Paraná.

Ressalta-se, ainda, que a análise dos referidos documentos teve o intuito de mapear o direcionamento temático e de verificar se os conteúdos abordados nas aulas de educação financeira estão concentrados exclusivamente em finanças pessoais ou se também abordam temas que estimulam a criticidade do consumidor.

Enquanto na etapa da entrevista, buscou-se a percepção de dois grupos envolvidos com a disciplina de educação financeira, ou seja, os professores e os alunos. Nesse contexto, dois roteiros de entrevistas semiestruturados foram elaborados direcionados pelo referencial teórico: Atkinson e Messy (2012); Baty *et al.* (2020); Bufe *et al.* (2022); OECD (2020); Bhattacharya e Gill (2020); *Consumer Financial Protection Bureau* (2015); Fernandes; Lynch; Netemeyer (2014); Hadar, Sand e Fox (2013); Hastings, Madrian e Skimmybor (2013); Huston (2010); Netmeyer *et al.* (NETMEYER *et al.*, 2018).

Depois de elaboradas, as perguntas foram analisadas por especialistas da área do comportamento do consumidor e da educação financeira com o objetivo de verificar se o roteiro da entrevista atendia aos objetivos desta pesquisa, após alguns ajustes, foram finalizados e podem ser visualizados no Apêndices D e E.

Para a realização das entrevistas, todos os professores que ministram aulas de educação financeira foram convidados a contribuir com a pesquisa e aceitaram: entrevistou-se 4 docentes. Em relação aos alunos, a estratégia adotada foi passar nas salas e convidar os estudantes a concederem a entrevista, de maneira formal, através da entrega do Termo de Assentimento do Menor e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para que levassem para casa, a fim de obter autorização dos pais e/ou dos responsáveis e, dessa forma, pudessem participar da pesquisa conforme apresentassem disponibilidade (FREITAS *et al.*, 2000).

Todas as entrevistas foram realizadas de forma presencial, sendo que o corpus de análise referente aos alunos abrangeu 12 entrevistados do ensino médio, sendo 3 da 2ª Série e 8 da 3ª. O corpus de análise referente aos professores, por sua vez, contemplou 4 professores que

lecionam a disciplina de educação financeira em turmas do ensino médio. Ressalta-se que uma das entrevistas precisou ser desconsiderada, uma vez que foi realizada com uma aluna no 1º ano do ensino médio, contudo, tendo em vista que a coleta de dados ocorreu no início do ano letivo, a entrevistada não conseguiu fornecer respostas precisas, bem como evidenciou muito nervosismo no decorrer da entrevista, assim optou-se por desconsiderar essa entrevista da análise.

Assim sendo, um total de 16 pessoas foram entrevistados na presente pesquisa. As entrevistas foram realizadas no mês de março do ano de 2023. O principal norte para o número de respondentes se deu pela técnica de saturação, onde “o número de participantes é operacionalmente definido como a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, certa redundância ou repetição, não sendo considerado produtivo persistir na coleta de dados” (FALQUETO; FARIAS, 2016).

O projeto desta pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Pampa (Parecer número 5.830.865) e pelo Comitê de Ética da Universidade Cesumar (Parecer número 5.900.124), o qual avaliou para a Secretaria do Estado da Educação do Paraná, instituição coparticipante.

Outrossim, o Termos de Assentimento do Menor e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apontavam os benefícios da participação na pesquisa e, principalmente, que, a qualquer momento, o aluno, mesmo tendo aceitado participar da entrevista, se ficasse sem jeito ou constrangido com alguma pergunta, poderia pedir para encerrar a atividade, sem qualquer prejuízo. De qualquer forma, todos os indivíduos finalizaram sem problemas.

Todas as entrevistas foram gravadas com vistas a conceder suporte para a análise dos dados, e, por isso, após o estudo, empreendeu-se a transcrição de todo material gravado.

Para a técnica de análise de dados coletados, foi utilizado a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), onde o conteúdo das entrevistas deve ser classificado por categorias temáticas. O tema “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 1977, p. 105).

Ademais, a análise de conteúdo consiste em

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Para Bardin (1977) a análise de conteúdo tem por objetivo efetuar deduções lógicas e justificadas a partir das mensagens coletadas, buscando sistematizá-las e descobrir o significado do conteúdo da mensagem. Este método consiste em três etapas cronológicas: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 1977).

Na etapa da pré-análise, organiza-se sistematicamente as ideias iniciais, de forma que conduza a um esquema preciso para desenvolver um plano de análise. Nesta etapa pode ser escolhido documentos a serem submetidos à análise e indicadores que contribuam com a fundamentação da interpretação final. Já na etapa que tange a exploração do material, é necessário a codificação dos dados coletados, isto é, processo de transformação dos dados brutos em unidades, de maneira que seja possível agregar em unidades. E por último, na etapa do tratamento dos resultados, a inferência e interpretação possibilita a confrontação sistemática dos materiais coletados (BARDIN, 1977).

Ao aplicar o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (1977), chegou-se a seguinte composição das etapas:

1. escolha de documentos a serem submetidos a análise;
2. leitura geral dos documentos e entrevistas;
3. recorte temático nos documentos e entrevistas submetidos à análise;
4. enumeração da frequência temática evidenciadas no material analisado;
5. construção de categorias por agrupamento semântico;
6. inferência e interpretação de dados coletados.

Desta forma, possibilitou-se categorizar semanticamente as temáticas mais citadas nas entrevistas para compreender se a implementação da educação financeira na Educação Básica do Estado do Paraná reflete no comportamento dos consumidores de baixa renda.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

Neste capítulo, serão apresentados os resultados da pesquisa e suas discussões. Desta forma, o capítulo está assim subdividido: perfil dos respondentes; a implantação da educação financeira nas escolas estaduais do ensino médio público do Estado do Paraná; educação financeira, bem-estar financeiro e comportamento de consumo de alunos de baixa renda.

4.1 Perfil dos respondentes

O perfil dos respondentes constitui-se em dois conjuntos de entrevistados, isto é, de estudantes e professores. Neste tópico, as unidades de registros constituem em narrações realizadas durante as entrevistas.

Para identificar o perfil dos estudantes respondentes pautou-se por obter o conhecimento de idade, gênero, série escolar que está matriculado, salário mensal e origem do dinheiro. Conforme exposto no Quadro 13.

Quadro 13 – Perfil dos alunos de educação financeira do ensino médio.

Entrevistado	Idade	Gênero	Série escolar	Salário mensal	Origem do dinheiro
Aluna 1	15 anos	Feminino	2 ^a	Não possui	Dos pais
Aluna 2	16 anos	Feminino	3 ^a	Não possui	Dos pais
Aluno 3	16 anos	Masculino	3 ^a	Não possui	Dos pais
Aluno 4	17 anos	Masculino	2 ^a	Possui	Do próprio trabalho
Aluno 5	19 anos	Masculino	3 ^a	Não possui	De trabalhos esporádicos para familiares
Aluna 6	17 anos	Feminino	3 ^a	Possui	Do próprio trabalho – às vezes dos pais
Aluna 7	17 anos	Feminino	3 ^a	Não possui	Dos pais
Aluno 8	19 anos	Masculino	3 ^a	Possui	Do próprio trabalho
Aluno 9	18 anos	Masculino	3 ^a	Possui	Do próprio trabalho
Aluna 10	16 anos	Feminino	2 ^a	Não possui	De trabalhos esporádicos para os pais
Aluno 11	18 anos	Masculino	3 ^a	Possui	Do próprio trabalho

Fonte: elaborado pelo autor.

O Quadro 13 evidencia que a maioria dos alunos que participaram da pesquisa estão no 3º ano, são do sexo masculino, e menor de idade.

Em relação a indagação: “quando querem comprar alguma coisa, como conseguem o dinheiro?”, cinco alunos disseram, que possuem renda mensal, e seis que não possuem. Os cinco alunos que manifestaram ter salário mensal já possuem emprego fixo, conseqüentemente, verbalizaram que o dinheiro que utilizam para comprar algo, advém do próprio trabalho. Já dos seis alunos que não possuem salário mensal, dois realizam trabalhos esporádicos para pais/familiares para conseguir ter renda para comprar algo, e os outros quatro utilizam dinheiro que recebem dos pais.

Os alunos participantes desta pesquisa têm entre 15 e 19 anos, muito próximo dos estudos de Bruhn *et al.* (2016), realizados no Brasil sobre educação financeira, que teve um corte amostral entre estudantes de 15 a 17 anos, e apontou que muitos alunos também trabalham e com isso, há uma maior oportunidade de aplicar os conceitos recém-aprendidos em sala de aula, enquanto consumidores.

Conseqüente, em relação a identificação do conjunto de professores entrevistados nesta investigação, considerou-se a idade, gênero e tempo que leciona a disciplina de educação financeira no ensino médio. O Quadro 14 revela os seguintes dados:

Quadro 14 – Perfil dos professores de educação financeira do ensino médio.

Entrevistado	Idade	Gênero	Tempo que leciona educação financeira no Ensino Médio
Professora 1	52 anos	Feminino	3 anos
Professora 2	56 anos	Feminino	2 anos
Professor 3	56 anos	Masculino	3 anos
Professora 4	34 anos	Feminino	1 ano

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao observar os dados expostos no Quadro 14, infere-se que dos professores de educação financeira do ensino médio público paranaense que foram entrevistados, a maioria são mulheres, e a maioria também com mais de 50 anos. É notável destacar que não são pessoas em início de carreira, e que já possuem experiência de vida profissional extensa.

Através dos dados coletados, também se considera que a maior parte dos profissionais atua desde o início da implantação da disciplina tendo, assim, já experiência com material,

conteúdos e diretrizes. Isso leva a considerar que são professores com certa experiência na disciplina, pois a maioria deles leciona há mais de um ano o conteúdo de educação financeira.

Já em relação ao gênero dos professores participantes do estudo que atuam na docência de educação financeira em uma escola de educação básica da rede pública paranaense, percebe-se um número maior de docentes do sexo feminino. Ao encontro disso, o Censo Escolar do Estado do Paraná (BRASIL, 2022), apontou que o número de professores com idade entre 30 anos e 59 anos que lecionam no ensino médio paranaense – margem que contempla a idade dos entrevistados – é de 18.735 do sexo feminino de 9.879 e do sexo masculino. Desta forma, expõem um número maior de docentes do sexo feminino do que do sexo masculino no estado paranaense.

Se faz necessário compreendermos objetivos e a intencionalidade por traz das mudanças institucionais. É a partir delas que podemos debater a efetividade ou não, o sucesso ou o fracasso das ações. Na sequência, o tópico que segue, tem a intenção de apresentar tanto o processo institucional que norteou a implantação da educação financeira nas escolas estaduais de ensino médio público paranaense, quanto a percepção de professores e alunos envolvidos no contexto do ensino-aprendizagem da disciplina de educação financeira.

4.2 A implantação da educação financeira nas escolas estaduais de ensino médio público do Estado do Paraná

No contexto educacional brasileiro, alguns documentos são essenciais para a definição de parâmetros e diretrizes que norteiam a prática pedagógica e a organização do sistema de ensino, entre eles é possível citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O primeiro documento estabelece princípios e diretrizes para a Educação Básica e Superior. Já o segundo documento, define os conhecimentos, competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo da Educação Básica, sendo um referencial para a organização curricular nas escolas (BRASIL, 2018b, p. 7).

A BNCC da educação infantil e do ensino fundamental foi homologada no final de 2017, e após um ano, em 2018, homologou-se a do ensino médio. A BNCC “é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2018b, p. 7).

Conforme Giordano, Assis e Coutinho (2019, p. 4), desde que a BNCC começou ser elaborada, em 2014, esteve direcionada aos “conhecimentos mínimos necessários para o desenvolvimento de competências gerais almejadas para o pleno exercício da cidadania, para adaptação ao mundo do trabalho e para a solução de questões cotidianas, de forma plena, por toda a população brasileira”.

Com isso, através da BNCC, assuntos voltados ao contexto do trabalho, como a educação financeira ganharam espaço curricular via itinerários formativos, pois

para cada área do conhecimento, são definidas competências específicas, articuladas às respectivas competências das áreas do Ensino Fundamental, com as adequações necessárias ao atendimento das especificidades de formação dos estudantes do Ensino Médio. Essas competências específicas de área do Ensino Médio também devem orientar a proposição e o detalhamento dos itinerários formativos relativos a essas áreas (BRASIL, 2018b, p. 470).

Assim sendo, a BNCC (BRASIL, 2017) estabelece as Competências Gerais da Educação Básica, de forma a orientar não somente as aprendizagens essenciais, mas também os diferentes itinerários formativos. Ademais, as unidades temáticas direcionadas ao estudo básico sobre economia e finanças, à luz da educação financeira, devem estar direcionados as taxas de juros, inflação, aplicações financeiras e impostos.

Os itinerários formativos “podem ser estruturados com foco em uma área do conhecimento, na formação técnica e profissional ou, também, na mobilização de competências e habilidades de diferentes áreas” (BRASIL, 2018b, p. 477). Ao encontro, a Secretaria de Educação e Esporte do Estado do Paraná – SEED-PR, situa que “o arranjo curricular dos Itinerários Formativos precisa ser diverso, considerando as demandas e necessidades da sociedade atual, como também o contexto no qual os estudantes estão inseridos” (PARANÁ, 2023a, p. 7).

Em decorrência desse entendimento, que a matriz curricular dos Itinerários Formativos precisa que os componentes curriculares estejam adequados aos estudantes (BRASIL, 2018b; PARANÁ, 2023a), assim, a educação financeira foi implantada no ensino médio de escolas públicas do Estado do Paraná em 2021 (PARANÁ, 2021a), de forma a considerar a Instruções Normativas Nº 008/2021 e Nº 006/2022 – DEDUC/DPGE/SEED (PARANÁ, 2022e; PARANÁ, 2021h). Ressalta-se que ainda que, a unidade curricular de educação financeira foi organizada considerando os seguintes eixos estruturantes: a) investigação científica; b) processos criativos; c) mediação e intervenção sociocultural; d) empreendedorismo (PARANÁ, 2021c).

Ainda que os Itinerários Formativos possam estar conectados a realidade dos estudantes e a questões relevantes na sociedade atual, somado ao fato de estudos emergentes tanto no Brasil, quanto em outros países que buscam discutir sobre o ensino da educação financeira (BRUHN *et al.*, 2016; VIEIRA *et al.*, 2017), esta não é obrigatória na grade curricular da Educação Básica da maioria dos Estados do Brasil (BRASIL, 2018b). Com isso, pode-se considerar que sua implementação ainda é paulatina e não universal no que tange as redes públicas de ensino brasileiro, ademais, sendo uma escolha da rede pública de ensino paranaense em implementá-la.

A educação financeira torna o “currículo mais próximo do cotidiano dos estudantes, associado às dinâmicas sociais e aos contextos concretos em que eles estão diretamente inseridos” (PARANÁ, 2021c). Neste sentido, os entrevistados foram indagados sobre a forma de implantação da disciplina de educação financeira no currículo das escolas. Conforme, o Professor 1, a educação financeira foi *“implantada apenas, não teve uma consulta para entender se havia necessidade da disciplina ou não”* (Professor 1). No mesmo sentido, o Professor 2 pontuou que *“ela simplesmente chegou como uma disciplina a ser ministrada”* (Professor 2).

Corroborando nessa linha, o Professor 3 enfatizou que *“a educação financeira simplesmente foi colocada na grade, ela não foi verificada nas escolas, como fazer, de que modo proceder, ela simplesmente foi implantada na escola, e nós tivemos que acatar e trabalhar a disciplina”* (Professor 3). Já o Professor 4 compreende que *dentro dessa nova BNCC, “decidiram implantar a educação financeira”*.

Ainda a respeito da implantação da educação financeira, a informação trazida pelos professores é clara em afirmar que não houve uma consulta específica, uma apresentação da disciplina a partir de seus significados e intenções, nem foi estabelecido um modo de proceder. Os docentes destacam que não houve uma consulta sobre a necessidade ou não de mais uma disciplina. *“Simplesmente foi implantada. [...] O Governo do estado do Paraná não pergunta para nós se nós queremos ou não uma disciplina a mais ou a menos. Ele implementa e pronto”* (Professora1).

Para Saviani (2003) o debater com o corpo docente sobre a formulação do currículo é algo importante. Dado que, o currículo é uma soma das “experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, buscando articular vivências e saberes dos alunos com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para construir as identidades dos estudantes” (BRASIL, 2010).

Diante disso, pode-se fazer a seguinte observação, se na percepção dos professores não está clara a importância e necessidade da disciplina, assim como, pelo contrário, há da parte destes a impressão de uma decisão tomada de forma vertical, conforme as narrativas das entrevistas, talvez deva-se rever a forma como a revisão, comunicação e formação em relação da educação financeira está sendo realizada.

Pois é importante que qualquer formulação ou debate sobre o currículo fique muito bem clara a todos os agentes que estão inseridos no sistema de ensino, como pontua Sabaini (2007). Assim, é possível minimizar os problemas como observado pelo Professor 3: *não teve [diálogo na mudança do currículo]. Pelo menos, eu não participei. Eu já participei de “n” debates sobre implantação de troca de grade curricular, mas nesse caso não, não foi feito um debate amplo* (Professor 3).

Em relação a formação dos professores em educação financeira, a professora 1 disse: *“Eu nunca consegui fazer os cursos de educação financeira. Somente esse ano que eu consegui fazer a inscrição para os formadores que o Governo do Estado do Paraná disponibiliza para nós. São pouquíssimas vagas”* (Professor 1). Vê-se por isso, a dificuldade inclusive de se ter acesso a formação, que é fundamental para o trabalho dos professores. Outro revela que sua desenvoltura na disciplina se dá pela sua formação anterior:

[Formação] Anterior, claro. Formação do Estado eu não tive, quem pegou essa disciplina teve que se virar sozinho, não teve formação. É uma falha tremenda. Cria uma disciplina e não dá formação. Tem gente que sabe. Tem professor que sabe menos que aluno, aluno que já trabalha em determinadas instituições, nas instituições financeiras. Eu domino porque eu sou técnico, então não tem problema. (Professor 3)

Assim, é possível perceber que ocorreram falhas na formação de professores, uma vez que a formação ofertada não alcança todos os responsáveis pela disciplina de educação financeira. Para Bhattacharya e Gill (2020) quando se trata em ensinar educação financeira no ensino médio, mas se tem um tempo limitado na formação dos professores, o aprendizado de atitudes financeiras saudáveis pelos alunos pode não ser satisfatório. Desta forma, a formação em educação financeira dos professores que a lecionam é necessária, pois aumentam sua eficácia (COMPEN; WITTE; SCHELFHOUT, 2019).

Nesse sentido, os professores foram indagados se sentem preparados para lecionar as aulas de educação financeira. A Professora 1 relata que: *“Se a gente não está preparado, a gente corre atrás. Eu sou uma professora que eu corro atrás. Se eu não sei, eu vou pesquisar, eu vou estudar. Para fazer bem-feito o trabalho”* (Professor 1).

Já a Professora 2 afirma:

Não. O preparo que a gente tem foi o que eu busquei. Ver alguns cursos, a própria SEED forneceu cursos de formadores que eles têm, além de um curso de educação financeira que eu fiz, mas muito superficial. Até agora eu não me sinto preparada, eu estou ministrando as aulas e tentando, mas eu não tenho uma formação em educação financeira, formação que a gente tem como professora de matemática é de matemática financeira (Professor 2).

É possível perceber que os professores não se sentem preparados para ministrar as aulas de educação financeira, pois há uma série de conteúdos que necessitariam de um maior aprofundamento, que são descritos pela Professora 2 como um conteúdo “*extremamente complexo*”. Ela afirma: “*Eu não entendo nada de mercado de ações [...] foi tudo muito superficial, não me deu base para trabalhar com os alunos*” (Professora 2). Esse tema é inclusive citado por alunos como um dos conteúdos que ficam aquém do esperado: “*Tem algo que eu acho que eles podiam ensinar melhor ou mais aprofundado, que é sobre a aplicação para o dinheiro valorizar no banco. [...] Investimentos, porque na maioria das vezes eles falam só em pagar, mas nunca em investir*” (Aluno 4).

A Professora 4 diz que

faz pouco tempo que eu trabalho [com educação financeira], questão de um ano. Então, eu não me sinto tão preparada, mas eu uso nas aulas muitos exemplos de pessoas que conheço, uso as minhas experiências pessoais também [...] a partir da minha vivência, do que eu já passei, eu sempre uso isso como exemplo para ensinar para eles (Professora 4).

Ela destaca ainda, a importância da formação dada pelo Estado através da SEED, mas também afirma que a duração do curso é curta: “*eu fiz esse curso de só três meses, então eu considero ainda pouco conhecimento. Então, preparada eu não me sinto*” (Professora 4).

Essa percepção de que é necessário um maior apoio formativo em educação financeira aos professores, não é algo expoente apenas nessa pesquisa, pois os estudos quantitativos de Danes, Rodrigues e Brewton (2013), também apontaram que poucos professores se sentiram totalmente aptos para ensinar a disciplina de educação financeira no ensino médio. Nesse sentido, pode-se inferir que os professores devem receber apoio e formação contínua em educação financeira conforme OECD (2012) e BATTY *et al.*, (2020).

Através das entrevistas aos docentes, notou-se uma outra questão importante. A designação da disciplina de educação financeira foi realizada aos docentes da disciplina de matemática, que é o caso de todos os entrevistados na presente pesquisa, habilitados na disciplina de matemática para ensino fundamental II e médio. Os critérios para lecionar educação financeira é “*você ser formado em matemática. Outro critério que conta muito é você ter o curso do Formadores em Ação, que é do estado do Paraná. Apesar disso, essas aulas são*

por indicação, o diretor que diz para quem que vão as aulas, mas analisando o critério da formação” (Professora 4).

O Curso “Formadores em Ação” é o nome da formação dada aos professores sobre uma série de temas, dentre eles educação financeira, como forma de prepará-los para as habilidades e competências de temas específicos até questões comportamentais em sala de aula. As formações se dão em um formato de grupo de estudos, tendo como “pré-requisitos para participar do GE: Ser professor(a) ou pedagogo da rede estadual de ensino do Paraná, QPM ou PSS; Neste trimestre você poderá se inscrever em apenas 1 (um) tema; Ter disponibilidade para participar de uma reunião semanal de até 1h40, com a câmera aberta” (WEINGARTNER, 2023). Não há informações públicas a respeito da duração desse grupo de estudos.

De fato, a Resolução SEED nº 208 publicada no Diário Oficial nº. 10861 de 28 de janeiro de 2021 (PARANÁ, 2021f), descreve que “As aulas da disciplina de educação financeira, ofertada no ensino médio, deverão ser atribuídas aos professores de Matemática, ou Administração, ou Contabilidade, nessa ordem, respeitados os critérios estabelecidos nesta Resolução.” A mesma informação consta na Resolução SEED 5987, publicada no Diário Oficial nº. 11082 de 21 de Dezembro de 2021 (PARANÁ, 2021g), foi revogada em 2022, contudo a nº 10861 continua vigente.

Ao questionar os alunos, a respeito do preparo e desenvoltura dos professores de matemática com a disciplina de educação financeira, é possível evidenciar que eles têm a mesma percepção, ou seja, identificam a dificuldade dos professores em transitar pelo conteúdo. Dentre as falas, a Aluna 1 aponta:

No 1º ano [...] as professoras não sabiam como lidar direito com a educação financeira. Aconteceram alguns erros que as professoras não ensinavam, de fato, a educação financeira. Elas ensinavam mais a gente a fazer conta de juros, mais coisas teóricas para usar na escola. Já esse ano, com as professoras tendo mais cursos e sabendo mais como lidar com a educação financeira (Aluna 1).

A Professora 2 corrobora ao dizer que:

Para educação financeira propriamente dita, eu não me sinto preparada, não. [...] A matemática financeira é o instrumento. A educação financeira vai muito além disso, e o que a gente trabalha muito é a questão do livro, eu vejo a minha aula engessada em cima de um livro. Eu acho isso muito pouco (Professora 2).

Para os alunos também fica nítido a distinção do ensino dos conceitos próprios da matemática e os conteúdos de educação financeira que vão além dos aspectos técnicos como juros e inflação. Segundo afirma a Aluna 1, fazendo uma comparação entre a 1ª série com a 2ª

do ensino médio: *“eles ensinavam a gente mais sobre juros, fazer contas. Esse ano eles estão ensinando a gente a fazer as coisas mais para a vida mesmo”* (Aluna 1).

Ao questionar os professores sobre a metodologia utilizada nas aulas de educação financeira, apresentaram respostas vagas. Diante da pergunta a respeito de qual metodologia utilizava no ensino, a Professora 1 disse *“Não dá para perder muito tempo com a aula porque é uma aula semanal. Uma aula apenas”* (Professora 1), referindo-se ao cronograma de conteúdos e a estreita margem na administração do tempo.

Já a Professora 2 disse *“Resolução de situações e problemas. Então, já vem essa situação-problema posta, a gente debate sobre como que é diante dessa situação, como que o aluno responderia isso”* (Professora 2). Enquanto o professor 3 diz *“trabalho coletivo, discussão em salas, seminário, pesquisa”* (Professor 3).

No processo de ensino-aprendizagem cada professor faz opções e adaptações a respeito das formas de abordar os conteúdos. E embora (VEIGA, 2006) compreenda que a metodologia de ensino utilizada pelos docentes deve ser aprimorada constantemente, ao entrevistar os professores, vê-se que não há uma clareza a respeito da metodologia a ser adotada no ensino da educação financeira. Uma das abordagens metodológicas que pode ser adotada no ensino é a que utiliza *“resolução de problemas”*, sendo um exemplo de metodologia ativa, que visa fazer com que o estudante seja mais proativo no processo de aprendizagem, desenvolvidas com base em proposições de autores como Bruner (1973) e Dewey (1976).

Para além do desafio na escolha de metodologias, é interessante perceber que os próprios alunos estão compreendendo a intenção e objetivo da disciplina, conseguindo não só distinguir da matemática, como também vendo valor no que difere uma disciplina da outra. Na afirmação do Aluno 3 há uma ênfase muito grande em cálculos: *“Eu acho que aqui no ensino eles focam muito nos cálculos. [...] é somente uma aula e acaba faltando muito tempo para passar todo o conteúdo que deveria ser passado. Eu acho que falta um pouco de organização por parte deles”* (Aluno 3).

É indispensável ressaltar que dentre os alunos, há uma riqueza de expectativas, de demandas esperadas a respeito das aulas de educação financeira. Como pode-se notar na fala da Aluna 10:

A educação financeira é importante e acho que faz muita diferença na vida daquele aluno que sabe aproveitar as aulas e tem vontade de mudar o futuro, porque muitas vezes em casa não é assim. E a aula de educação financeira pode mudar sim uma vida, é um pensamento que pode virar uma chavinha (Aluna 10).

A visão da Aluna 10, apontada acima, é valiosa. Visto que, enquanto alunos do ensino médio, estão em transição para o ensino superior e mercado do trabalho, e conseqüentemente, tendem a tomar decisões financeiras por conta própria (DEENANATH; DANES; JANG, 2019). Tendo isto em vista, o ensino da educação financeira pode ser significativo entre os estudantes (KAISER; MENKHOFF, 2019).

No entanto, as aulas de educação financeira no ensino médio público paranaense precisam melhorar, na percepção de alguns de seus alunos. Dentre as possíveis melhorias indicadas pelos estudantes, o Aluno 9 diz que *“acredito que as aulas de educação financeira poderiam abordar de forma mais prática o gerenciamento de dívidas, como lidar com empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e a importância de ter uma reserva de emergência”* (Aluno 9). O aluno 3 disse: *“Eu acho que deveria haver um aprofundamento na questão dos investimentos, explicando melhor como investir, em que investir e quanto é necessário. Ser mais aprofundado nessa questão. [...] Eu acho que aqui no ensino eles focam muito nos cálculos”* (Aluno 3).

Do mesmo modo, o Aluno 8: *“eu sinto falta de falar um pouco mais sobre a questão do investimento, até porque eu penso em investir, mas não sei em qual área, não sei a maneira, não sei em que posso aplicar meu dinheiro de uma forma segura”* (Aluno 8). O Aluno 9 ainda complementa: *“seria interessante também abordar temas mais avançados de investimentos, como ações, criptomoedas, entre outros, para preparar os alunos para o mundo financeiro real”* (Aluno 9).

Nota-se que dentre os entrevistados, um número considerável fala de investimentos cobrando o fato de não haver um aprofundamento a respeito. Lembramos que numa fala do professor 2, ao descrever a formação sobre educação financeira como insatisfatória, afirmou que *“o mercado de ações, eu acho, é extremamente complexo. Eu não entendo nada de mercado de ações. Então, foi tudo muito superficial, não me deu base para trabalhar com os alunos”* (Professor 2).

A respeito disso é relevante ressaltar que o uso de temas de alto interesse dos alunos pode ser utilizado como um recurso pedagógico, no sentido de chamar a atenção dos alunos e tornar as aulas mais interativas e interessantes, contudo, é importante ressaltar que não é objetivo da disciplina prepará-los para o mercado de ações ou a compra de criptomoedas. Visto que, o objetivo da disciplina de educação financeira é fomentar uma aproximação dos conceitos de qualidade de vida e desenvolvimento social e promover conhecimentos financeiros aos alunos acerca do funcionamento do dinheiro. É o que diz o Ofício Circular nº 015/2021

DEDUC/SEED (PARANÁ, 2021), não tendo assim como objetivo específico, capacitar os alunos a respeito de investimentos em mercado de ações.

Nesse sentido, Silva (2018), se referindo a modos de fazer a educação financeira uma prática mais participativa dos alunos, afirma que uma forma de incentivar a participação é o estabelecimento de cenários de investigação, de modo que o estudante seja convidado a participar de uma investigação, trazendo à tona o seu contexto, e subsidiando ao professor repertório para tratar nas situações problema.

Desta maneira, fica evidente que ainda não há um alinhamento de expectativas entre o que é pensado pela SEED, o que é entregue pelos professores e o que os alunos em sua imensa diversidade espera da disciplina, desde aqueles que não se sentem contemplados com exemplos e situações de aprendizagem que sejam suficientemente significativas e, possivelmente, por isso se colocam alheios a disciplina e distantes do alcance do professor até aqueles mais avançados, que pretendem conhecer melhor o mundo dos investimentos e o mercado de ações.

Nota-se aqui novamente a questão do currículo. De acordo com a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), a gestão educacional deve ter caráter democrático e participativo, contando com os diversos segmentos da escola na construção de uma “Gestão democrática, participação dos profissionais e da comunidade escolar, elaboração do projeto pedagógico da escola, autonomia pedagógica e administrativa” (BRASIL, 1996).

Segundo Vitor Paro (2011) a participação e a mediação são necessárias para fortalecer a escola. Nesse contexto, infere-se que, a gestão democrática é “um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e a prática educacional brasileira e mundial” (FERREIRA; AGUIAR, 2000). A elaboração de um currículo por parte da mantenedora que tenha diálogo com os professores, gestores e que seja reflexo do diálogo com a escola faz com que, os atores desse processo se tornem também comprometidos com os objetivos traçados. Segundo Moreira (2000), “a presença de pesquisadores nos esforços de mudança curricular pode abrir espaços para a revitalização tanto da teoria como da prática”.

De acordo com Chiarello e Bernardi (2015) “Pensar a Educação Financeira como um projeto coletivo nos remete ao conceito de projeto com o ponto de partida etimológico”, no sentido de algo como um jato lançado para a frente. A autora traz outros autores para afirmar indicar a ideia de projeto como uma tarefa em rede, onde cada indivíduo precisa dos outros. É nesse sentido que pensar a educação financeira se faz necessário que seja um projeto coletivo,

assumido pelos vários partícipes. Isso irá alinhar expectativas e atenuar as diferenças entre a proposta da SEED, a docência nas escolas e a recepção dos alunos.

O fato de haver demandas dos alunos sobre conteúdos específicos de educação financeira, bem como a fragilidade da formação docente, não são os únicos apontamentos que merecem atenção. Os professores ainda apontam a ausência de referências bibliográficas mais consistentes nos conteúdos disponibilizados em *slides* na abordagem de temáticas de educação financeira. Conforme o Professor 3: *“o que a gente busca não tem literatura, praticamente. Na escola pública não tem, não foi mandado, a gente vai em busca de uma apostila do Banco Central. Única que a gente conseguiu gratuitamente que também não dá para ficar imprimindo pra cada aluno”* (Professor 3).

No mesmo sentido, a Professora 2 ressalta um dos textos, que pelas palavras dela, é uma referência para as aulas do ponto de vista de comportamentos e ideias a respeito da educação financeira: *“Eu acho isso muito pouco. [...] O material que a gente trabalha é em cima do Pai Rico, Pai Pobre, então todas as aulas têm uma citação do livro, traz uma problemática que está no livro”* (Professora 2).

Diante dos apontamentos dos professores nas entrevistas, buscou-se acessar os conteúdos da disciplina de educação financeira no ensino médio do 1º trimestre de 2023 – que servem como material de apoio para os professores ministrarem as aulas. Ao analisar o material das aulas, que se resumem a *slides* prontos que são disponibilizados pela SEED em todos os trimestres para que os professores ministrem as aulas, percebeu que na 1ª série, de 14 aulas, em 5 aulas a bibliografia citada pela Professora 2 está presente, sendo que na aula 09, é a única referência citada na aula. Na 2ª série, de 14 aulas, nenhuma aula está com referência da bibliografia em questão, enquanto na 3ª série, de 7 aulas, duas estão com e referida referência.

Outra bibliografia que é utilizada frequentemente para fundamentar as aulas é o livro *Me Poupe!*, de Nathália Arcuri. Ademais, outras bibliografias são desde conteúdos que transitam entre economia e administração, disponibilizados em diversos *sites*, como também alguns artigos científicos nacionais. Vale destacar que o número de aulas analisadas refere-se aos documentos que se teve acesso digitalmente.

Ainda a respeito do livro *Pai rico, Pai Pobre*, do autor Robert Kiyosaki, em matéria publicada pelo portal eletrônico UOL, em 10 de fevereiro de março de 2023, o material de apoio didático – *slides* – usado durante as aulas de educação financeira pelos professores da rede estadual do Paraná receberam críticas, pois o material sugeria aos professores do 6º ano do ensino fundamental – não se tratando das séries com alunos entrevistados nesta pesquisa, mas

da mesma rede de ensino de Educação Básica – que há pessoa com “*mentalidade pobre e mentalidade rica*”. Segundo a reportagem, em um dos trechos, o documento diz que as pessoas de “*mentalidade pobre não levam a sério nem a matemática básica*”. Já as de mentalidade rica “*levam a sério o dinheiro*”. Para educadores ouvidos pela reportagem, o material leva as crianças a culparem seus pais pela pobreza (BIMBATI, 2023).

Na mesma matéria, a presidente do sindicato dos professores do Paraná afirma que o sindicato enxerga o material didático como violento. A violência de classe, econômica, cultural, social é imensa. A responsabilização do pobre pela sua pobreza, ideologia sendo inculcada em crianças e adolescentes sem estruturas teóricas para enfrentar ou contrapor. Após a repercussão dessa situação na comunidade escolar, o conteúdo que apontava “*mentalidade pobre e mentalidade rica*” foi retirado do sistema de acesso aos professores (BIMBATI, 2023).

Entretanto, é possível considerar que a escolha do livro supracitado, que pode trazer uma série de debates e discussões para a sala de aula, não é necessariamente um problema, mas sim a forma que foi apresentado ao corpo docente, visto o efeito ruim que a reportagem demonstra. Isso se torna mais evidente na fala da própria pasta (SEED) ao final da reportagem na qual afirma que

o documento [material didático contendo o livro Pai Rico, Pai Pobre] é “inadmissível” e que os educadores “têm autonomia para alterá-los ou não utilizá-los. O material não condiz com a visão da pasta sobre educação financeira. A ideia é educar financeiramente os alunos. Não rotulamos, julgamos ou dividimos as pessoas (BIMBATI, 2023).

Ou seja, a SEED elaborou e validou um material destinado aos docentes de educação financeira, e posteriormente criticou a inserção de um conteúdo específico na disciplina de educação financeira. Desta forma, vê-se ou que não se tinha a devida clareza sobre o assunto e sobre o que fora elaborado. Se não, se haveria de defender, ponderar ou problematizar o uso ou não do texto, assim como possíveis valores que pudessem ser trabalhados a partir do livro pelo professorado.

Um outro aspecto apontado pelos professores chama a atenção, o fato de que apesar de o professor ser um curador de conteúdos e textos, pela estrutura das aulas, o cronograma e as diretrizes da disciplina de educação financeira, a prática docente fica muito limitada ao material enviado pela SEED. “*O negócio é aquilo que vem meio pronto já. [...] O grande problema é que é repetitivo. [...] Vem uma aula pronta, a gente complementa pelo conhecimento que a gente tem. Mas a maioria nem complementa, bem teórico*” (Professor 3). Segundo a Professora 2, “[*O material*] vem em forma de slides, as aulas vêm prontas do Estado. [*São*] Engessadas.

E a gente trabalha com o aluno em cima daquilo. Muita coisa eu acabo mudando por não concordar” (Professora 2).

Nota-se que na própria entrevista com os professores, para além das definições burocráticas a respeito da implementação da disciplina, o fato de as aulas virem consideravelmente prontas, com uma série de conteúdos definidos, com um cronograma aula a aula, aponta para uma falta de autonomia não só na elaboração do currículo, como observado anteriormente, mas também em relação a gestão dos conteúdos, e que segundo os professores *“[Muita coisa] não faz parte da realidade do nosso aluno aqui. [...] [O corpo docente] trabalha com situações-problemas já prontas e é bem engessado. A gente acaba dando uma fugida, buscando novos exemplos, outros contextos para trabalhar”* (Professora 2). Essa falta de proximidade com a realidade dos alunos é notada também por eles.

Eu acho que eles poderiam dar exemplos um pouco mais reais, porque às vezes os exemplos são um pouco fora do que a gente considera comum. São casos muito específicos que não acontecem com muita frequência ou que acontecem em lugares que a gente nem sabe aonde foram (Aluno 2).

É claro que, nem sempre os exemplos apresentados no material de apoio sejam os mais efetivos. Daí a importância do domínio do conteúdo por parte do professor para poder fazer as devidas adaptações. Espera-se que o professor de educação financeira tenha experiência em assuntos financeiros e experiência em lecioná-la (COMPEN; WITTE; SCHELFHOUT, 2019), o que iria possibilitar uma maior flexibilidade no sentido de adaptar exemplos e problemas a realidade dos alunos.

Para Way e Holden (2009) professores bem qualificados são aqueles formados em sua área de estudo. Conforme Danes, Rodrigues e Brewton (2013), cabe ao Estado construir uma cultura que influencie significativamente a aprendizagem dos alunos. Assim, pode-se considerar que ter um material que seja um guia é importante, em especial em uma disciplina nova, que está passando por implantação, como é o caso de educação financeira, para que o professor tenha referências as quais possa tomar por base, assim como possa contar com um repertório de bibliografias, referências, exemplos, situações-problemas, casos, para que o docente possa se utilizar destes como recursos de acordo com a necessidade e o público destinado.

A respeito dos conteúdos, cabe ressaltar que em uma revisão sistemática da literatura desenvolvida por Compen, Witte e Schelfhout (2019) foi apontado que há poucas informações sobre exatamente qual conteúdo deve ser abordado em educação financeira, assim como, não

oferece uma visão de como deve ocorrer especificamente a formação dos docentes de educação financeira.

Vê-se uma situação semelhante na implantação feita no Paraná. Não só os docentes sentem falta de uma formação mais consistente, como também não há clareza a respeito de quais são os conteúdos fundamentais, dentre os quais estariam conceitos importantes, habilidades e competências a serem trabalhadas, temas que sejam significativos; e também quais são os elementos que devem ser adaptados pelos professores de acordo com o contexto e o público, como exemplos, casos, situações problemas etc. Em resumo, não há clareza do que é essencial e o que deve ser usado a partir do critério pedagógico.

Dessa forma, o governo do estado do Paraná fez uma opção por uma série de tópicos que tem o intuito de ser um repertório de temas. Assim, há também no material um conjunto de exemplos a serem utilizados. Talvez uma ação a se pensar seja a reavaliação dos conteúdos, discussão do cronograma, repensar os exemplos que tenham uma diversidade a ser escolhida pelo professor de acordo com a situação, a partir de critérios pedagógicos, e claro, a orientação e formação deste a respeito de como proceder diante de tantas variáveis.

Vê-se que não há por parte dos professores clareza a respeito de que conteúdo devem abordar, nem o modo mais efetivo a se fazer. Outrossim, não há um entendimento da melhor forma de abordagem a ser utilizadas para pensar as questões. Não está claro para os educadores quais conteúdos e métodos devem ser pensados e adaptados pelo professor de acordo com o contexto, para uma melhor apreensão por parte dos estudantes.

Nas entrevistas, por vezes, os educadores consideram os exemplos impróprios. E em boa parte dos alunos há também essa impressão. Essas críticas estão presentes nas entrevistas, tanto de alunos quanto de professores, de que os exemplos não têm proximidade com a vida dos alunos.

De acordo com a Professora 1 há “*nos textos exemplos de consumo falando de compra de computadores e celulares de valores que não são compatíveis com o consumo dos alunos*” (Professora 1). Do mesmo modo, para a Professora 2 os modelos usados na aula nas situações problemas são fora da realidade dos alunos “*muitas vezes ele não tem dinheiro pra comprar o básico que é a comida. A roupa que ele tem, o sapato que ele tem, tudo é doação*” (Professora 2). Segundo ela falta adaptar para a realidade dos alunos, para que isso não se torne um empecilho para a educação financeira.

Na fala da Aluno 10 está: “*acredito que haveria apenas uma melhoria no conteúdo. Ainda não vimos tudo, estamos apenas no começo do ano, mas um preparo e uma melhoria dos*

materiais, às vezes é muito focado na sala de aula”. Nota-se nas respostas nos alunos a falta de relação com a vida do estudante, algo que a própria BNCC (BRASIL, 2018) teve o intuito de aproximar.

Segundo o Aluno 5 – em relação a falta de exemplos:

[...] muita pesquisa é pedida em sala de aula. É necessário dar mais exemplos, ensinar um pouco mais a usar esse tipo de método de ensino financeiro. [...] A minha professora de educação financeira fez a gente pesquisar sobre essa coisa. Então, ela não dá muito exemplo. Eu acho que ela tinha que dar mais um exemplo para aprender melhor, como funciona o dinheiro, não a gente só pesquisar (Aluno 5).

Da mesma forma, mas sobre outra perspectiva, a Aluna 2 reclama justificando a crítica:

Porque às vezes os exemplos são um pouco fora do que a gente considera comum. [...] Algo que aconteceu no mercado perto de casa, algo que aconteceu que ficou devendo para um amigo, e não casos muito específicos em empresas grandes que às vezes a gente nem entende do que se trata (Aluna 2).

De acordo com a Professora 2 há perda de interesse dos alunos por conta de o conteúdo estar fora da realidade deles. *“Como a gente não consegue despertar tanto interesse, questões muito fora da realidade são muito difíceis”* (Professora 2). Para ela, há um esforço constante para adaptar a realidade deles os temas discutidos *“Geralmente são exemplos que eu dou, de coisas que eu vejo para tentar mais próximo da realidade deles, para tentar despertar, mas que eles trazem ainda não”* (Professora 2). Talvez um maior repertório de exemplos e sugestões de abordagens possa ser significativo, de modo que o material traga um conjunto de opções, para que o professor opte a respeito daquela que seja mais apropriada.

Apesar das dúvidas sobre a efetividade e a insegurança a respeito das práticas, é notada a importância da disciplina, tanto por parte os professores quanto dos alunos.

4.2.1 A importância da disciplina de educação financeira

Para os professores, a educação financeira tem uma importância muito grande e clara. Todavia, uma preocupação que é presente em suas falas, é a respeito da forma como o material aborda a educação financeira. Os exemplos e situações problemas tendem a abordar as questões e tópicos do conteúdo tocando em temas que não são da realidade da maior parte dos alunos dos alunos.

Evidencia-se assim, aquilo apontado anteriormente. A diversidade de visões e expectativas faz com que os alunos esperem da disciplina e do professor performances muito ímpares. De um lado há alunos que tem uma influência familiar considerável a respeito de

educação financeira, que compreendem com certa clareza a importância de administrar com prudência receitas e despesas, dívidas e investimentos. Para estes, que são boa parte dos entrevistados, uma abordagem demasiadamente inicial pode vir a ser tornar desinteressante.

Por outro lado, para os estudantes que predominam nas preocupações dos educadores financeiros entrevistados, os conteúdos do próprio material que apresentam uma distância, ainda que não demasiada, da sua realidade imediata desses, que tem condições financeiras mais restritas, sobrevivem de salários apertados e vivem uma carência até mesmo do básico, a dissidência do conteúdo com suas vidas fazem que, apesar de tão importante e fundamental como passo inicial para mudar o contexto financeiro da família, não exista perspectiva em sua visão a ponto de ver passos a serem dados nesse caminho de bem-estar financeiro.

Uma preocupação quanto a isso, já durante as entrevistas, é se, a depender dos recortes que fossem feitos nas escolhas de conteúdos e exemplos, se não poderia haver exclusão, em especial das camadas mais vulneráveis. Segundo os professores, a maior parte dos alunos não aproveita o conteúdo plenamente das aulas. *“De uma turma de trinta, trinta e cinco, um ou dois alunos aproveitam alguma coisa”* disse a Professora 2.

Nesse sentido, também é apontado pela Professora 1 que significativamente os alunos em maiores condições de vulnerabilidade são excluídos na prática pelos recortes que o material de apoio faz muitas vezes: *“Eles nem falam. Não costumam falar nas aulas, eles ficam na deles ou, então, quando eles falam, é para rebater o que a gente diz: ‘É, professora, você tá falando dos ricos. Pobre não entra nessa parte aí’”* (Professora 1).

No entanto, durante as entrevistas percebe-se que há entre os professores um esforço para refinar os exemplos, tornando-os próximos da realidade dos alunos sem, contudo, nivelar simplesmente o conteúdo por baixo. É sem dúvida um desafio pensar formas de abordagem que consigam dar perspectiva e profundidade suficiente para que os temas e exemplos consigam alcançar a população mais carente.

Ressalta-se também que embora as informações achadas nessa pesquisa sobre a implementação da disciplina de educação financeira no ensino médio da rede pública de educação do Estado do Paraná apresentem alguns pontos de atenção que foram evidenciados. Pode-se inferir que para todos os entrevistados, a educação financeira tem um papel fundamental na formação dos estudantes.

Dado que, a Aluna 1 pontuou que a educação financeira é

superimportante porque eu estou conseguindo levar isso para minha vida pessoal. Ainda complementou dizendo que é uma matéria muito legal, muito bacana, que está

conseguindo ajudar os alunos a usarem na sua vida pessoal quando for comparar alguma coisa na hora de comprar (Aluna 1).

No mesmo sentido, a Aluna 2 disse que *“um adulto que não sabe lidar com dinheiro pode acabar não se dando bem no mundo financeiro. Então, eu fico feliz que a escola prepare a gente para isso”* (Aluna 2). E o Aluno 5, também pontuou que a importância da educação financeira, declarando que *“tem coisas que se não aprender agora, só vai sofrer”*. *É bom aprender agora enquanto é novo* (Aluno 5). Em convergência, a Aluna 7 disse que *“demorou para os alunos essa parte da educação financeira e, agora que está vindo, a gente está saindo da escola e indo para o mercado de trabalho, é importante saber o que está acontecendo no mundo em relação às finanças”* (Aluna 7).

Em alinhamento aos demais alunos, o Aluno 8, verbalizou que a educação financeira é importante *“porque muitas vezes eu vejo gente que tem um salário bom, tem tudo para prosperar, mas não sabe administrar o dinheiro e acaba que não dá resultado”* (Aluno 8).

Porém, vários alunos relatam também que, dentre os estudantes, a maior parte não dá importância para a disciplina. Segundo a Aluna 1: *“uma coisa ruim é que tem vários alunos que não ligam para matéria de educação financeira, que acham que é uma coisa fútil e não prestam atenção à aula, há muitos alunos que não deixam os professores darem aula”* (Aluna 1).

A fala da Aluna 1 é reforçada, em partes, quando o Aluno 9 diz: *“Para mim, se fosse uma pergunta pessoal, não valeria a pena, mas, pensando no conjunto, para várias pessoas, a educação financeira é muito importante”* (Aluno 9). Diante dessa fala, percebe-se que por mais que o Aluno 9 não valorize tanto no âmbito individual, no contexto coletivo considera necessário o ensino da educação financeira.

Conforme aponta o Professor 3:

Há alunos muito interessados, que já têm contato [com o dinheiro]. São aqueles que ganham uma mesada. Pode ser um aluno menor que gerencia seu dinheiro, que tem um pouquinho de dinheiro, aquele que tem um empreguinho, que ajuda alguém, que cuida de uma criança, aquela que faz unha. Esses já têm uma ideia do dinheirinho para usar (Professor 3).

É importante considerar que os professores descrevem a percepção da totalidade, enquanto o aluno vê a visão de sua experiência subjetiva da disciplina, que obviamente deve ser levada em conta. Desse modo, considera-se que a educação financeira no ambiente escolar, de certa forma propicia pelo menos, por parte dos alunos, refletir sobre hábitos e costumes financeiros ao levar em consideração o próprio contexto social e familiar, sendo assim,

estimulado a refletir sobre situações complexas do cotidiano, como a financeira (PARANÁ, 2021c).

Nesse sentido, a educação financeira pode fazer a diferença na vida dos jovens, capacitando-os com habilidades e confiança para assumir o controle de sua vida financeira e construir um futuro mais seguro para si e seus familiares (OECD, 2012). Ademais, a educação financeira pode ser vista como investimento em capital humano, sendo útil em contextos que envolvem decisões financeiras domésticas (LUSARDI; MITCHELL, 2014).

Para que isto seja possível, pode-se considerar que existem vários elementos que devem ser colaborativos para a validação do ensino de educação financeira. Entre eles, os conteúdos ministrados pelos professores nas aulas de educação financeira. Embora como já apontado, não existe um consenso de conteúdos que devam ser ministrados nas aulas de educação financeira na literatura atual (COMPEN; WITTE; SCHELFHOUT, 2019). Diante disso, buscou-se apresentar os principais conteúdos citados pelos alunos, que de alguma forma consideram importante. O olhar acurado sobre alguns conteúdos trazidos nas entrevistas pelos alunos e relacionando com as fala dos professores nos faz ter uma visão a respeito da efetividade, e compreender os caminhos para a eficácia do conteúdo no contexto concreto do aluno.

4.2.2 Conteúdos e contribuições da disciplina de educação financeira

Os alunos relataram dentre os conteúdos o método presente no material e ensinado pelos professores, usado para dividir os ganhos entre gastos que sejam proporcionais. O método “50, 30, 20” foi descrito por vários alunos. Conforme evidencia-se na fala da Aluna 10 ao dizer:

Ano passado a gente aprendeu muito, e esse ano também foi até revisto. A gente viu de novo sobre o método 50, 30 e 20. Foi muito legal ver isso, é uma coisa que eu quero levar para vida. E esse ano a gente tem visto bastante sobre a parte dos juros. Essa parte que a gente aprendeu e aprende é mais para levar para vida também, algo que tem ajudado bastante (Aluna 10).

O conteúdo citado pela Aluna 10, a qual está matriculada na 2ª série do ensino médio, corresponde sistematicamente ao material de apoio digital – *slides* – da disciplina de educação financeira disponibilizado pela SEED aos professores para que possam utilizar durante as aulas. A seguir encontra-se imagens dos *slides* que apresenta a introdução do conteúdo de receitas e despesas, ligadas ao método 50-30-20 citado pela respondente (Aluna 10).

Figura 4 – Material de apoio ao professor - slides trimestrais da disciplina de educação financeira do ensino médio da Secretaria do Estado da Educação do Paraná.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Receitas e despesas

2ª Série – Aula N1

Criado pela senadora norte-americana Elizabeth Warren e por sua filha Amelia Warren Tyagi, o método 50-30-20 surgiu com o objetivo de organizar melhor os gastos e poupar dinheiro, segundo as despesas essenciais, lazer e investimentos

O que eu preciso

O que eu quero

O que eu vou precisar e querer

50% Necessidades

30% Desejos pessoais

20% Investimentos

Fonte: (PARANÁ, 2023c)

Conforme Atkinson e Messy (2012), pessoas alfabetizadas financeiramente terão estratégias para suavizar os fluxos de renda e uma tendência a evitar o uso de crédito. O grau de sucesso dessas estratégias dependerá da previsibilidade de suas receitas e despesas, bem como do grau em que eles possuem as habilidades necessárias.

Outro tema que teve um reflexo muito grande, na compreensão e na dimensão comportamental dos alunos foi investimento. Para a maior parte dos alunos, e de sua família, guardar algum dinheiro e utilizá-lo para algum objetivo futuro, a médio e longo prazo, era uma coisa muito longínqua antes das aulas de educação financeira. Atualmente, os alunos entendem a importância de ter reservas como forma de segurança financeira, e afirmam já fazer economias objetivando o futuro.

Dado que a Aluna 1 disse: “*eu consigo sim ir guardando esse dinheiro [...] [mas] eu não faço nenhum tipo de investimento*” (Aluna 1). A Aluna 2 diz algo semelhante: “*eu poupo todo o dinheiro que recebo, e ele está guardado de uma maneira que, se eu precisar, eu vou poder usá-lo, mas eu não invisto em nada*” (Aluna 2). Assim também, o Aluno 5 verbalizou: “*eu tenho uma conta no banco, recebo esse dinheiro e já aplico. Deixo na minha poupança*” (Aluno 5).

Esse ímpeto de guardar e buscar formas de investi foi uma fala recorrente. “*Eles ensinam como investir e quais são os melhores métodos, como poupança, investimento na bolsa de valores, fundos imobiliários e outras opções que rendem mais*”, disse o Aluno 3. Para os alunos como e onde investir ainda gera muita dúvida, daí, inclusive, a cobrança reiterada por vários deles a respeito da importância de aprofundar em questões como poupança, reservas e investimentos.

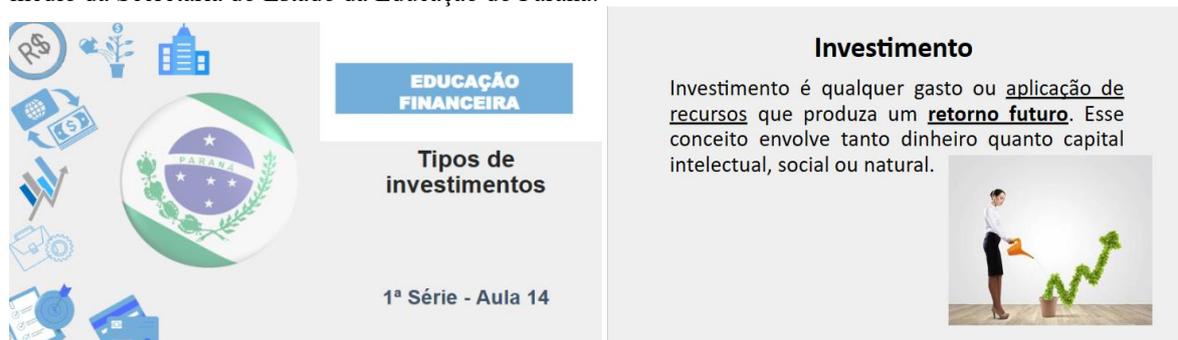
Pensar no futuro como objetivo financiar a faculdade, compra de bens de maior valor como moto e imóveis, entre outros também foi destacado. “*Por exemplo, estou guardando R\$ 50 a cada mês do que estou ganhando para poder comprar uma moto para mim*” (Aluno 3).

No mesmo sentido disse o Aluno 4: “*agora não estou investindo em nada, estou apenas guardando meu dinheiro para conseguir tirar minha carteira e comprar minha moto*” (Aluno 4). No mesmo sentido, o Aluno 3 disse: “*eles [professores] ensinam como poupar para o futuro, e eu já estou pensando nisso, pois em breve vou para a faculdade e possivelmente irei morar em outra cidade*” (Aluno 3).

Sobre o controle das finanças, a Aluna 6 apontou que aprende “*a controlar o dinheiro, a pensar realmente e ter um controle sobre os meus gastos e a investir mais no futuro, não apenas no presente e gastar tudo*” (Aluna 6). Ao encontro, a Aluna 7 falou “*aprendo a organizar o dinheiro, saber investir e não ficar em dúvida sobre o que vai acontecer com o meu dinheiro*” (Aluna 7). Na mesma lógica de conteúdo, o Aluno 8 considerou que aprendeu “*sobre investimentos, como cuidar do nosso dinheiro e como cortar gastos desnecessários, evitando consumir coisas que não são realmente necessárias*” (Aluno 8).

Em sequência encontra-se imagens de *slides* introdutórios do conteúdo sobre investimentos, utilizados nas aulas de educação financeira.

Figura 5 – Material de apoio ao professor - *slides* trimestrais da disciplina de educação financeira do ensino médio da Secretaria do Estado da Educação do Paraná.



Fonte: (PARANÁ, 2023b).

Percebe-se, que o tema investimento, mesmo citado pelos entrevistados Aluno 6, Aluno 7 e Aluno 8, pertence ao conteúdo da 1ª série do ensino médio, e todos são alunos da 3ª série do ensino médio. Desta forma, pode-se inferir que de alguma forma, o conteúdo sobre investimento é relevante aos alunos.

Vale destacar, que ter compreensão sobre investimentos financeiros é importante, pois traz implicações positivas para a segurança financeira de longo prazo para a maioria da população (HUNG; PARKER; YOONG, 2009). Dado que, de acordo a pesquisa de Potrich, Vieira e Paraboni (2013), o fator investimento é baixo, inclusive entre jovens estudantes universitários de áreas como administração, ciências contábeis e ciências econômicas.

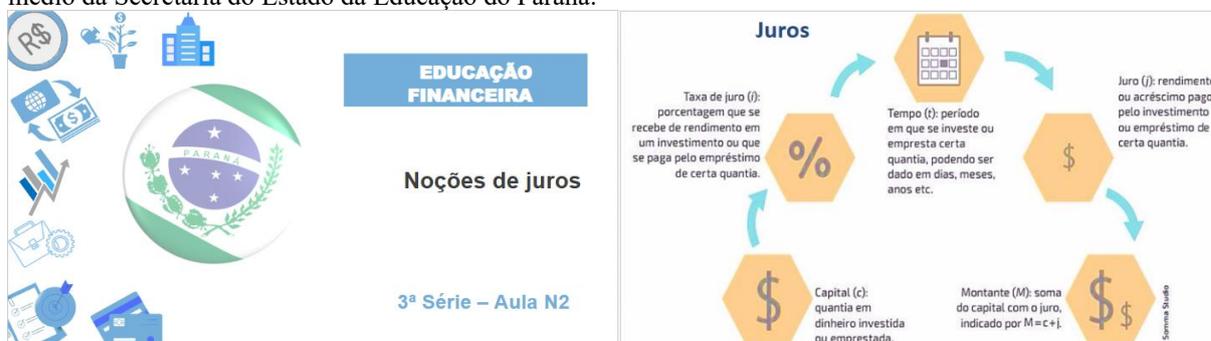
Já a Aluna 2, declarou que aprendem

bastante com os professores. Eles falam muito sobre a questão dos juros e como nós temos que tomar decisões pensando muito antes de acabar gastando, sem acabar percebendo que está gastando demais, que acaba influenciando numa quantidade de dinheiro que eu não posso arcar (Aluna 2).

A Aluna 4 também pontou o tema juros, dizendo que *nossa professora está sempre ensinando a gente a não cair de cara em uma dívida usando o cartão de crédito porque no crédito os juros são muito altos*” (Aluna 4). A questão dos juros para a Aluna 10 é bem explicada durante as aulas.

Na sequência, apresenta-se *slides* introdutórios do conteúdo de juros, da disciplina de educação financeira, citados pela Aluna 2.

Figura 6 – Material de apoio ao professor - *slides* trimestrais da disciplina de educação financeira do ensino médio da Secretaria do Estado da Educação do Paraná.



O mundo financeiro é altamente complexo, diante disso, o impacto dos juros, sobretudo os compostos, precisa ser compreendida pelos consumidores (JOHNSTON, 2005). A compreensão de alguns conceitos financeiros cotidianos, como juros, está faltando em proporções consideráveis da população (ATKINSON; MESSY, 2012).

Desta forma, pode-se inferir que currículos de educação financeira que abordem sobre receitas e despesas, investimentos e noções de juros torna-se basilar na atualidade. No entanto, mais que conteúdos basilares e percepção de que a educação financeira é importante no dia a dia, deve ser aplicada consistentemente na esfera do consumo. Assim, a educação financeira precisa ajudar os consumidores de todas as idades e posições econômicas a se ajustarem às novas condições e a decidir como se beneficiar melhor dos produtos e serviços financeiros de uma forma concreta (BOSSHARDT; WALSTAD, 2014).

Na literatura que aborda a educação financeira, existe estudos que destacam que ela deve permitir aos estudantes não somente a compreendê-la de que é um componente curricular importante para compreender o contexto financeiro que está inserido, mas também sua aplicabilidade no dia a dia. Uma vez que, para Fernandes; Lynch; Netemeyer (2014) a

importância da educação financeira é óbvia, mas o resultado satisfatório de sua aplicabilidade, sobretudo pelos consumidores de baixa renda, é fraco. Nesse sentido, assim como presente nas falas dos professores e alunos, há uma convergência absoluta entre os entrevistados a respeito da importância do tema, contudo, há visões diferentes a respeito das possibilidades de aplicação dos conhecimentos considerados tão importantes.

Apesar do pensamento de Fernandes; Lynch; Netemeyer (2014) fazer tal ponderação, a respeito da percepção da importância de a educação financeira ser óbvia, mas o resultado da aplicação não ser necessariamente satisfatório, o Aluno 4 disse que por meio da educação financeira em sala de aula, *“além de aprender a administrar o meu dinheiro, eu posso ajudar meu pai e a minha mãe a gastar melhor o dinheiro deles”* (Aluno 4).

Esse fato, demonstra que a educação financeira pode emergir além do espaço escolar, inclusive beneficiando familiares dos alunos, quando estes, transmitem em seu lar, conhecimento sobre finanças, de forma a ajudá-los a não tomar decisões financeiras erradas.

4.3 Educação Financeira, alfabetização financeira, bem-estar financeiro e comportamento de consumo dos alunos de baixa renda.

É fundamental notar que a educação financeira é o primeiro passo para se ter uma mudança no que diz respeito as decisões financeiras. Contudo, se educar financeiramente, ou seja, ter domínio teórico sobre o funcionamento das finanças, não quer dizer necessariamente alcançar a alfabetização financeira, ou seja, conseguir colocar em prática o conhecimento apreendido, nem tão pouco alcançar o bem-estar financeiro.

Para a OECD (2012) a falta de educação financeira é um dos aspectos mais agravantes em relação a má decisão financeira. Claro que estamos falando aqui de recortes, e que a partir dos relatos dos alunos não há propriamente clareza sobre a concretude daquilo que é relatado a respeito da implementação dos conhecimentos apresentados enquanto comportamentos concretos dele e de sua família. Contudo, é significativo notar que passos estão sendo dados, visto que a educação financeira é o passo fundamental sem o qual não irá acontecer a alfabetização financeira, pois, de fato, não é possível ter boas decisões nem alcançar autonomia financeira.

4.3.1 Reflexo das aulas de Educação Financeira

Já foi trazida a ideia de Fernandes, Netemeyer e Lynch (2014) de que não necessariamente os aprendizados de educação financeira irão se refletir em mudanças de

comportamentos. De alguma forma, tal ideia está presente na resposta da Professora 2 a respeito da contribuição aos alunos de educação financeira: *“Eu acredito que a educação financeira possa, sim, fazer isso. As aulas de educação financeira, não. Então, por enquanto, ainda não”* (Professora 2). É claro na compreensão dos professores a contribuição e importância que a educação financeira tem enquanto potencial, mas na prática há uma diferença do que é propriamente entregue, e mais ainda, do que é absorvido pelos estudantes.

O Professor 3, a respeito da aprendizagem e da aplicação prática, afirma que: *“não é difícil. Mas ele não vê aplicação agora. [...] Não tá dentro da realidade. São poucos os que têm. Há aquele que já vai comprar com o cartão da mãe, vai na venda e compra lá um... vai na mercearia comprar pão, banana”* (Professor 3). Contudo, ao ser questionado sobre a existência de mudanças de comportamento de consumo ele relata que *“claro que tem, tem aquele que não, né? Não sei se por querer aparecer que ele disse ‘ai, eu nem penso nisso, né?’. Mas há aqueles que refletem melhor, claro. Com certeza”* (Professor 3). Sempre há um nível de profundidade ou complexidade dos conteúdos que os alunos comumente perguntam ao professor *“mas para que eu vou usar isso na minha vida”* (Professor 3).

Em vista disso, percebe-se que se espera do processo de ensino-aprendizagem mais do que compreender os conteúdos das aulas de educação financeira, aplicá-los no dia a dia e a criar habilidade nas tomadas de decisões financeiras. Com isso, há a possibilidade de inferir que se espera que os alunos aprendam tanto a educação financeira quanto a alfabetização financeira. No entanto, para isso é necessário que se tenha claro o conhecimento conceitual do que é educação financeira e alfabetização financeira.

Diante disso, foi colocado em foco durante as entrevistas, o que os professores entendem por alfabetização financeira e educação financeira. Dentre os relatos, vemos professores que não conseguiram conceituar propriamente a distinção entre educação financeira e alfabetização financeira, que são conceitos-chaves, além de muito basilares na disciplina lecionada.

Em linhas gerais, conforme Hadar, Sand e Fox (2013), a educação financeira visa proporcionar aos consumidores experiência ou conhecimento necessário para melhor gerenciar suas finanças. Já a alfabetização financeira é uma combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas e, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro individual (ATKINSON; MESSY, 2012).

Se como vimos acima, educação financeira se trata do processo no qual consumidores melhoram a capacidade de conhecimento sobre os ricos financeiros no processo de consumo (OECD, 2005; HADAR; SOOD; FOX, 2013; OECD, 2014). Para os professores, esse conceito,

não fica claro em nenhuma das entrevistas. As falas são demasiadamente generalistas e não apontam os aspectos essenciais da definição dada pelos teóricos supracitados ou pela OECD.

Dado que, para a Professora 1 a educação financeira é *“a parte de trabalhar com os alunos, é uma aplicação. Eles muitas vezes não sabem o que é realmente um cartão de crédito, para que que serve. Eles não sabem que há juros”* (Professora 1). Segundo a Professora 4 *“é algo que ensine os alunos a “lidar” com o dinheiro. Se a gente vai ensinar do jeito certo, eu já não sei”* (Professora 4). Falas que chegam a ser contraditórias como da professora 2: *“É ser educado financeiramente. Eu acho isso bem complicado. Eu não fui educada financeiramente, meus pais não, eu acho que isso vem desde casa”* (Professora 2). O Professor 3 tem uma resposta mais direcionada, mas ainda assim generalista: *“É um conjunto de coisas para pessoa poder viver, ter uma vida melhor financeiramente, não ficar endividada, não ter problemas de falta de crédito por causa da dívida, ter uma vida melhor”* (Professora 3).

Ao se referirem sobre a alfabetização financeira, a confusão foi talvez maior. A percepção que eles transmitiram nas entrevistas é de que na compreensão deles a alfabetização seria o primeiro passo, enquanto a educação financeira seria um passo posterior. Apesar disso, como vimos anteriormente, a alfabetização financeira seria uma passagem do nível de compreensão, de deter conhecimento básico sobre finanças, para a capacidade de aplicar o conhecimento e o comportamento de consumo no dia a dia. Ou seja, além de ser necessário o conhecimento e compreensão sobre finanças, é necessário a obtenção de habilidades, de atitudes e de confiança para aplicar esse saber e esse entendimento (ATKINSON; MESSY, 2012).

Nas palavras da Professora 1 *“nós vamos alfabetizar os alunos, mostrar primeiro todo o passo a passo duma aplicação, o que é uma conta bancária e tudo mais, porque às vezes eles não têm esse conhecimento em casa”* (Professora 1). Vê-se aqui, que a compreensão de alfabetização está, na visão do professor, ligada ao conhecimento básico, e não o desenvolvimento de comportamentos. A Professora 2 reitera no mesmo sentido *“alfabetizar? Eu acho que na verdade o que eu faço é essa alfabetização. É ensinar o bê-á-bá da educação financeira”* (Professora 2).

Contudo, como já foi ressaltado acima, conceitualmente pode-se inferir que a educação financeira se refere a compreensão dos conceitos, e a alfabetização financeira diz respeito a capacidade de colocá-los em prática mudando comportamentos a partir das mudanças de percepção ocasionadas pela aplicabilidade do conhecimento financeiro com eficácia. Isso não está realmente claro para os docentes.

Outro conceito fundamental na educação financeira, que não teve uma compreensão integral por parte de todos os docentes participantes da pesquisa foi o de bem-estar financeiro. A compreensão deste conceito, também é importante, pois a educação financeira tem como objetivo final o bem-estar financeiro do consumidor (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU, 2015)

Em relação ao bem-estar financeiro a Professora 1 afirmou “*é conseguir aplicar o 50, 30, 20. É ter educação financeira*” (Professora 1). Já a Professora 2 disse: “*Bom, para mim, o bem-estar financeiro é chegar ao final do mês, e a gente ter condições de quitar os compromissos todos e ainda ter uma margem para uma emergência, para um lazer*” (Professora 2). Note-se que a expressão “*para mim*” demonstra que não há apoio teórico ao descrever o que é bem-estar financeiro.

A resposta do Professor 3 apresenta uma concisão, sem, contudo, haver precisão: “*Simples controle de suas economias, saber o que está devendo e se está bem financeiramente ou não. Esse é o controle financeiro. [...] É você não ter preocupações*” (Professor 3).

Para observar a percepção a respeito do conceito de bem-estar financeiro, se faz interessante considerar que em estudos desenvolvidos por Vlaev e Elliott (VLAEV; ELLIOTT, 2014), o bem-estar financeiro constitui-se pelo controle das finanças. Porém, esse conceito é ampliado, incluindo o controle sobre as finanças todos os dias; capacidade de absorção de imprevistos financeiros; cumprimento das metas financeiras; e alcance da liberdade financeira para fazer escolhas que permitem o aproveitamento da vida (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU, 2015). Ainda pode-se considerar que o bem-estar financeiro se relaciona com aspectos cognitivos, comportamentais, psicológicos e emocionais (BRÜGGEN *et al.*, 2017).

A respeito disso, as falas dos alunos são muitas vezes generalistas, às vezes incompletas, não conseguindo ser precisas a respeito dos quatro elementos que marcam o conceito ou até mesmo falas que tateiam o senso comum, mas que mesmo assim apontam questões corretas.

O Aluno 4 durante a entrevista, narrou um diálogo que teve com sua professora a respeito do que seria bem-estar financeiro. “*Uma vez eu falei para a professora que bem-estar financeiro era uma pessoa rica, e ela falou que não, é uma pessoa que ganha, por exemplo, R\$ 1.200, um salário-mínimo, e consegue pagar as contas, deixar as contas do final do mês todas em dia*” (Aluno 4).

Claro que temos aqui o relato do aluno, que não dá para ter certeza de que a resposta do professor foi só isso, mas vemos que apesar de superficial, a professora transmite ao aluno a

ideia correta de que bem-estar financeiro não é simplesmente ter muito dinheiro (VLAEV; ELLIOTT, 2014), mas sim, lidar de forma equilibrada com as finanças, assim cumprindo os quatro elementos conceituais (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU, 2015).

De fato, pagar as contas e ficar no final do mês em dia, como falado pela professora, está ligado a um dos elementos, que é ter controle sobre as finanças da *Consumer Financial Protection Bureau* (2015). Depois o Aluno 4 continua: “*bem-estar financeiro não é ter dinheiro, é conseguir pagar as contas e ainda sobrar um pouco. Ser bem-organizado financeiramente*” (Aluno 4). Esta percepção é considerável, pois chegar ao final do mês, sem poder ter poupado parte dos rendimentos, é uma condição que limita o bem-estar do consumidor (SPC, 2017).

Entretanto, a ideia de bem-estar financeiro como simplesmente ter condições financeiras mais propícias está na fala dos alunos outras vezes. Para o Aluno 5 “*bem-estar financeiro é quando está bem de vida, vamos dizer assim, que tem um bom salário, um bom lugar para viver*” (Aluno 5). Mais uma vez uma fala relativamente superficial, mas que, diante das circunstâncias, tenta transmitir a ideia central. E o mesmo Aluno 5 complementa: “*quem está bem financeiramente paga as contas e sobra para comparar comida, se alimenta muito melhor, tem uma condição melhor, de vez em quando sobra dinheiro para fazer um lazer*” (Aluno 5). Vê-se que não há nas falas a clareza conceitual da definição que fala sobre controle, metas ou liberdade para aproveitar a vida.

Ao se referir ao bem-estar financeiro, o Aluno 3 afirma que implica em ter recursos “*alguma coisa que não é planejada, como uma consulta médica*” (Aluno 3), ideia que vai de encontro a capacidade de absorver imprevistos. No mesmo sentido o Aluno 3 complementa, falando sobre o tema relaciona aos seus pais dizendo que “*meus pais são muito cuidadosos em reservar dinheiro para emergências*” (Aluno 3).

Para o Aluno 6, bem-estar financeiro “*é estar financeiramente estável. Ter o dinheiro e conseguir se manter*” (Aluno 6). Nota-se que a ideia de equilíbrio é também constante nas respostas, ideia que norteia os quatro aspectos do conceito, ainda que não seja propriamente verbalizado dessa forma pela CFPB (2015) e pelo (SPC, 2017). A Aluna 7 diz algo parecido: “*eu acho que é estar bem, ou seja, equilibrado na forma como está a vida financeira. conseguir pagar contas e sobrar pelo menos uma quantia para passar o resto do mês*” (Aluna 7).

Enquanto o Aluno 8, mesmo afirmando não saber, expõem resposta no mesmo sentido: “*Eu nunca ouvi falar, mas, pela maneira que a questão é colocada, eu acredito que o bem-*

estar financeiro seja ter uma estabilidade financeira, não estar endividado ou algo do tipo” (Aluno 8).

Já o Aluno 9, para explicar bem-estar financeiro, relaciona o conceito com a forma de administrar as finanças da própria família:

A minha família tem um [bem-estar financeiro]. Eles administram bem o dinheiro, e é isso que eles tentam me ensinar. Dentro da minha família, há um bem-estar financeiro. Tudo é bem administrado, tudo certinho [...] administrar esse dinheiro de forma que sempre sobra um pouco de dinheiro no final do mês, ou que pelo menos não falte, e que tudo seja bem investido, sem deixar nenhuma conta em atraso e sem gastar de maneira indevida. (Aluno 9).

E por fim, para a Aluna 10 *“Acho que bem-estar financeiro é estar bem financeiramente, estar resolvido com suas dívidas e contas e não ser tão impulsivo”* (Aluna 10). No mesmo sentido, o Aluno 11 diz: *“Eu imagino que é ser organizado financeiramente. Eu imagino que, por exemplo, se eu tivesse meu salário e conseguisse separar uma parte para gastos, outra parte para investimentos e uma poupança”* (Aluno 11).

Diante disso, pode-se inferir que perguntas são entendidas, e até bem respondidas, mas em um sentido comum, genérica, e não como um conceito específico ou um termo técnico, isto é, compreender o bem-estar financeira ligado a quatro aspectos fundamentais ligados ao financeiro: controle sobre as finanças; capacidade de lidar com imprevistos; cumprimento das metas; e liberdade para fazer escolhas. Ademais, o bem-estar financeiro é ter direito à saúde, à educação, ao lazer (CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU, 2015).

4.3.2 Comportamentos de Consumo

Em relação a aquisição de conhecimentos através das aulas de educação financeira, já como um possível reflexo no comportamento dos consumidores de baixa renda, vemos nas falas dos alunos uma série de questões. Para a Aluna 1, a melhor compreensão a respeito do que é, sua incidência e seus riscos e benefícios foi um aspecto destacado: *“consigo levar para fora da escola. Quando eu vou comparar alguma coisa”* (Aluna 1). Ela ainda continua:

Eles ensinam que a gente não deve gastar mais do que a gente tem para não entrar em dívidas, e ano passado eu sempre fazia isso. “Ah, eu não tenho dinheiro, mas eu quero. Às vezes acabava comparando, parcelando em várias vezes e acabava ficando endividada. (Aluna 1).

Diante do relato, é nítido que a Aluna 1 não só passou a compreender o conceito de juros, como também os riscos práticos, tornando-se um elemento fundamental para uma mudança de comportamento. Além disso, a Aluna 1 descreve que passou a compreender e

considerar em suas escolhas a existência ou não de desconto em promoções, “*comparando um produto e pensando na possibilidade de ganhar 50% de desconto no segundo produto*” (Aluna 1).

No mesmo sentido, a Aluna 2 diz: “*aprendemos bastante com os professores. Eles falam muito sobre a questão dos juros e como nós temos que tomar decisões pensando muito antes de acabar gastando*” (Aluna 2). Em consonância, o Aluno 11 declara: “*quando for fazer uma compra no cartão de crédito, já sei mais ou menos o que será cobrado, para não ser passado para trás, por exemplo. [...] É, tipo, alguns juros abusivos, por exemplo, às vezes pode acontecer*” (Aluno 11).

Em relação ao Aluno 11, chama atenção o fato do aluno ao falar de juros, já compreender do que se trata, mas especialmente a percepção que ele tem a respeito dos juros no Brasil serem abusivos. Vemos que os alunos vão amadurecendo em relação a consciência financeira.

A educação financeira também ajuda a ter comportamentos de consumo mais consciente, dado que, para gastar, “*eu sempre pesquiso a forma mais barata*” (Aluna 2). Para ela a disciplina “*faz com que a gente pense em ser mais responsável na hora de gastar*” (Aluna 2).

Sobre isso, o Aluno 3 destaca “*A educação financeira permite que se tenha uma planilha na qual se pode registrar gastos e receitas*” (Aluno 3). Os alunos se sentem bem ao sentir no controle a respeito do dinheiro. Vemos isso na fala da Aluna 6:

Eu aprendo a controlar o meu dinheiro, a pensar realmente e ter um controle sobre os meus gastos e a investir mais no futuro, não apenas no presente e gastar tudo. [...] Estamos aprendendo bastante sobre o controle do fluxo do dinheiro, montar uma planilha. (Aluna 6).

Essa clareza faz com que a Aluna 6 encare com mais autonomia as variáveis de suas finanças. Para ela “*há um controle maior do meu dinheiro e sei basicamente em que estou gastando e onde não deveria gastar mais*” (Aluna 6). Ao ser questionada sobre a mudança de comportamento por conta das aulas, ainda a Aluna 6 respondeu: “*Sim. Antes eu só queria comparar tudo. E agora eu tenho uma noção do que eu quero e do que eu devo gastar*” (Aluna 6).

Vemos o reflexo do conhecimento por vezes, também nas famílias: “*tem mês que eles não se organizam, se confundem. Nesses casos, eu ajudo. Eles não guardam a quantia de dinheiro certa. Então, eu digo: ‘ó, tem que guardar dinheiro para isso’, vou meio que lhes alertando*” relata a Aluna 7.

Para alguns alunos, as aulas têm um papel coadjuvante na determinação dos comportamentos financeiros. *“As aulas não me ajudam muito, os que me ajudaram mesmo foram meus pais. [...] As aulas me ajudam a entender, mas quem me ajudou mesmo foram meus pais”* (Aluno 5). No mesmo sentido, o Aluno 9 vive uma experiência parecida:

Eu aplico bastante coisa até porque trabalho já. Eu tenho que investir o meu dinheiro e aplicar em alguns ativos. Também tenho visto no meu trabalho e acredito que eu tenho aprendido bem pouco com a educação financeira na escola, eu aprendi mais com minha família. [...] é ensinado na escola apenas o básico do básico e minha família já me ensinou bastante sobre educação financeira. Eles já me passaram uma educação financeira sólida. (Aluno 9).

Já para o Aluno 8 a maior mudança de comportamento veio pelas aulas: *“meus pais já me ensinaram um pouco sobre isso, mas a maior parte do aprendizado foi na escola”* (Aluno 8).

O reflexo das aulas de educação financeira acerca da consciência financeira na hora de consumir também está presente nos relatos como conhecimentos adquiridos. O Aluno 8 afirma:

Por exemplo, se eu for comparar um pacote de arroz. Pacote de arroz é uma coisa que eu vejo como necessário. [...] conta de luz, a conta de água, são coisas necessárias [...] Só que, por exemplo, roupa às vezes a pessoa já tem um monte de roupa que não usa e compara mais só para deixar parada no guarda-roupa, eu acho um gasto desnecessário, considero isso consumismo. (Aluno 8).

Dentre os estudantes, há a percepção de que os ensinamentos, por vezes ainda são distantes na vida prática, tanto para eles quanto para as famílias. Para a Aluna 10 *“a gente comenta bastante, mas não aplicamos. Eles não aplicam, na verdade. Não sei o porquê, talvez porque não entendam muito”*. A Aluna 10 relata as dificuldades da família, até mesmo em compreender os passos para mudança da situação financeira. Para ela:

Melhorou [a forma de consumo]. E eu comecei a pensar muito mais rápido depois de um determinado conteúdo que foi sobre a porcentagem. Então, antes, não sei se por conta da idade, porque a gente cresceu, mas ajudou muito a pensar diferente, ficava abismada com 20% de desconto num tênis de trezentos reais, pensava que era muita coisa. (Aluna 10).

Ela considera que a educação financeira ajuda, mas afirma que os resultados ainda não são controlados: *“eu acho que depende de como eu gasto e do quanto eu gasto, é algo que eu volto a repetir, é o cartão de crédito influenciando em muita coisa”* (Aluna 10). Interessante perceber que apensar a contradição, de pensar a disciplina como importante e uma forma de mudança, mas não conseguir propriamente colher os frutos em sua vida e com sua família, o

aluno já apresenta conhecimento a respeito dos gastos que são apontados por ele como demasiado.

Segundo o Aluno 3 as aulas de educação financeira ajudam *“para se planejar financeiramente para um sonho de curto ou longo prazo, tem que se saber, por exemplo, que, se quer comprar um imóvel”* (Aluno 3). O uso das economias para financiar estudos futuros também é um tema que se repete várias vezes nas falas dos estudantes. Lembrando que, a maior parte dos alunos que participaram desse estudo estão na 3ª série do ensino médio, portanto, próximos do ensino superior. Assim, um dos maiores objetivos daqueles que fazem suas economias é pagar os estudos, conforme relatou a Aluna 6: *“[para] pagar uma faculdade, estou juntando um dinheiro”* (Aluna 6).

A verbalização da Aluna 6 é muito próximo da Aluna 7, pois a última disse: *“tenho um dinheiro guardado já para faculdade, eu peguei uma certa quantia da minha pensão, guardei e vou abrir uma conta para mim. Vou usar para fazer Enem, vestibulares, faculdade, carteira”* (Aluna 7). Desta maneira, um dado que chama atenção é que as questões voltadas ao futuro, isto é, ao projeto de vida instigam os jovens entrevistados.

De forma mais pontual, o Aluno 4 descreveu as mudanças que sentiu: *“Eu estou aprendendo muito a administrar o meu dinheiro [...] Ela (a disciplina) está me ajudando a ser muito organizado, se eu quiser, eu vou guardar um mês antes ou dois meses, três meses antes”* (Aluno 4).

Com isso, vê-se claramente, que há alunos que verbalizam uma mudança de comportamento a respeito da forma geral como controlam suas finanças assim como influenciam a família sobre as finanças da casa, a partir das aulas de educação financeira que recebem no ensino público da rede estadual de educação paranaense.

De fato, percebe-se que no geral, a percepção sobre o ensino de educação financeira é satisfatória e reflete concretamente no comportamento de consumo dos alunos entrevistados. Em suas falas, os alunos trazem constantemente não só elementos do conteúdo, como conhecimentos adquiridos, como também, apontam mudanças de comportamento, em si mesmos, ou até mesmo na família, ocasionados pela influência da disciplina de educação financeira.

No entanto, partindo da visão apresentada pelos professores, nota-se uma visão menos esperançosa. Para a Professora 1, questionado a respeito do aproveitamento dos alunos sobre o conteúdo trabalhado em aula, afirma *“Talvez 50%, mas não, não acho que é tanto assim, não”*.

E ela justifica sua afirmação: *“porque é a realidade deles, não tem muitas coisas ali da aula que você não aceita, e eles não aceitam aquilo da aula que estão ali”* (Professora 1).

Sobre a mesma questão, a Professora 2 respondeu: *“de uma turma de trinta, trinta e cinco, um ou dois alunos aproveitam alguma coisa. Na aula da semana passada, eu perguntei se tem alguém já que tem alguma aplicação, e um aluno falou que ele começou a aplicar no tesouro direto e foi uma questão tratada em sala de aula”* (Professora 2). E complementa, demonstrando até um certo ceticismo: *“não sei se é reflexo de sala de aula, de aulas de educação financeira. Eu acho que é mais com a família porque teve isso no 9º ano e agora que começou a trabalhar... Então, não é reflexo também das aulas. Ainda não”* (Professora 2).

Ainda a respeito do aproveitamento do conteúdo, a Professora 4 apresenta um maior otimismo sobre a questão. Ele afirma não ser possível saber sobre a vida do aluno. Disse: *“a vida deles a gente não sabe como é, mas eles participam bastante. [...] Eles fazem perguntas, então eu acho que eles aproveitam. Eles usam isso para a vida deles, mas lá dentro da casa deles exatamente eu já não sei dizer, mas durante as aulas eles mostram interesse”* (Professora 4).

O Professor 3 é ainda mais otimista: *“Com certeza eles sabem, eles utilizam no dia a dia. Utilizam em algumas coisas, mas é lógico que essa parte é familiar e individual. É raro aquele que vem contar o que tá acontecendo. Mas a gente percebe que eles têm um outro conhecimento, é uma outra forma do evento”* (Professor 3). Além do otimismo, também é notável que ele apresenta uma maior segurança a respeito de seu trabalho em sala. Em sua visão, há um reflexo, ainda que em pequenos passos. Pois afirma *“Dentro da participação a gente percebe que eles passam a acompanhar a compra de mercado, vê se é vantajoso comprar ou não determinada mercadoria, mas devagarinho”* (Professor 3).

Entretanto, segundo a Professora 1, o reflexo das aulas de educação financeira no comportamento de consumo dos alunos não foi presenciado em sala de aula, dizendo que: *“desde que eu comecei a trabalhar educação financeira, faz uns três anos, até agora nenhum aluno de baixa renda veio falar ‘Nossa, professora, as aulas de educação financeira mudaram a minha vida’”* (Professora 1).

No mesmo sentido, a Professora 2 não percebe nem ouviu relato de mudanças de comportamento de consumo:

Nenhum. Nenhum relato mesmo. O aluno não tem dinheiro, então ele não tem, muitas vezes. Nem em casa, às vezes, o pai não tem nem o salário fixo, é bico. Então, ele tem dinheiro hoje, amanhã não tem, então, como ele vai montar esse orçamento familiar se ele não tem o dinheiro? [...] Eu acho, como eu falei para você, que, com o tempo, em algum momento esse aluno vai lembrar do 50, 30, 20, né? Ele vai ter o dinheiro,

vai conseguir, mesmo porque, tendo mais estudo do que o pai dele, ele vai ter mais oportunidades, né?. Então, praticamente ele vai ter mais oportunidades na vida, ele vai conseguir ter um salário e tal. Mas, por enquanto, não. Nem um relato. (Professora 2).

Vê-se que aparentemente os entrevistados não estão entre aqueles alunos mais carentes, descrito na fala da Professora 2. Pois com foi visto, nenhum aluno entre os quais contribuíram para a pesquisa disse que a renda familiar não dava para comprar aquilo que consideram o básico.

Temos que ponderar que, a visão dos professores tende a ser uma avaliação do todo, enquanto na visão dos alunos é uma avaliação mais de sua realidade imediata. Já da parte dos alunos entrevistados, há apontamentos de mudanças nos comportamentos de consumo e na forma de lidar com as finanças.

Para o Aluno 3 a influência da disciplina está presente em sua organização. Segundo afirma, hoje ele é um consumidor mais consciente financeiramente *“Sim. [...] Eu sei que tenho despesas fixas, como academia e outros compromissos”* (Aluno 3). Além disso, passou a fazer uma reserva na intenção de comprar uma motocicleta: *“por exemplo, estou guardando R\$ 50 a cada mês”* (Aluno 3).

Outra fala interessante foi da Aluna 7, que afirma que pelo aprendizado em sala de aula na disciplina de educação financeira se sentiu estimulado a empreender e abrir uma empresa. *“já aprendi muitas coisas, inclusive em questão de empresas. Em relação à loja que eu comecei a abrir agora, esses dias atrás”* (Aluna 7). Para ela a disciplina auxiliou na busca a respeito de como empreender: *“ajudou muito e também despertou uma curiosidade para ver como que funciona esse lado”* (Aluna 7).

Cabe ressaltar ainda que dentre os estudantes entrevistados todos eles apontam a validade das aulas e a contribuição para com a formação integral deles. Contudo, chama muita atenção o dado de que, dentre os 11 entrevistados, quase todos destacam que a família tem uma organização financeira consistente. Como exemplo disso, a Aluna 2 diz: *“já vem da família. [...] Exclusivamente não, os meus pais sempre ensinaram, eles sempre escolhem o preço mais barato, sempre procuram aquilo de uma qualidade boa, falam para que eu não gaste à toa”* (Aluna 2).

Outro dado a ser considerado é que todos eles afirmam que a situação financeira da família é suficiente para a manutenção básica da família, assim como também consideram que tem condições de comprar coisas que querem além do básico. Apenas a Aluno 10 e o Aluno 11 afirmam não considerar a família organizada financeiramente, mas mesmo nesses casos, os

estudantes relatam que os ganhos dão para comprar o básico e sobra para despesas além do básico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado foi desenvolvida com o objetivo de compreender como a curricularização da educação financeira no ensino médio público paranaense se reflete no comportamento de consumo de alunos de baixa renda. Considera-se que este objetivo, inicialmente traçado, foi alcançado.

No decorrer do estudo, foi possível perceber as falhas e os acertos acerca da implantação da disciplina educação financeira, sendo assim, aponta-se a respeito de como os conteúdos são apresentados pelos professores e como os alunos recebem a proposta. É importante que exista uma orientação aos docentes, para que eles apresentem o objetivo da educação financeira com clareza aos alunos, quais os objetivos e expectativas a disciplina pretende alcançar. Há sempre uma realidade diversa em sala de aula, e nem todos os temas irão ser do gosto de todos os estudantes. Contudo, se houver clareza quando ao propósito, atenua-se a diferença entre o que os alunos esperam e o que será apresentado. Da parte dos professores, na medida do que é possível, pode-se valorizar temas que tenham maior interação com a vida dos alunos, contudo, isso nunca será simples e nem pode ser o único critério para orientar as aulas.

Um outro aspecto a ser considerado é o contexto das famílias dos alunos que recebem a educação financeira na etapa da formação escolar. É necessário que os professores sejam preparados para diagnosticar e compreender os contextos familiares, fazer perguntas diagnósticas como forma de trazer à tona a realidade de educação financeira que os alunos vivenciam em casa, para que possa lidar com maior habilidade a respeito do que os alunos trazem. Isso será importante para que, em algumas situações a educação financeira em sala de aula seja uma continuidade da recebida em casa, e em outros, seja uma introdução fundamental que ajude os alunos a darem os primeiros passos. Para isso é necessário a flexibilidade e a prática por parte dos docentes.

O estudo também possibilitou identificar que há reflexo da curricularização da educação financeira no comportamento de consumo dos alunos de baixa renda, no entanto, ainda são tímidos. Isso pode ser em decorrência, do pouco tempo de implantação. Os docentes ainda estão se adaptando aos conteúdos, visto que, o novo componente curricular não completou três anos de curricularização.

A percepção dos professores sobre a importância da disciplina é positiva, mas a visão a respeito dos resultados concretos não é satisfatória, e isso reflete uma certa insegurança vivenciada por eles. Os docentes tendem a fazer uma avaliação do todo, que não leva muitas vezes em conta os pequenos passos que foram dados, mas que são importantes. É importante

que os professores sejam apoiados e incentivados, ao mesmo tempo em que são orientados a pensar a disciplina a partir de um processo de implantação, que é complexo e leva tempo até que tudo esteja afinado.

Quanto a isso, é fundamental perceber que a visão dos alunos é bastante positiva, e que a percepção da importância da disciplina para o grupo entrevistado tanto professores quanto alunos é muito clara. Isso deve ser até uma forma de incentivo aos professores, de que mesmo diante das falhas e dificuldades, a percepção dos alunos entrevistados é de positividade quanto a disciplina, e talvez o mais importante, de clareza quanto ao valor que a educação financeira tem em uma mudança de vida para os alunos.

Tendo em vista os resultados anteriormente relatados, este estudo contribui ao evidenciar a importância do diálogo com a comunidade escolar na implantação de uma nova disciplina. Como vimos, o atual paradigma de uma gestão democrática implica em estabelecer diálogo com as diversas instâncias, dentre elas, a instância docente se evidencia como uma fundamental participação na elaboração do currículo e na implantação dos projetos pedagógicos.

É basilar que exista uma sinergia entre os atores na educação, e quando se fala de uma mudança curricular, isso se torna mais latente. Estamos nos referindo a mudança de ideias e práticas, de uma reorientação em relação aos objetivos que a educação desempenha no ensino público. Além disso, há uma quantidade bastante grande de atores nesse processo que precisam ser levados em consideração: alunos, professores, gestores locais, gestores superiores. Enfim, uma série de instâncias que precisam ter a comunicação afinada para que o processo possa acontecer. Assim, para a implantação de uma nova disciplina, o apoio de especialistas para a mudança do currículo e a instrução a respeito do diálogo com a comunidade escolar são ações significativas que atenuam possíveis dissonâncias e evitam situações percebidas nessa pesquisa.

Ademais, realça-se a necessidade de a mantenedora de ensino ofertar melhor formação aos professores, incluindo aprofundamento dos conteúdos e conceitos, adaptabilidade de exemplos e situações problemas que sejam mais voltados à realidade dos alunos. No mesmo sentido o material de apoio utilizado pelos professores – *slides* – deve passar por adaptações, ainda que isso não seja uma reformulação completa, mas um aumento do repertório de exemplos e situações-problema para as discussões de sala de aula, assim como, da base referencial das aulas de educação financeira, como forma de subsidiar elementos significativos para que os professores tenham mais preparo e material para adequar as aulas a partir de critérios pedagógicos.

A contribuição social desta pesquisa se dá pelo fato de que, cidadãos educados financeiramente, tendem a ter uma vida financeira mais equilibrada, com mais controle sobre sua vida financeira. Além de que, têm maior consciência a respeito do consumo. Isso significa que tendem a gastar menos com coisas supérfluas ou desnecessárias, por conseguinte, são menos propensos a serem seduzidos pelo consumismo. Com isso, pode até mesmo diminuir os índices de inadimplência, melhorando também as condições do próprio consumo. Assim, podendo utilizar com mais prudência recursos do sistema financeiros como empréstimos, cartões de crédito, parcelamento de forma equilibrada e a propositiva.

Não obstante que o objetivo deste trabalho tenha sido alcançado, reconhece-se duas limitações da pesquisa. A primeira limitação ocorre pelo distanciamento da participação dos alunos matriculados no ensino médio da rede pública de ensino paranaense em situação de hipervulnerabilidade econômica, como entrevistados, pois por mais que estes também receberam o convite ser participantes da pesquisa, optaram em não participar. A segunda limitação advém de os alunos entrevistados serem apenas de uma única região do Estado do Paraná.

Por fim, apresenta-se sugestões para pesquisas futuras. A primeira sugestão concentra-se em pesquisar se a área específica de formação acadêmica dos professores de educação financeira, do ensino médio, influencia na alfabetização financeira dos alunos. A segunda sugestão é a realização de estudos quantitativos para identificar se o ensino de educação financeira, onde se faz presente no currículo escolar, impacta no comportamento de consumo de alunos em situação de hipervulnerabilidade econômica. A terceira sugestão está direcionada em pesquisar os impactos das aulas de educação financeira no bem-estar financeiro no âmbito individual, familiar e social. A quarta sugestão é a realização de pesquisas buscando medir o nível de alfabetização financeira de professores que ministram aulas de educação financeira na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.W. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMAGIR, A.; GROOT, W.; BRINK, H. M. A review of financial-literacy education programs for children and adolescents. **Citizenship Social & Economics Education**, v. 17, n. 1, p. 56-80, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2047173417719555>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- AMORIM, Daniela. Quase 60% das famílias de baixa renda começaram o ano de 2022 inadimplentes, 2 set. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/familias-baixa-renda-2022-inadimplencia-fgv/>. Acesso em: 5 set 2022.
- ANDERSON, L. *et al.* Transformative Service Research: An Agenda for the Future. **Journal of Business Research**, v. 66, n. 8, p. 1203-1210, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2012.08.013>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- ANDERSON, L.; OSTROM, A. L. Transformative Service Research: advancing our knowledge about service and well-being. **Journal of Service Research**, vol. 18, n. 3, p. 243-24, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1094670515591316>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- ATKINSON, A.; MESSY, F.A. Measuring financial literacy: Results of the oecd/International network on financial education (INFE) pilot study. **OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions**, n. 15, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5k9csfs90fr4-en>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 1 jun. 2023.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.
- BATTY, M. *et al.* Experiential financial education: A field study of my classroom economy in elementary schools. **Economics of Education Review**, n. 78, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2020.102014>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- BAUMAN, Z. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BHATTACHARYA, R.; GILL, A. Financial Education and Financial Attitudes: Evidence from a High School Experiment. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 31, n. 2, p. 251-266, 2020. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1279847.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

BIMBATI, A. P. Material para professores do Paraná diferencia 'mentalidade rica' e 'pobre'. **UOL**, 10 fev. 2023. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2023/02/10/material-professores-parana-educacao-financeira.htm>. Acesso em: 12 ago. 2023.

BOSSHARDT, W.; WALSTAD, W. B. National Standards for Financial Literacy: Rationale and Content. **The Journal of Economic Education**, v. 45, n. 1, p. 63-70, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00220485.2014.859963>. Acesso em: 1 jul. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. **Censo Escolar 2017**: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2018b. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBFEF. Brasília: Casa Civil, 2020b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010**. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais (Ensino Médio)**. Brasília: MEC/SEMT, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática (1.º e 2.º ciclos do ensino fundamental)**. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro03.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: matemática (3.º e 4.º ciclos do ensino fundamental)**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/matematica.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. **Resumo Técnico do Estado do Paraná do Censo da Educação Básica 2020**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_do_parana_censo_da_educacao_basica_2020.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

BRÜGGEN, Elisabeth C. *et al.* Financial well-being: A conceptualization and research agenda. **Journal of Business Research**, 79, n. C, 2017. Disponível em:

<https://EconPapers.repec.org/RePEc:eee:jbrese:v:79:y:2017:i:c:p:228-237>. Acesso em: 1 jul. 2022.

BRUHN, M. *et al.* The Impact of High School Financial Education: Evidence from a Large-Scale Evaluation in Brazil. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 8, n. 4, p. 256-295, 2016. Disponível em:

<https://www.aeaweb.org/articles/pdf/doi/10.1257/app.20150149>. Acesso em: 1 jul. 2022.

BRUNER, J. S. **Uma Nova Teoria de Aprendizagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1973.

BUFE, S *et al.* Financial Shocks and Financial Well Being: What Builds Resiliency in Lower Income Households? **Social Indicators Research**, v. 161, n. 1, p. 379-407, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11205-021-02828-y>. Acesso em: 1 jul. 2022.

CAMERON, M. P. *et al.* Factors associated with financial literacy among high school students in New Zealand. **International Review of Economics Education**, v. 16, n. Part A, p. 12-21, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.iree.2014.07.006>. Acesso em: 1 jul. 2022.

CAMPARA, J. P. *et al.* Programa Bolsa Família X Alfabetização Financeira: em busca de um modelo para mulheres de baixa renda. **Espacios**, v. 37, n. 7, p. 22, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/305541168_Bolsa_Familia_X_Program_Financial_Literacy_In_search_of_a_model_for_low-income_women. Acesso em: 1 jul. 2022.

CAULLEY, Darrel N. Document analysis in program evaluation. **Evaluation and Program Planning**, v. 6, n. 1, p. 19-29, 1983. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0149718983900411?via%3Dihub>. Acesso em: 1 jun. 2023.

CHIARELLO, Ana P. R.; BERNARDI, Luci D. S. Educação Financeira Crítica: Novos Desafios na Formação. **BOLETIM GEPEM**, 66, jan/jun 2015. Acesso em: <http://dx.doi.org/10.4322/gepem.2015.026> ago. 2023.

COLLINS, J. M.; URBAN, Carly. Measuring financial well-being over the lifecourse. **The European Journal of Finance**, v. 26, n. 4-5, p. 341-359, 2019. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1351847X.2019.1682631>. Acesso em: 1 jul. 2023.

COMPEN, B.; WITTE, K.; SCHELFHOUT, W. The Role of Teacher Professional Development in Financial Literacy Education: A Systematic Literature Review. **Educational Research Review**, v. 26, p. 16 – 31, fev 2019. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1747938X18302793>.

CONSUMER FINANCIAL PROTECTION BUREAU. Financial well-being: The goal of financial education, 2015. Disponível em: https://files.consumerfinance.gov/f/201501_cfpb_report_financial-well-being.pdf. Acesso em: 06 set 2022.

CREDIT SUISSE. Global Wealth Report 2021. **Credit Suisse Research Institute**, 2021. Disponível em: <file:///D:/Downloads/global-wealth-report-2021-en.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativos e Misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, L. S. D. **Tempos hipermodernos: a felicidade em Gilles Lipovetsky**, 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade São Judas Tadeu. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu. São Paulo, 2015.

CUNHA, M. P. O. Mercado Financeiro Chega à Sala de Aula: Educação Financeira como Política Pública no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 41, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.218463>. Acesso em: 1 jul. 2022.

DANES, S. M.; RODRIGUEZ, M. C.; BREWTON, K. E. Learning context when studying financial planning in high schools: Nesting of student, teacher, and classroom characteristics. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 24, n. 2, p. 20-36, 2013. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1043229>. Acesso em: 1 jul. 2022.

DAVIS, B.; PECHMANN, C. The Characteristics of Transformative Consumer Research and How it Can Contribute to and Enhance Consumer Psychology. **Journal of Consumer Psychology**, v. 30, n. 2, p. 365 – 367, out 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jcpy.1139>. Acesso em: 1 jul. 2022.

DEENANATH, Veronica; DANES, Sharon M.; JANG, Juyoung. Purposive and Unintentional Family Financial Socialization, Subjective Financial Knowledge, and Financial Behavior of High School Students. **Journal of Financial Counseling and Planning**, 30, n. 1, p. 83-96, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1891/1052-3073.30.1.83>. Acesso em: 8 ago. 2023.

DEWEY, J. **Experiência e Educação**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

FALQUETO, Júnia; FARIAS, Josivania. Saturação Teórica em Pesquisas Qualitativas: Relato de uma Experiência de Aplicação em Estudo na Área de Administração. **Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais**, v. 3, 2016. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/1068/1041>. Acesso em: 7 jul. 2023.

FASPG. **Faixas Etárias por CRAS no CadÚnico**. Ponta Grossa, : DGSUAS/DVS , 2022.

- FERNANDES, D.; LYNCH, J. G.; NETEMEYER, R. G. Financial Literacy, Financial Education, and Downstream Financial Behaviors. **Management Science**, v. 60, n. 8, p. 186 – 1883, 2014.
- FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FIELD, J. M. *et al.* Service Research Priorities: Designing Sustainable Service Ecosystems. **Journal of Service Research**, v. 0, n. 0, p. 1–18, set 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354378236_Service_Research_Priorities_Designing_Sustainable_Service_Ecosystems.
- FLORIANO, M. D. P.; FLORES, S. A. M.; ZULIANI, A. L. B. Educação Financeira e Alfabetização Financeira: o que a literatura aponta até o momento? **6º Fórum Internacional Ecoinovar**, Santa Maria, ago 2017.
- FLORIANO, M. D. P.; FLORES, S. A. M.; ZULIANI, A. L. B. Educação Financeira ou Alfabetização Financeira: quais as diferenças e semelhanças? **Revista Eletrônica Ciência da Administração e Turismo**, v. 8, n. 1, p.16-23, jan./jun. 2020.
- FREITAS, H. *et al.* O método de pesquisa survey. **Revista de Administração da USP**, v.35, n. 3, p. 105-112, jul-set 2000.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIORDANO, C. C.; ASSIS, M. R. S.; COUTINHO, C. Q. S. A Educação Financeira e a Base Nacional Comum Curricular. **Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana**, v. 10, n. 10, 2019.
- GNEEZY, U.; MEIER, S.; REY-BIEL, P. When and why incentives (don't) work to modify behavior. **J. Econom. Perspect**, v. 25, n. 4, p. 191-210, 2011.
- HADAR, L.; SOOD, S.; FOX, C. Subjective Knowledge in Consumer Financial Decisions. **Journal of Marketing Research**, v. 50, p. 303–316, 2013.
- HASTINGS, J. S.; MADRIAN, B. C.; SKIMMYHORB, W. L. Financial Literacy, Financial Education and Economic Outcomes. **Annu Rev Econom**, v. 1, n. 5, p. 347-373, 2013.
- HEMAIS, M. W.; CASOTTI, L. M.; ROCHA, E. P. G. Hedonismo e moralismo: consumo na base da pirâmide. **RAE – Revista de Administração de Empresas**, vol. 53, n. 2, 2013.
- HUNG, A. A.; PARKER, A. M.; YOONG, L. Defining and Measuring Financial Literacy. **RAND Corporation**, 2009. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/working_papers/2009/RAND_WR708.pdf. Acesso em: 6 ago. 2023.
- HUNG, A. A.; PARKER, A. M. Defining and Measuring. **RAND Corporation**, set 2009. Disponível em:

https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/working_papers/2009/RAND_WR708.pdf.
Acesso em: 8 ago. 2023.

HUSTON, S. Measuring Financial Literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, vol. 44, n. 2, 2010.

JOHNSTON, D. Importance of Financial Literacy in the Global Economy. **OECD**, dez 2005.

KAISER, T.; MENKHOFF, L. Financial education in schools: A meta-analysis of experimental studies. **Economics of Education Review**, vol. 78, 2019.

KARNANI, A. Mirage at the Bottom of the Pyramid. **William Davidson Institute Working Paper**, n. 835, 2006.

KARNANI, A.; MCKAGUE, K. Scaling Jobs for the Poor: Reducing Poverty through the Impact Sourcing BPO Approach. **Markets, Globalization & Development Review**, vol. 4, n. 4, 2019.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

KÜHL, M. R.; VALER, V.; GUSMÃO, I, B. Alfabetização financeira: evidências e percepções em uma cooperativa de crédito. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 2, mai./ago 2016.

LAVILLE, Christian; DIONE, Jean. **A construção do saber> Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEÃO, M. B. C.; SILVA JUNIOR, Luiz A. O software Atlas.ti como recurso para a análise de conteúdo: analisando a robótica no Ensino de Ciências em teses brasileiras. **Ciênc. Educ.**, v. 24, n. 3, p. 715-728, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320180030011>. Acesso em: 1 jul. 2022.

LEE, J. M.; LEE, J.; KIM, K. T. Consumer Financial Well Being: Knowledge is Not Enough. **Journal of Family and Economic Issues**, vol. 41, p.218-228, 2019.

LIPOVETSKY, G. **Sociedade da Decepção**. Barueri: Manole, 2007.

LODI, R. J.; HEMAIS, M. W. Consumidores de Baixa Renda e o seu Eu Estendido em carros: uma pesquisa interpretativista. **RAU Revista de Administração Unimep**, v. 17, n. 2. Ed. Especial, maio-agosto 2019.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and planning: implications for retirement wellbeing. **NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH**, Mai 2011. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w17078>.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014.

MACINNIS, D. J. *et al.* Creating Boundary-Breaking Marketing-Relevant Consumer Research. **Journal of Marketing**, v. 84, p. 1-23, dez 2019.

MICK, G. M. *et al.* Origins, Qualities, and Envisionments of Transformative Consumer Research. **Transformative Consumer Research for Personal and Collective Well-Being**, p. 3-24, 2012.

MICK, G. M. Meaning and Mattering Through Transformative Consumer Research. **Advances in Consumer Research**, v. 33, 2006.

MONTICONE, C. How much does walth matter in the acquisition of financial literacy?. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p.403-422, 2010.

MOREIRA, Antonio F. B. Propostas curriculares alternativas: limites e avanços. **Educação & Sociedade**, 21, n. 73, Dez 2000. Acesso em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000400009> ago. 8.

NETMEYER, R. G. *et al.* How Am I Doing? Perceived Financial Well-Being, Its Potential Antecedents, and Its Relation to Overall Well-Being. **Journal of Consumer Research**, V. 45, p. 68–89, jun 2018.

OECD. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial**. Paris: OECD, 2005. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

OECD. **Financial Education in Sools**. Paris: OECD/INFE, 2012. Disponível em: https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/FinEdSchool_web.pdf. Acesso em: 7 jul. 2023.

OECD. **PISA 2012 results: Students and money**. Paris: OECD, v. 6, 2014. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/keyfindings/PISA-2012-results-volume-vi.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

OECD. **PISA 2018 results: are students smart about money?** Paris: OECD, v. IV, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/pisa/publications/2018results>. Acesso em: 20 out. 2023.

OECD. **Report on adult financial literacy in G20 countries**. Hamburg: G20/OECD INFE, 2017. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/G20-OECD-INFE-report-adult-financial-literacy-in-G20-countries.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

OECD. **Levels of financial literacy in Eurasia**. Paris: OECD, 2018. Disponível em: <https://www.oecd.org/financial/education/financial-literacy-cis-countries-survey-EN.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

OECD. **International Survey of Adult Financial Literacy**. Paris: OECD/INFE, 2020. Disponível em: <https://www.oecd.org/financial/education/launchoftheoecdinfeglobalfinancialliteracysurveyreport.htm>. Acesso em: 1 jul. 2022.

OECD. International Survey of Adult Financial Literacy, 2020. Disponível em: <http://www.oecd.org/financial/education/launchoftheoecdinfglobalfinancialliteracysurveyreport.htm>. Acesso em: 1 jul. 2022.

OECD. **Toolkit for Measuring Financial Literacy and Financial Inclusion 2022**. Paris: OECD /INFE, 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/financial/education/2022-INFE-Toolkit-Measuring-Finlit-Financial-Inclusion.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2022.

OPLETALOVÁ, A. Financial education and financial literacy in the Czech education system. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 171, p. 1176-1184, 2015.

ORTON, L. Financial Literacy: Lessons from International Experience. **Canadian Policy Research Networks (CPRN)**, 2007.

OSTROM, A. L. *et al.* Service Research Priorities: Managing and Delivering Service in Turbulent Times. **Journal of Service Research**, v. 24, n. 3, p. 329-353, 2021.

OSTROM, A. L.; MATHRAS, D. & A. L. Transformative service research: an emerging subfield focused on service and well-being. **Handbook of service marketing research**, p. 557-579, Jan 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.4337/9780857938855.00036>. Acesso em: 6 ago. 2022.

OZANNE, J. L. *et al.* Transformative Consumer Research. **Wiley Encyclopedia of Management**, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9781118785317.weom090270>.

PARANÁ. **Caderno de Itinerários Formativos para o ano letivo de 2023**. Curitiba: Secretária Estadual da Educação do Estado do Paraná, 2023a. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/nem_caderno_itinerarios_formativos_completo.pdf. Acesso em: 7 jul. 2023.

PARANÁ. **Caderno Itinerários Formativos de 2022: ementas curriculares ofertadas em 2022**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2022b. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/caderno_itinerarios_formativos2022.pdf. Acesso em: 3 jul. 2023.

PARANÁ. **Educação Divulga Matriz Curricular do Novo Ensino Médio**, Brasília, 2021b. Disponível em: <http://www.representacao.pr.gov.br/noticias/aen/93db028f-3bf9-43eb-9477-17632cf3d9d6>. Acesso em: 26 jun. 2022.

PARANÁ. **Instrução Normativa Conjunta N° 006/2022 – DEDUC/DPGE/SEED**. Dispõe sobre o modelo de oferta para o Novo Ensino Médio na rede pública estadual de ensino do Paraná no ano de 2023. Curitiba: DEDUC/DPGE/SEED, 2022e. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/instrucao_normativa_0062022_deducseed.pdf. Acesso em: 7 jul. 2023.

PARANÁ. **INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA N° 008/2021 - DEDUC/DPGE/SEED**. Dispõe sobre a implantação das Matrizes Curriculares do Novo

Ensino Médio – NEM e a implementação dos itinerários formativos da Educação Profissional Técnica, em consonância com a legislação vigente, a partir do ano letivo de 2022. Curitiba: DEDUC/SEED, 2021h.

PARANÁ. **Noção de juros - RCO+ Aulas – Educação Financeira - 3ª Série – Aula N2.** Curitiba: SEED/PR, 2023d. Disponível em: https://docs.google.com/presentation/d/1VrNZrEo-KG9fiVH1bIvEB7VcHSwRDsbJ7MM3BM-kpq0/edit?usp=share_link. Acesso em: 5 ago. 2023.

PARANÁ. **Ofício circular nº 015/2021 - DEDUC/SEED.** Curitiba: DEDUC/SEED, 2021.

PARANÁ. **Receitas e despesas - RCO+ Aulas – Educação Financeira - 2ª Série – Aula N1.** Curitiba: SEED/PR, 2023c.

PARANÁ. **Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná.** Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, 2021c. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-08/referencial_curricular_novoem_11082021.pdf. Acesso em: 6 jul. 2022.

PARANÁ. **Resolução SEED 5987, Diário Oficial nº. 11082 de 21 de Dezembro de 2021.** Regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério. Curitiba: Diário Oficial, 2021g.

PARANÁ. **Resolução SEED nº 208, Diário Oficial nº. 10861 de 28 de Janeiro de 2021.** Regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério. Curitiba: Diário Oficial, 2021f.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná. **Consulta as Escolas,** 2022c. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf?windowId=39e>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná. **Educação Financeira nas Escolas,** 2021a. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Educacao-Financeira>. Acesso em: 1 jul. 2022.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná. **Educação Financeira,** 2022a. Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Outra-Historia/Pagina/Educacao-Financeira>. Acesso em: 1 jul 2022.

PARANÁ. Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná. **Turmas e Matrículas no Estado do Paraná,** 2022d. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/paginas/ensinoEscola/consultasEnsino.jsf?windowId=614>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PARANÁ. **Tipos de investimentos RCO+ Aulas – Educação Financeira - 1ª Série - Aula 14.** Curitiba: SEED/PR, 2023b. Disponível em:

https://docs.google.com/presentation/d/13ZJaJoD8qS9dkmP6FVkgqX68dokeaZOowRQJ_ImEipw/edit#slide=id.g1dd00b3bef3_1_0. Acesso em: 5 ago. 2023.

PARO, V. H. **Escritos sobre a educação**. São Paulo: Xamã, 2011.

PAULA, T. *et al.* O “Mal-Estar” da Dívida: uma representação social do endividamento para consumidores de baixa renda. **Revista Vivências/Erechim**, v.7, n. 33, p.121-138, jul./dez. 2021.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; CERETTA, P. S. Nível de Alfabetização Financeira dos Universitários: afinal, o que é relevante? **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, 2013. Disponível em: <https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/1656>.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Você é Alfabetizado Financeiramente? Descubra no Termômetro de Alfabetização Financeira. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 13, n. 2, p. 153-170, abr./jun. 2016.

POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; PARABONI, A. L. O que Influencia a Alfabetização Financeira dos Estudantes Universitários? **XVI SemeAd**, São Paulo, out 2013. Disponível em: <https://sistema.semead.com.br/16semead/resultado/trabalhosPDF/375.pdf>.

PRAHALAD, C. K.; HART, S. L. The Fortune at the Bottom of the Pyramid. **Strategy+Business**, n. 26, 2002. Disponível em: <https://www.strategy-business.com/article/11518>.

PRESIDENT’S ADVISORY COUNCIL ON FINANCIAL LITERACY (PACFL). **2008 Annual Report to the President**. [S.l.]: [S.n.], 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/6708140/Presidents_Advisory_Council_on_Financial_Literacy_2008_Annual_Report_to_the_President. Acesso em: 7 jul. 2022.

RAHMAN, Arafat. Sources and categories of well-being: a systematic review and research agenda. **Journal of Service Theory and Practice**, vol. 31, n. 1, p. 1-33, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/JSTP-01-2020-0024>. Acesso em: 1 jul. 2022.

RIEGER, M. O. How to Measure Financial Literacy? **Journal of Risk and Financial Management**, v.13, n. 324, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/jrfm13120324>. Acesso em: 1 jul. 2022.

ROSENBAUM, R. S. C. C. *et al.* Conceptualisation and Aspirations of Transformative Service Research. **Journal of Research for Consumers**, n. 19, 2011. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2643219.

RYAN, M. R.; DECI, E. L.; HUTA, V. Living well: A self-determination theory perspective on Eudaimonia. **Journal of Happiness Studies**, v.9, n. 1, p. 139-170, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10902-006-9023-4>. Acesso em: 1 jul. 2022.

- SABAINI, S.M.G. **Porque estudar currículo e teorias de currículo**. Curitiba: SEED/PDE, 2007. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/261-2.pdf>. Acesso em: 10 ago 2023.
- SASS, S.A. *et al.* What do Subjective Assessments of Financial Well-Being Reflect? **Center for Retirement Research at Boston College**, n. 2015-3, 2015. Disponível em: https://crr.bc.edu/wp-content/uploads/2015/03/wp_2015-3.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.
- SAVIANI, N. Currículo um grande desafio para o professor. **Revista de Educação**, n. 16, p. 35-38, 2003. Disponível em: http://www.moodle.cpscetec.com.br/capacitacaopos/mstech/pdf/d3/aula04/FOP_d03_a04_t04.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.
- SAVOIA, J.; SAITO, A.; SANTANA, F. Paradigmas da Educação Financeira no Brasil. **Revista De Administração Pública**, v. 41, n. 6, p.1121-1141, nov/dez 2007. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6620>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- SILVA, A. **Atividades de Educação Financeira em livro didático de Matemática: como professores colocam em prática?** Recife: Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) - Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica, UFPE, 2018.
- SILVA, O. G. *et al.* Alfabetização Financeira versus Educação Financeira: um estudo do comportamento de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 3, p. 279-298, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18028/rgfc.v7i3.3726>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- SPC. **Indicador do Bem-Estar Financeiro**. São Paulo: Serviço de Proteção ao Crédito, 2017. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2017/12/SPC-Analise-Indicador-de-Bem-Estar-Financeiro-final.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2023.
- URBAN, C. *et al.* The Effects of High School Personal Financial Education Policies on Financial Behavior. **Economics of Education Review**, v. 78, n. C, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2018.03.006>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- VAN PRAAG, B.M.S; FRIJTERS, P; CARBONELL, F. The Anatomy of Subjective Well-Being. **Journal of Economic Behavior and Organization**, v. 51, n. 1, p. 29-49, 2003. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0167-2681\(02\)00140-3](https://doi.org/10.1016/S0167-2681(02)00140-3). Acesso em: 1 jul. 2022.
- VARCOE, K. P. *et al.* Using A Financial Education Curriculum for Teens. **Financial Counseling and Planning**, v. 16, n. 1, 2005. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2255109>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- VEIGA, I. P. A. **Técnicas de Ensino: novos tempos, novas configurações**. Campinas: Papirus, 2006.

- VICENTIN, D. Potência para Consumo. **ComCiência**, 99, 2008. Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542008000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 1 jul. 2022.
- VIEIRA, K. M. *et al.* Aprendendo finanças de um jeito fácil e divertido: uma experiência com estudantes de escolas públicas. **RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 12, n. 2, p. 845-861, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21723/riace.v12.n2.8479>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- VLAEV, Ivo; ELLIOTT, Antony. Financial Weil-Being Compon. **Social Indicators Research**, v. 118, n. 3, p. 1103-1123, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24721053>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- WAGNER, J. Financial Education and Financial Literacy by Income and Education Groups. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 30, n. 1, p. 132-141, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1891/1052-3073.30.1.132>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- WAY, W. L.; HOLDEN, K. C. Teacher’s background and capacity to teach personal finance: Results of a national study. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 20, n. 2, p. 64-78, 2009. Disponível em: https://www.afcpe.org/wp-content/uploads/2018/10/vol20_2way_holden.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.
- WEINGARTNER, GILMARA D. F. Guia de inscrição Jornada 3 - Formadores em Ação. **Genially**, 2023. Disponível em: <https://view.genial.ly/64b94dcccddad0b0018a74287/interactive-content-guia-de-inscricao-jornada-3>. Acesso em: 8 ago. 2023.
- WEST, S.; FRIEDLINE, T. Coming of Age on a Shoestring Budget: Financial Capability and Financial Behaviors of Lower-Income Millennials. **Social Work**, v. 61, n. 4, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sw/sww057>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- XIAO; J., J.; O’NEILL. Consumer financial education and financial capability. **International Journal of Consumer Studies**, v. 40, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/ijcs.12285>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZHAN, M.; ANDERSON, S.; SCOTT, J. Financial Management Knowledge of the Low-Income Population. **Journal of Social Service Research**, v. 33, n. 1, p. 93-106, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.15453/0191-5096.3135>. Acesso em: 1 jul. 2022.
- ZHU, A, Y. F. School financial education and parental financial socialization: Findings from a sample of Hong Kong adolescents. **Children and Youth Services Review**, v. 107, n. C, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104532>. Acesso em: 1 jul. 2022.

**APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(para pai ou responsáveis pelo aluno)**

Título do projeto: A educação financeira no ensino básico já reflete no comportamento de consumo dos estudantes de baixa renda? Um estudo com alunos do ensino médio público paranaense.

Pesquisador responsável: Gabriel Antonio dos Santos.

Instituição: Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Público-alvo: Pai ou responsável pelo aluno matriculado no ensino médio público paranaense.

Celular do pesquisador: (15) 9.9704-9744 ou a cobrar (9015) (15) 9.9704-9744.

Seu filho está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada: “A educação financeira no ensino básico já reflete no comportamento do consumo do aluno de baixa renda? Um estudo com estudantes do ensino médio público paranaense”. Esse trabalho é desenvolvido pelo mestrando Gabriel Antonio dos Santos, discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no Campus de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.

O estudo ocorrerá com alunos e professores do ensino médio público paranaense, porque, desde 2021, a educação financeira foi incluída na grade curricular dos últimos anos da educação básica e pública do Paraná. Desta forma, o convite para seu filho participar dessa pesquisa se deve por ele vivenciar a realidade do processo de ensino-aprendizagem de educação financeira.

O trabalho tem como objetivo “compreender como a curricularização da educação financeira reflete no comportamento de consumo de alunos de baixa renda”. De forma específica, procurará evidenciar o perfil dos respondentes; entender a política de inserção da disciplina; e identificar os efeitos da sua implementação no bem-estar financeiro dos consumidores de baixa renda, uma vez que todos estes tópicos são pouco abordados em estudos no Brasil.

Tendo isso em vista, a participação do estudante consistirá em responder a perguntas relacionadas à educação e à alfabetização financeiras; à curricularização da disciplina; e ao consumidor de baixa renda e ao seu bem-estar financeiro.

As respostas serão gravadas em áudio pelo pesquisador responsável por esse estudo somente se houver autorização do responsável pelo estudante e com consentimento dele. O tempo previsto de duração da entrevista é de aproximadamente 30 minutos.

Isso acontecerá na própria escola em que o aluno estuda, no turno em que está matriculado. Logo, não haverá qualquer gasto financeiro, seja com passagem de ônibus, seja com alimentação, por participar da pesquisa. Por extensão, não haverá nenhum tipo de compensação financeira relacionada à participação do estudante.

Após as entrevistas, os áudios serão armazenados em arquivos digitais e, posteriormente, transcritos, sob acesso apenas do pesquisador responsável pelo trabalho. A transcrição é necessária, pois vai compor os resultados desse estudo.

A participação do discente é voluntária, isto é, não é obrigatória. Ele tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como para retirar a participação a qualquer momento. Ele não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou não prosseguir com ela.

Serão tomados os seguintes procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas pelo aluno: a) o pesquisador do projeto se compromete com o dever de sigilo e confidencialidade, ou seja, tendo acesso a seus dados, não fará uso destas informações para outras finalidades; b) qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados do estudo; e c) as informações obtidas através da entrevista serão armazenadas em local seguro.

Durante ou posteriormente a essa pesquisa, o estudante poderá solicitar do pesquisador responsável informações sobre sua participação e/ou sobre o trabalho, o que poderá ser feito por meio do contato do pesquisador explicitado neste Termo.

Os riscos em relação à participação no estudo são: a) constrangimento em responder a alguma questão que compõe o roteiro de perguntas da entrevista; b) cansaço ao responder às perguntas; e c) ataque cibernético dos dados armazenados coletados através da entrevista.

No entanto, para evitar que o discente se sinta constrangido ao responder às perguntas, será permitido que deixe de responder aos tópicos que causarem certo constrangimento e, mesmo assim, continue participando da entrevista, bem como, caso prefira, poderá pedir para encerrar a participação na pesquisa. Além disso, enquanto meio para evitar o cansaço físico durante a entrevista, será permitido que o estudante peça pausa, podendo dar continuidade às respostas no momento em que achar mais adequado. Por fim, enquanto maneira de impedir ataques cibernéticos aos dados coletados, desde a gravação até o armazenamento, utilizar-se-á dispositivos sem conectividade à internet.

Se houver algum dano decorrente do presente trabalho, o aluno terá direito à indenização, por meio das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo

Civil, na Resolução nº 466/2012, vide itens II.7, IV.3 h, IV.4 c, V.7, e na Resolução nº 510/2016, no Art 19, § 2, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os benefícios resultantes da participação nesse estudo abrangem os setores acadêmico, institucional e social, tais como: a) entender o reflexo da educação financeira para os estudantes do ensino médio público paranaense de baixa renda no comportamento de consumo; b) apresentar as metodologias que são utilizadas pelos professores para ministrar a disciplina, para que, assim, possam ser compartilhadas e/ou aperfeiçoadas; c) compreender se a curricularização consegue alfabetizar financeiramente os discentes de baixa renda, isto é, educá-los a aplicar o conhecimento adquirido nas aulas no dia a dia, com o intuito de alcançarem o bem-estar financeiro.

Quando os resultados da pesquisa em que o aluno participar estiverem concluídos, será entregue um relatório final do trabalho com os principais achados científicos desse estudo.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo responsável do participante da pesquisa e pelo pesquisador, com ambas as assinaturas apostas na última página.

Em caso de dúvidas quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que tem por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e, portanto, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Telefone do CEP/Unipampa: (55) 3911-0202, voip 8025

E-mail: cep@unipampa.edu.br

Site: <https://sites.unipampa.edu.br/cep/>

Endereço: Campus Uruguaiana – BR 472, KM 592

Prédio Administrativo: Sala 7A

Caixa Postal: 118, Uruguaiana, RS

CEP: 97500-970

Gabriel Antonio dos Santos

Informo que entendi os objetivos e as condições da participação do meu filho na pesquisa intitulada “A educação financeira no ensino básico já reflete no comportamento de

consumo dos estudantes de baixa renda? Um estudo com alunos do ensino médio público paranaense”.

- Autorizo a participação do meu filho na pesquisa.
- Não autorizo a participação do meu filho na pesquisa.

Assinatura do responsável pelo participante da pesquisa

Nome do participante: _____

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)
(para professores)**

Título do projeto: A educação financeira no ensino básico já reflete no comportamento de consumo dos estudantes de baixa renda? Um estudo com alunos do ensino médio público paranaense.

Pesquisador responsável: Gabriel Antonio dos Santos.

Instituição: Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Público-alvo: Professores de educação financeira do ensino médio público paranaense.

Celular do pesquisador: (15) 9.9704-9744 ou a cobrar (9015) (15) 9.9704-9744.

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “A educação financeira no ensino básico já reflete no comportamento de consumo dos estudantes de baixa renda? Um estudo com alunos do ensino médio público paranaense”, desenvolvida pelo mestrando Gabriel Antonio dos Santos, discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no Campus de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.

O trabalho ocorrerá com alunos e professores do ensino médio público paranaense, porque, desde 2021, a educação financeira foi incluída na grade curricular dos últimos anos da educação básica e pública do Paraná. Desta forma, o convite para a sua participação se deve por você ser professor da disciplina neste contexto e, por conseguinte, vivenciar, enquanto docente, a realidade do processo de ensino-aprendizagem de educação financeira.

Esse estudo tem como objetivo geral: compreender como a curricularização da educação financeira em escolas estaduais paranaenses se reflete no comportamento de consumo de alunos de baixa renda. Já os objetivos específicos são: a) evidenciar o perfil dos respondentes; b) compreender a política de inserção da disciplina; c) identificar os efeitos da sua implementação no bem-estar financeiro dos consumidores de baixa renda, visto que esses tópicos são uma lacuna no contexto científico.

A sua participação consistirá em responder ao roteiro de uma entrevista semiestruturada, que trata sobre a educação e a alfabetização financeiras; a curricularização da disciplina; e o consumidor de baixa renda e o seu bem-estar financeiro.

A entrevista será gravada em áudio pelo pesquisador responsável por esse estudo somente se você autorizar. O tempo previsto de duração é de aproximadamente 30 minutos.

A entrevista será realizada na própria escola em que você leciona e no turno em que você trabalha. Logo, não haverá qualquer gasto financeiro, seja com passagem de ônibus, seja

com alimentação, por participar da pesquisa. Por extensão, não haverá nenhum tipo de compensação financeira relacionada à sua participação.

Após as entrevistas, os áudios serão armazenados em arquivos digitais e, posteriormente, transcritos, sob acesso apenas do pesquisador responsável pelo trabalho. A transcrição é necessária, pois vai compor os resultados desse estudo.

Sua participação é voluntária, isto é, não é obrigatória. Você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como para retirar a participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou não prosseguir com ela.

Serão tomados os seguintes procedimentos para assegurar a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas: a) o pesquisador do projeto se compromete com o dever de sigilo e confidencialidade, ou seja, tendo acesso a seus dados, não fará uso destas informações para outras finalidades; b) qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa; e c) as informações obtidas através da entrevista serão armazenadas em local seguro.

Durante ou posteriormente a esse trabalho, você poderá solicitar do pesquisador responsável informações sobre sua participação e/ou sobre o estudo, o que poderá ser feito por meio do contato do pesquisador explicitado neste Termo.

Os riscos em relação à participação na pesquisa são: a) constrangimento em responder a alguma questão que compõe o roteiro de perguntas da entrevista; b) cansaço ao responder às perguntas; e c) ataque cibernético dos dados armazenados coletados através da entrevista.

No entanto, para evitar que você se sinta constrangido ao responder às perguntas, será permitido que deixe de responder aos tópicos que causarem certo constrangimento e, mesmo assim, continue participando da entrevista, bem como, caso prefira, poderá pedir para encerrar a participação no trabalho. Além disso, enquanto meio para evitar o cansaço físico durante a entrevista, será permitido que você peça pausa, podendo dar continuidade às respostas no momento em que achar mais adequado. Por fim, enquanto maneira de impedir ataques cibernéticos aos dados coletados, desde a gravação até o armazenamento, utilizar-se-á dispositivos sem conectividade à internet.

Se houver algum dano decorrente do presente estudo, você terá direito à indenização, por meio das vias judiciais, como dispõem o Código Civil, o Código de Processo Civil, na Resolução nº 466/2012, vide itens II.7, IV.3 h, IV.4 c, V.7, e na Resolução nº 510/2016, no Art 19, § 2, do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Os benefícios resultantes da participação nessa pesquisa são de ordem acadêmica, institucional e social, uma vez que poderão fornecer achados científicos importantes, tais como: a) entender o reflexo do ensino da educação financeira no ensino médio aos alunos de baixa renda de escolas públicas em relação ao comportamento de consumo; b) apresentar as metodologias que são utilizadas pelos professores para ministrar a disciplina, para que, assim, possam ser compartilhadas e/ou aperfeiçoadas; c) compreender se a curricularização consegue alfabetizar financeiramente os discentes de baixa renda, isto é, educá-los a aplicar o conhecimento adquirido nas aulas no dia a dia, com o intuito de alcançarem o bem-estar financeiro.

Quando os resultados do trabalho em que você participou estiverem concluídos, será entregue um relatório final do estudo com os principais achados científicos dessa pesquisa.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é redigido em duas vias, sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas deverão ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador responsável, com ambas as assinaturas apostas na última página.

Em caso de dúvidas quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa. O Comitê é formado por um grupo de pessoas que tem por objetivo defender os interesses dos participantes das pesquisas em sua integridade e dignidade e, portanto, contribuir para que sejam seguidos padrões éticos na realização de pesquisas.

Telefone do CEP/Unipampa: (55) 3911-0202, voip 8025

E-mail: cep@unipampa.edu.br

Site: <https://sites.unipampa.edu.br/cep/>

Endereço: Campus Uruguaiana – BR 472, KM 592

Prédio Administrativo: Sala 7A

Caixa Postal: 118, Uruguaiana, RS

CEP: 97500-970

Gabriel Antonio dos Santos

Informo que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa intitulada “A educação financeira no ensino básico já reflete no comportamento de consumo dos estudantes de baixa renda? Um estudo com alunos do ensino médio público paranaense”.

- Autorizo a gravação em áudio da entrevista.
- Não autorizo a gravação em áudio da entrevista.

Assinatura do professor participante da pesquisa

Nome do participante: _____

APÊNDICE C - TERMO DE ASSENTIMENTO DO MENOR

Título do projeto: A educação financeira no ensino básico já reflete no comportamento de consumo dos estudantes de baixa renda? Um estudo com alunos do ensino médio público paranaense.

Pesquisador responsável: Gabriel Antonio dos Santos.

Instituição: Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Celular do pesquisador: (15) 9.9704-9744 ou a cobrar (9015) (15) 9.9704-9744.

Prezado aluno,

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, de uma pesquisa que tem como objetivo “compreender como a curricularização da educação financeira em escolas estaduais paranaenses se reflete no comportamento de consumo de alunos de baixa renda”. Esse trabalho está associado à dissertação do mestrando Gabriel Antonio dos Santos, discente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), no Campus de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul.

Sua participação no estudo consiste em responder ao roteiro de uma entrevista que é composto por perguntas relacionadas à educação e à alfabetização financeiras; à curricularização da disciplina; e ao consumidor de baixa renda e ao seu bem-estar financeiro.

Caso aceite participar, você será entrevistado pelo próprio pesquisador responsável, Gabriel Antonio dos Santos. A entrevista acontecerá em sua escola. A data será agendada diretamente com você. O tempo de duração é de aproximadamente 30 minutos. E, mesmo com o consentimento de seus pais ou responsáveis, se você se recusar a participar do trabalho, sua vontade será respeitada.

Os riscos em relação à participação no estudo são: a) constrangimento em responder a alguma questão que compõe o roteiro de perguntas da entrevista; b) cansaço ao responder às questões; c) ataque cibernético dos dados armazenados coletados através da entrevista.

No entanto, para evitar que você se sinta constrangido ao responder às perguntas, será permitido que deixe de responder às questões que causarem certo constrangimento e, mesmo assim, continue participando da entrevista, bem como, caso prefira, poderá pedir para encerrar a participação na pesquisa. Além disso, enquanto meio para evitar o cansaço físico durante a entrevista, será permitido que você peça pausa, podendo dar continuidade às respostas quando achar mais adequado. Por fim, enquanto maneira de impedir ataques cibernéticos aos dados

coletados, desde a gravação até o armazenamento, utilizar-se-á dispositivos sem conectividade à internet.

Os benefícios resultantes da participação nesse estudo são de ordem acadêmica, institucional e social, uma vez que poderão fornecer achados científicos importantes, tais como: a) entender o reflexo do ensino da educação financeira no ensino médio aos alunos de baixa renda de escolas públicas em relação ao comportamento de consumo; b) apresentar as metodologias que são utilizadas pelos professores para ministrar a disciplina, para que, assim, possam ser compartilhadas e/ou aperfeiçoadas; c) compreender se a curricularização consegue alfabetizar financeiramente os discentes de baixa renda, isto é, educá-los a aplicar o conhecimento adquirido nas aulas no dia a dia, com o intuito de alcançarem o bem-estar financeiro.

Seu nome, assim como de suas colegas que também participarem do trabalho, não será divulgado em nenhum momento, sendo garantido o sigilo. A participação na pesquisa não acarretará nenhum custo financeiro a você ou aos seus pais ou responsáveis. Logo, também não haverá nenhum tipo de compensação financeira relacionada à sua participação.

Se houver quaisquer dúvidas, você e/ou seus pais ou responsáveis poderão realizar uma ligação para o número do responsável do trabalho (15) 9.9704-9744 ou a cobrar (9015) (15) 9.9704-9744.

Este termo será redigido em duas vias, ficando uma cópia com você e outra com o pesquisador. Após a finalização do estudo, o pesquisador responsável Gabriel Antonio dos Santos entregará para todos que participaram da pesquisa um relatório individual contendo as principais informações sobre os resultados do trabalho.

Diante do que foi descrito acima, convido-lhe a participar da pesquisa “A educação financeira no ensino básico já reflete no comportamento de consumo dos estudantes de baixa renda? Um estudo com alunos do ensino médio público paranaense.”, assinando este termo.

Autorizo a gravação em áudio de minhas respostas ao ser entrevistado.

Não autorizo a gravação em áudio de minhas respostas ao ser entrevistado.

Nome completo do(a) aluno(a): _____

Assinatura do(a) aluno: _____

Nome do pesquisador responsável: : _____

Assinatura do pesquisador responsável: _____

_____ , _____ de _____ de 2022.

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:

Telefone do CEP/Unipampa: (55) 3911-0202, voip 8025

E-mail: cep@unipampa.edu.br

Site: <https://sites.unipampa.edu.br/cep/>

Endereço: Campus Uruguaiana – BR 472, KM 592

Prédio Administrativo: Sala 7A

Caixa Postal: 118, Uruguaiana, RS

CEP: 97500-970

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O ALUNO

PARTE I – Identificação do entrevistado	
Data Aplicação:	
Nome:	
Gênero:	
Idade:	
Série:	
Cidade:	
Questões socioeconômicas:	
a) Você possui salário mensal?	
b) Quando você quer comprar alguma coisa, como consegue o dinheiro?	
PARTE II – Áreas Temáticas	
2.1 Identificar a distinção entre educação financeira e a alfabetização financeira	
Objetivo da Pergunta	Pergunta
<p>Identificar se a educação financeira está contribuindo no dia a dia do aluno ao comprar um produto.</p> <p>Compreender se a educação financeira está sendo o caminho para a alfabetização financeira do aluno.</p>	<p>1) O que você aprende nas aulas de educação financeira?</p> <p>2) Você acha importante o que você aprende nas aulas de educação financeira?</p> <p>3) Você aplica o que você aprende nas aulas de educação financeira? De que forma?</p> <p>4) Você fala com seus familiares o que você aprende na disciplina de educação financeira? Se sim, eles aplicam o conhecimento?</p> <p>5) Você considera sua família organizada financeiramente?</p>
PARTE III – Áreas Temáticas	
2.2 Compreender a política de inserção da curricularização da Educação Financeira nas escolas estaduais de Ensino Médio do Estado do Paraná	
Objetivo da Pergunta	Pergunta
<p>Enunciar se as aulas de Educação Financeira estão reduzidas ao cálculo matemático.</p>	<p>6) O que você considera bom nas aulas de educação financeira?</p> <p>7) O que você acha ruim ou o que poderia melhorar ou acrescentar nas aulas de educação financeira?</p>
<p>Avaliar a metodologia de ensino utilizada nas aulas de Educação Financeira.</p>	<p>8) O que você acha da forma com que o professor de educação financeira passa o conteúdo durante as aulas?</p> <p>9) Vale a pena ter aula de educação financeiro?</p>
PARTE IV – Áreas Temáticas	
2.3 Abordar sobre o consumidor de baixa renda diante do bem-estar financeiro	

Objetivo da Pergunta	Pergunta
Compreender a percepção de bem-estar financeiro do consumidor de baixa renda.	<p>10) Você já ouviu falar em bem-estar financeiro? O que você acha que é isso?</p> <p>11) Você considera que o dinheiro da sua família é suficiente para vocês sobreviverem?</p> <p>12) Esse dinheiro dá para pagar as contas e comprar coisas que vocês querem além do básico?</p>
Descrever se o consumidor de baixa renda adquiriu a percepção de bem-estar financeiro através das aulas de Educação Financeira.	<p>13) Você já consegue poupar financeiramente, mesmo que seja pouco? Se sim, você faz algum tipo de investimento?</p> <p>14) Você considera que as aulas de educação financeira te ajudam ser um(a) consumidor(a) mais consciente financeiramente?</p>
Expressar o contexto de renda que o consumidor de baixa renda está vivenciando	<p>15) Você acredita que sua condição financeira está sobre controle?</p>

APÊNDICE E - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O PROFESSOR

PARTE I – Identificação do Entrevistado	
Data Aplicação:	
Entrevistado(a):	
1) Gênero:	
2) Idade:	
5) Cidade:	
PARTE II – Áreas Temáticas	
2.1 Identificar a distinção entre educação financeira e a alfabetização financeira	
Objetivo da Pergunta	Pergunta
Identificar se o (a) professor (a) tem domínio dos tópicos de Educação Financeira.	1) Desde quando você ministra educação financeira? 2) Você sabe como a educação financeira foi implantada na grade curricular do Ensino Médio das escolas públicas do Estado do Paraná? 3) Você se sente preparado(a) para lecionar aulas de Educação Financeira?
Citar se os professores de Educação Financeira receberam formação por parte da mantenedora para ministrar o conteúdo aos alunos.	4) Você recebeu algum tipo de formação (cursos/oficinas) para lecionar Educação Financeira? Foi algo institucional ou por interesse pessoal?
Relatar o domínio conceitual básico do professor (a) em relação a Educação Financeira e Alfabetização Financeira.	5) O que você entende por educação financeira? 6) O que você entende por alfabetização financeira?
PARTE III – Áreas Temáticas	
2.2 Compreender a política de inserção da curricularização da Educação Financeira nas escolas estaduais de Ensino Médio do Estado do Paraná	
Objetivo da Pergunta	Pergunta
Apresentar a forma utilizada para avaliar os tópicos presentes na disciplina de Educação Financeira	7) De que maneira você avalia a aprendizagem do aluno em relação a disciplina de educação financeira?
Compreender a metodologia utilizada pelo professor durante o ensino de Educação Financeira	8) Qual metodologia você utiliza para ensino Educação Financeira aos alunos do Ensino Médio?
Descrever a percepção do professor (a) em relação ao	9) Você considera que as aulas de educação financeira impactam do comportamento de consumo dos alunos?

ensino de Educação Financeira	10) Durante as aulas os alunos trazem seus exemplos em relação ao conteúdo de educação financeira?
PARTE IV – Áreas Temáticas	
2.3 Abordar sobre o consumidor de baixa renda diante do bem-estar financeiro	
Objetivo da Pergunta	Pergunta
Identificar se o professor(a) tem a percepção que a Educação Financeira pode conduzir a população de baixa renda ao bem-estar financeiro	11) O que você entende por bem-estar financeiro? 12) Você acredita que a educação financeira pode contribuir para que os alunos/consumidores de baixa-renda atinjam algum tipo de bem-estar financeiro?
Descrever se aula de Educação Financeira pode ser espaço de compartilhamento de ideias em prol do bem-estar financeiro	13) Os alunos comentam sobre o reflexo das aulas de educação financeira no bem-estar financeiro da família?
Verificar se a falta do bem-estar financeiro pode levar a estratificação social dos alunos de baixa renda no espaço escolar.	14) Durante as aulas de Educação Financeira você percebe que os alunos/consumidores de baixa renda são de alguma forma excluídos dos demais por não possuírem boas condições financeiras?
Relatar a percepção do professor em relação ao comportamento de consumo.	15) Você consegue perceber se os alunos aproveitam o conteúdo tratado em aula? 16) Você já ouviu relatos dos alunos de baixa renda que mudaram o comportamento de consumo após começarem a ter aulas de educação financeira?